

COIMBRA • 2017

62

BOLETIM DE

**ESTUDOS
CLÁSSICOS**

ASSOCIAÇÃO
PORTUGUESA
DE ESTUDOS
CLÁSSICOS

INSTITUTO
DE ESTUDOS
CLÁSSICOS

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

BOLETIM DE ESTUDOS CLÁSSICOS

PUBLICAÇÃO ANUAL ANNUAL PUBLICATION
da Associação Portuguesa
de Estudos Clássicos

DIRETOR DIRECTOR

Paula Barata Dias • pabadias@hotmail.com
Universidade de Coimbra

COMISSÃO EDITORIAL EDITORIAL BOARD

Cláudia Teixeira • caat@uevora.pt
Universidade de Évora, Portugal
José Luís Brandão • iosephus@fl.uc.pt
Universidade de Coimbra, Portugal
Rodrigo Furtado • rodrigo.furtado@campus.ul.pt
Universidade de Lisboa, Portugal

EDIÇÃO PUBLISHING

Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensa@uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

DIRETOR DE IMAGEM IMAGE DIRECTION

António Barros

INFOGRAFIA INFOGRAPHICS

Imprensa da Universidade de Coimbra

EXECUÇÃO GRÁFICA PRINTING

ISSN • 0872-2110

E-ISSN • 2183-7260

DOI • https://doi.org/10.14195/2183-7260_62

DEPÓSITO LEGAL LEGAL DEPOSIT

APOIO SPONSORS



EM COLABORAÇÃO COLLABORATION

Instituto de Estudos Clássicos da
Faculdade de Letras da Universidade de
Coimbra e Cento de Estudos
Clássicos e Humanísticos

ASSISTENTE EDITORIAL EDITORIAL ASSISTANT

Elisabete Cação • elisabetecacao@gmail.com

COMISSÃO CIENTÍFICA SCIENTIFIC COMMITTEE

Christian Laes • christian.laes@uantwerpen.be
Université Libre de Bruxelles, Bélgica
Fábio Faversoni • faversoni@hotmail.com
Universidade de Ouro Preto, Brasil
Francisco Oliveira • foliveir@ci.uc.pt
Universidade de Coimbra, Portugal
Jaime Siles Ruiz • jaime.siles@uv.es
Universidade de Valência, Espanha
Presidente da Sociedade Española
de Estudios Clásicos
Luigi Miraglia • info@vivariumnovum.net
Accademia Vivarum Novum, Itália
Luísa de Nazaré Ferreira • luisanazare@gmail.com
Universidade de Coimbra, Portugal
Margarida Lopes Miranda • mmiranda@fl.uc.pt
Universidade de Coimbra, Portugal
Maria de Fátima Silva • fanp@ci.uc.pt
Universidade de Coimbra, Portugal

COTA ANUAL DA APEC ANNUAL QUOTA OF APEC

30 Euros / pagamento por
Transferência Bancária para o NIB:
003502550021072963061

NÚMERO AVULSO SINGLE ISSUE • 20 Euros

CORRESPONDÊNCIA E PEDIDOS A:

MAILING AND REQUESTS TO
Associação Portuguesa de Estudos Clássicos
Faculdade de Letras
3004-530 Coimbra
Tel. 239 859 981
Fax. 239 410 022



COIMBRA • 2017

62

BOLETIM DE

ESTUDOS
CLÁSSICOS

ASSOCIAÇÃO
PORTUGUESA
DE ESTUDOS
CLÁSSICOS

INSTITUTO
DE ESTUDOS
CLÁSSICOS

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

Página deixada propositadamente em branco

ÍNDICE

Nota de abertura por PAULA BARATA DIAS9

GREGO

DANIEL TOLEDO, *A dialética metafísico-ontológica como afirmação do divino em As Bacantes de Eurípides*
The metaphysical-ontological dialectic as affirmation of the divine in Euripides' Bacchae 13

LUCIANO COUTINHO, *Katabasis e Autossalvação na recriação do orfismo no Banquete de Platão*
Katabasis and Self-Salvation in the recreation of the Orphism in Plato's Symposium 31

5

LATIM

PAULO SÉRGIO MARGARIDO FERREIRA, *Apontamentos de literatura fantástica nas Origines de Catão*
Notes of Fantastic Literature in Cato's Origines53

MIGUEL ABRANTES, *Porque foi Páris escolhido para julgar as deusas?*
A resposta do Excidium Troiae
Why was Paris selected to judge the goddesses?
Excidium Troiae's answer 75

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO, *Epígrafe latina como elemento didático (xxxiv): ainda a inscrição neoclássica de Creta*
The latin epigraphy as a didactic element (xxxiv): the neoclassic inscription of the Renier's Mansion, in Crete – PART II83

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO, <i>A epigrafia como elemento didático (xxxv):</i> <i>A voz de Deus no lintel daquela porta</i> <i>The latin epigraphy as a didactic element (xxxv):</i> <i>The God's voice on the lintel of that door</i>	87
VASCO GIL MANTAS, <i>Notas sobre tropas auxiliares romanas no Oriente.</i> <i>Lusitanos e dromedários</i> <i>Notes on Roman Auxiliary Forces in the East.</i> <i>Lusitanians and Dromedaries</i>	95

DIDÁTICA

FÁTIMA FERREIRA, <i>Ensinar e aprender latim no séc. XXI</i> <i>Teaching and learning latin in the 21st century</i>	125
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

NOTÍCIAS

<i>Pede Papyrus</i> , por ANA CATARINA BOTO	141
Posse Renasci - Accademia Vivarium Novum. <i>Inauguração da Villa Falconieri, Sede do Campus Mundial do Humanismo</i> <i>e abertura do Ano Académico 2016-2017, 24-25 de Novembro de 2016, Villa</i> <i>Falconieri, Via Borromini, 5, Frascati (Roma), por</i> MARGARIDA LOPES MIRANDA e PAULA BARATA DIAS	145
<i>Oferta de Livros pela École Française de Rome, Histoire -Archeologie et</i> <i>Sciences Sociales à Biblioteca do Instituto de Estudos Clássicos, Facul-</i> <i>dade de Letras da Universidade de Coimbra: uma cadeia de gratas boas von-</i> <i>tades</i> , por PAULA BARATA DIAS	151
«Amatores in Situ – O mundo antigo visto por aqueles que o amam», <i>Ruínas Romanas de Milreu, Estoi – Faro, 7 de abril – 3 de junho de 2016</i> , por ADRIANA FREIRA NOGUEIRA e PAULA BARATA DIAS	169
<i>Opera in Fieri 2017</i> , por ELISABETE CAÇÃO	175
<i>Associação Clenardvs: promoção e ensino da cultura e línguas clássicas,</i> por SUSANA MARTA PEREIRA	177

*Dissertações de Mestrado e de Doutoramento relevantes para a área
dos Estudos Clássicos nas Universidades Portuguesas durante os anos
de 2016 e 2017.183*

Receção de propostas de publicação
para o *Boletim de Estudos Clássicos*.....193

Página deixada propositadamente em branco

NOTA DE ABERTURA

Apresentamos aos nossos leitores, a comunidade de profissionais, professores, investigadores, estudantes, e também, sempre e sobretudo, amadores, no sentido etimológico do termo, dos Estudos Clássicos considerados no sentido lato, ou seja, enquanto área de investigação e ensino de línguas e literaturas, história, filosofia, arte, estudos de receção, o volume 62 do Boletim de Estudos Clássicos, correspondente ao ano de 2017.

O caminho percorrido pelo BEC é longo, e, nos últimos anos, de alguma transformação: maior exigência nos critérios formais de edição, conformáveis, progressivamente, com os requisitos da edição académica com os critérios de qualidade definidos pela Imprensa da Universidade de Coimbra e pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; a assunção, claramente deliberada e expressamente declarada, dos propósitos distintivos do perfil desta publicação:

O BEC não pretende ser mais uma revista académica dedicada aos Estudos Clássicos, entre os excelentes exemplos títulos como a *Ágora* (Universidade de Aveiro), a *Euphrosyne* (Universidade de Lisboa), a *Humanitas* (Universidade de Coimbra), a *Mathesis* (Universidade Católica de Viseu) publicadas em Portugal, que cumprem o propósito de apresentação da investigação de ponta internacional em Estudos Clássicos, nas áreas científicas claramente definidas.

O BEC pretende colocar, como primeira missão, o serviço à divulgação dos Estudos Clássicos como espaço de ensino, de pedagogia, de didática no espaço lusófono: isto é, pretende ser um espaço de exploração dos modos de transformar a riqueza e complexidade do legado antigo, às vezes transmutado e indireto pelas receções no mundo contemporâneo, em forças vivas de comunicação cultural e humanista. Sempre vivente, o legado infindo dos Estudos Clássicos renova-se nas salas de aulas, em novas experiências de pedagogia no ensino básico, secundário

e superior, em novas abordagens e cruzamentos com outras artes, e formas de expressão humanas, nas primeiras experiências de escrita académica dos jovens investigadores.

Nesta edição, será notado que encorpámos o espaço reservado às Notícias, secção que mede o pulsar vivo dos que se dedicam, na extensão à comunidade, à promoção e divulgação dos Estudos Clássicos. Pela primeira vez, também, incluímos uma notícia relativa às teses de segundo e terceiro ciclo defendidas em Portugal, pertinentes para a área dos Estudos Clássicos.

Sempre vivos. Sempre ativos. Sempre esperançosos. Sempre resistentes: com curtos e largos passos, não deixemos que a chama viva dos Estudos Clássicos se obnubile na nossa comunidade de língua portuguesa. A chama está lá, nunca se apagou! Dêmo-la a conhecer, partilhemo-la, conversemos uns com os outros, falemos dela, quando tudo à volta parece ceder ao juízo da sua invisibilidade.

Boas leituras!

PAULA BARATA DIAS

GREGO

Página deixada propositadamente em branco

A DIALÉTICA METAFÍSICO- -ONTOLÓGICA COMO AFIRMAÇÃO DO DIVINO EM *AS BACANTES* DE EURÍPIDES

THE METAPHYSICAL-ONTOLOGICAL DIALECTIC AS AFFIRMATION OF THE DIVINE IN EURIPIDES' BACCHAE

DANIEL TOLEDO¹
INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
dasilvatoledo@yahoo.com.br
ORCID.ORG/0000-0002-2502-7416

13

ARTIGO RECEBIDO A 21-02-2017 E APROVADO A 16-06-2017

Resumo: Tendo como temática *As Bacantes*, de Eurípides, o artigo tem como principal propósito deslocar o foco da tensão entre Penteu e Dioniso de um conflito tradicionalmente encerrado entre os planos político e religioso para uma confrontação em que a negação do deus, para além de seus modos possíveis, visaria conduzir à afirmação final

1 Bacharel em Filosofia, mestre, doutor e pós-doutor em Ciência da Religião pela UFJF e pela PUC-MG. O presente artigo foi desenvolvido a partir de um extrato do seguinte livro de nossa autoria elaborado inicialmente como tese doutoral junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião (PPCIR) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) sob financiamento do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) do Brasil: Toledo, Daniel. *O fundamento trágico da metafísica a partir da ontologia de Heidegger. A originária correlação histórico-existencial entre tragédia e niilismo*. NEA, Saarbrücken, 2015: 464-472.

do mesmo através de um incipiente horizonte metafísico em relação de transcendência com a dimensão ontológica do mortal.

Palavras-chave: Eurípides; Bacantes; dialética; metafísica; ontologia.

Abstract: This study deals with the *Bacchae*, by Euripides, and its main purpose is to shift the focus of the tension between Pentheus and Dionysus from a conflict traditionally closed between the political and religious plans for a confrontation in which the negation of the God, further on its possible modes, would lead to the final affirmation of It through an incipient metaphysical horizon in relation of transcendence with the ontological dimension of mortal.

Keywords: Euripides; *Bacchae*; Dialectic; Metaphysic; Ontology.

I

14

As *Bacantes* é, livre de dúvidas, o drama mais expressivo de Eurípides². Alguns comentadores, encabeçados por Jeane Roux, defendem a tese de que a oposição entre Dioniso e Penteu simboliza a oposição entre religião natural e poder terreno e que esse conflito representaria o principal ponto da obra³. “Dioniso representa, nesta esquematização, uma pureza perdida; se Penteu não o reconhece, é porque era prisioneiro dos valores estabelecidos”⁴. Deve-se delimitar, quanto a isso, que valores especificamente seriam esses, uma vez que, obviamente, não poderiam ser aqueles religiosos representados pela figuração do próprio deus. Trata-se então, sobretudo, dos valores políticos, que no período de Eurípides, através de uma incipiente e já robusta sustentação sofística pretensamente epistêmica, já haviam adquirido força suficiente para se

2 Cf. Eurípides 2005: 13.

3 Cf. Bollack 2005: 45-46.

4 Bollack 2005: 52.

colocar numa relação de tensão com os valores religiosos tradicionais⁵. Na medida em que esse poder terreno de Penteu se expressa através de sua liderança política, incorrer-se-ia aqui principalmente em “dois tipos de sabedoria de cuja oposição decorre a tensão dramática de *As Bacantes*: a derivada da razão, friamente encarnada em Penteu, e a do bom senso, de aceitar devotamente os preceitos dos deuses, representada por Tírésias e ensinada por Dioniso”⁶. Quanto a essa chave de interpretação, que já se tornou clássica entre os estudiosos do referido drama, também nós concordamos haver, nitidamente, uma polarização bem delimitada que marca a peça de maneira crucial. Todavia, pretendemos, a partir disso, indicar aqui que esse conflito deve ser direcionado para uma determinada orientação de sentido que entendemos ser a motivação de fundo essencial da tragédia euripídiana *As Bacantes*.

Para chegarmos a este objetivo, nossa posição inicial em relação à confrontação central do drama deve ser a seguinte: entendemos que todas as propostas de abordagem de *As Bacantes* que não se centralizam estritamente sobre a tensão entre a afirmação e a negação do deus Dioniso são formas marginais de se acessar a peça e que, conseqüentemente, não levam diretamente à sua essência. Daí termos de concordar que

15

5 “O seu espírito positivo, tanto quanto a sua função de chefe de Estado, tornam-lhe suspeito o misticismo da religião dionisíaca”. Bonnard 1984: 488.

6 Rocha-Pereira. In: Eurípides 1973: 334; cf. tb. 229; Vernant/Vidal-Naquet 2008: 352 e Eurípides 2005: 12. Quem tenta apresentar argumentos contra essa oposição, na esteira de Charles Segal, é Jean-Pierre Vernant. Mas para isso, ele confunde a postura de Penteu com as acusações que lhe são dirigidas! Assim, o fato de Penteu a todo tempo ser acusado de insensato e até mesmo louco por contrariar o deus não pode nos impedir de perceber que para realizar essa afronta ele se apoia justamente em seu ceticismo munido de argumentos lógico-rationais – no caso dele, sofisticos – para sustentar a postura que, aos olhos dos devotos ao deus, é, de toda forma, desprovido de sentido! O que, inclusive, só faz aumentar o contraste já salientado. E para evitar ainda o outro lado de um mesmo erro, não devemos crer que o fato dos seguidores de Dioniso o louvarem como sábio, como tampouco o fato do deus chamar ao juízo aqueles que dele duvidam, ou mesmo seus recursos empregados por ele para desbancar seus oponentes, possam nos autorizar a fazer de Dioniso quase um Apolo na forma como o entende a tradição! Cf. Vernant/Vidal-Naquet 2008: 353-354.

nesta obra derradeira de Eurípides a “pura configuração da oposição trágica” encontra-se “na clara realização da antítese entre o poder divino e o ateu”⁷. Entrementes, como se percebe, as análises tendem a focar a oposição enredada numa espécie de circularidade fechada, sem permitir que o conflito atinja uma finalidade mais específica e determinante para o sentido global do poema. Logo, não nos bastará apenas chamar a nossa atenção para o fato de que, quando novamente “no texto aparecem a problemática dos valores antigos e dos novos, do destino e da escolha, dos antigos e dos novos deuses das *póleis*”, esse conflito aparece bem delimitado entre duas figuras a representar cada um dos polos, de tal forma que não há um herói que traga apenas em si mesmo a contradição⁸. Faltaria ainda apontar que tal construção serve a um modo *sui generis*, constitutivo do intuito maior do poeta, de conceber o deus Dioniso através de uma perspectiva final essencialmente afirmativa⁹.

7 Lesky 2006: 264. Obs.: “pura” em virtude do fato de que “autoreconhecimento e derrocada coincidem”. Wildberg 2002: 162.

8 Gazolla 2001: 100.

9 “Deus revela-se aqui com uma força incomparável”. Bonnard 1984: 490. O que reforça essa nossa suspeita é o parecer comum a muitos estudiosos que tendem a entender *As Bacantes* como “uma espécie de palinódia, em que o poeta, que fora acusado por Aristófanes de ateísmo e agora se convertera, glorificava de modo espetacular o poder de Dioniso”. Rocha-Pereira. In: Eurípides 1973: 229. Cf. tb. Gazolla 2001: 94; Eurípides 2005: 12, 13 e Bollack 2005: 56. “Põe firmemente o enigma de um mistério que durante toda a vida angustiou o poeta e a que ele deu as respostas mais contrárias – o mistério de Deus, da sua existência, da sua justiça ou da sua injustiça, da sua ação na vida do universo e na vida dos homens. O mistério de Deus, a necessidade de Deus, dilaceraram Eurípides durante toda a sua carreira. Sucessivamente, crê e blasfema. Nas *Bacantes* liberta enfim, pela criação das personagens que ali se defrontam, as forças que o dividiam, essas forças que fazem dele um poeta *trágico*. *As Bacantes* são a chave do poeta trágico Eurípides”. Bonnard 1984: 481. Como exemplo de interpretação contrária, e que nos soa absurda, temos a que repousa na pretensão totalmente infundada de imputar ao autor de *As Bacantes* um “espírito de ceticismo e zombaria contra os deuses tradicionais”: “Não temos nesta tragédia nenhuma conversão do autor à velha religião, como durante algum tempo quis acreditar parte da crítica, mas a revolta contra Dioniso cruel, injusto e prepotente. Eurípides permaneceu fiel a Penteu representante legítimo da razão, em luta contra as forças do fanatismo e do irracional”. Mariano

II

Eurípides apresenta Dioniso como um deus que “se excede” porque “não impõe moderação” a seus seguidores¹⁰. Todavia, “excesso” e “moderação” são juízos aqui cabíveis apenas ao plano telúrico, ao qual a divindade não se restringe, ainda que se coloque em estreita relação com a realidade do mortal. O papel do deus, neste cenário, é justamente o de se furta às tentativas de determinações que lhe são dirigidas pelos “seres efêmeros”. Isto porque justamente essa é uma relação de tensão marcada fundamentalmente pela distinção de estatutos que delimita a interseção entre as perspectivas metafísica e ontológica na composição do horizonte de sentido transcendental.

Ironicamente, perder de vista a profundidade dessa chave de leitura e se ater à camada moral da questão para querer condenar o deus por seus excessos a partir de um julgamento de valores éticos implicaria justamente se deixar condicionar pelo viés do próprio Penteu, alguém que “não é capaz de compreender esta religião; para ele trata-se de um mundo fechado. As suas raízes mergulham no intelectualismo e numa moral estreita”¹¹. A moralidade pragmática do chefe de estado revela-se insuficiente para abarcar o que está sendo colocado em jogo através da figura do deus, sendo este contraste fundamental para a economia dramática da peça.

17

Parziale. In: Brandão 1984: 251. Cf. tb. Bonnard 1984: 487. Há um diagnóstico preciso para esse vício de interpretação: “O racionalismo frio da geração que nos precedeu não podia permitir que, em *As Bacantes*, Eurípides fizesse outra coisa que não fosse atacar, expor e ridicularizar a religião dionisíaca”. Kitto II 1972: 335. Por conseguinte, “a ideia de um engajamento antirreligioso de Eurípides é anacrônico, ela data da época dos movimentos anticlericais; na qual subsiste uma radicalidade extrema diante de um projeto artístico temerário, que comporta indiscutivelmente um aspecto ao qual chamaríamos ‘crítico’”. Bollack 2005: 49.

10 Eurípides 2003: 80 [vs. 634-635].

11 Kitto II 1972: 340.

Ao fundo dessa questão, o que devemos observar é que Dioniso é a divinização das forças naturais, e estas, inseridas no universo trágico, estão sempre de alguma forma em conflito com os sentidos da existência humana¹². Quanto a essa forma de configuração da deidade, é sabido que a noção geral tradicionalmente vigente de “metafísica” responde basicamente por um princípio de fundo transcendente ao qual se recolhem os fenômenos mundanos. Este fundamento é transcende justamente porque excede a capacidade de apreensão finita do homem. Na medida em que alcança este estatuto, também não pode ser atingido pelas disposições lógicas assentadas em qualquer pretensão de nossas organizações idealizadas da realidade. É através desse viés mais amplo que deve ser entendido em que medida, “portanto, Dioniso é não-moral, e sobretudo, não racional. Não é da sua conta inculcar a castidade e a sobriedade, nem obedecerá às leis da nossa razão”¹³. Os deslocamentos de sentidos provocados pela divindade exigem uma constante ressignificação daqueles limites pretendidos como reais e concretos pela ordenação lógica apoiada na racionalidade de um ser finito limitado em seu tempo e espaço. Ao reportarmos assim este conflito a essa questão dos limites da realidade humana, podemos entender melhor porque é que fazer dessa peça, “como proclamam os defensores da chamada tese racionalista, uma condenação veemente do fanatismo”¹⁴, implica mais do que o deslocamento de seu centro de gravidade, acarretando, de maneira mais grave, na redução de sua essência.

É bem sabido que, em linhas gerais, *As Bacantes* tematiza essencialmente a catástrofe de um rei mortal que “ousou guerrear contra um

12 “Não se trata, com efeito, de um conflito simples entre a razão e a paixão, mas de uma interação mais ampla”. Sergio Rouanet. In: Novaes 2009: 503. “Sucumbir à natureza consiste na dominação da natureza, sem a qual o espírito não existe. Por meio da resignação, na qual se reconhece o senhorio retomado na natureza, se lhe desfaz a pretensão senhorial que justamente o escraviza à natureza”. Adorno/Horkheimer 2003: 46.

13 Kitto II 1972: 341.

14 Rocha-Pereira. In: Eurípides 1973: 229.

nume”¹⁵. A ousadia ou a *hybris* de Penteu configura uma antítese que, se desfeita em si mesma, diluiria a própria tensão dramática da peça em seu todo, de tal forma que a mesma não atingiria aquele que nos parece ser o propósito maior do poeta. Tendo em consideração que é a resiliência da resolução do rei que conduz ao seu declínio e tomando como referência central essa derrocada em sua orientação final, deve ficar claro que o tratamento da obra visa basicamente a transmitir a mensagem de que “a negação da Divindade acarreta a desgraça”¹⁶. Subjugado pelas forças que o excedem através daquilo que ele mesmo é, ou seja, tendo seu modo de ser no mundo declinado por uma “ple-tora” de sentido que transcende sua capacidade de apreensão finita, o mortal abre ao poeta uma possibilidade de depreender certa mensagem doutrinária por meio de sua obra. “Doutrinação” que pode ser desdobrada através do seguinte:

O que está sendo desnudado é a sacralidade como valor máximo ao mortal, a reverência necessária que os homens devem aos deuses, pois o que pensa ser o homem para, diante de ações compreensíveis somente pela presença de divindades, determinar o que é e o que não é o sagrado, acreditando em seus meros argumentos?¹⁷

Em termos formais de fundo, é como se o sentido ontológico, através de um movimento dialético, servisse de ponte para o horizonte metafísico através do contraste delimitativo entre os mesmos.

A aplicação desse viés interpretativo deve nos permitir ir mais ao fundo do que o permite a redutiva constatação de que o propósito principal de *As Bacantes* seria o de evidenciar que a “co-habitação”

15 Eurípides 2003: 115, 62 [vs. 1250, 314]. Cf. tb. Eurípides 1995: 23. Obs.: o fato de se tratar de um rei conta muito pelo fato de que, já neste período, “a exclusividade religiosa estava sendo substituída pela autoridade real”. Bollack 2005: 82.

16 Jaa Torrano. In: Eurípides 1995: 24. A pergunta, de caráter retórico, também nos soa óbvia: “Que pretende o poeta, afinal, ao mostrar um Penteu tão enfraquecido diante de um deus tão poderoso?” Gazolla 2001: 105.

17 Gazolla 2001: 100.

(*cohabitation*) entre os deuses e os mortais é “intolerável”¹⁸. Não será apenas isso que nos permitirá constatar de maneira mais profunda de que forma o desdobramento do drama obedece a uma dialética em que a negação de Penteu é colocada como uma antítese visando contribuir com a afirmação final do deus Dioniso¹⁹.

III

Toda esta dinâmica da tragédia repousa sobre a essência de um deus que se afirma a partir de sua negação. A epifania de Dioniso, desde sua origem, exige que se a negue para que ela aconteça propriamente. Ao observarmos isso, devemos reconhecer que toda a tensão dramática presente na peça se direciona para a afirmação do deus em sua essência. Essa sua essência é constituída pela dinâmica incessante entre afirmação e negação, de tal forma que o seu drama se desdobra justamente através deste próprio movimento dialético, através do qual o deus “mascarado” ou “velado” se dá a conhecer como aquele que se

20

18 Bollack 2005: 15.

19 Quanto a Penteu: “Ele é somente o ponto de ancoragem da ação. Se ele é o herói trágico, é um herói que joga o jogo de Dioniso”. Bollack 2005: 39. Quanto à forma de exposição dialética: “O não-reconhecimento é um obstáculo necessário, uma passagem obrigatória para o reconhecimento”. Bollack 2005: 16. Sendo assim, não nos parece apropriado sequer colocar a peça em dupla posição, pois não perdura nela um caráter ambíguo, na qual se alternaria ora uma crítica ora uma exortação ao deus, ao contrário do que acredita Jean-Pierre Vernant, dentre outros. Cf. Vernant/Vidal-Naquet 2008: 337. Perspectiva que poderia ser confirmada por meio da iniludível e clara constatação de que, no fim, “triunfa a verdade da dualidade entre o homem e o deus”. Bollack 2005: 23. Delimitação definitivamente clara da diferença de poderes e da relação de sobrepujamento dessas instâncias! Obs.: André Bonnard internaliza esta dialética ao próprio espírito do poeta: “Toda a resistência que o seu ser sensato opunha ao divino é arrastada [...]. Penso não me enganar ouvindo aqui o acento de uma alma por instantes preenchida pela presença de Deus. Tal é o outro pólo da tragédia, e de Eurípides”. Bonnard 1984: 492.

nega à apreensão humana²⁰. A unidade de fundo dessa dinâmica de sua essência repousa sobre a disposição fundamental do deus em subjugar as tentativas de apreensões empreendidas pelos mortais. “Toda a história do não-reconhecimento serviu de pretexto para conduzir a isso. Não há outra fatalidade senão essa de um poder único que se exerce e se impõe”²¹. Este poder se faz conclusivamente soberano tão logo ele subjuga o poder terreno que se lhe opunha.

Conforme já procuramos demonstrar alhures, essa afirmação final não foge à perspectiva euripídiana mesmo quando comparada às demais peças do poeta, e sim a radicaliza ainda mais em virtude do fato significativo de que aquilo que Eurípides sempre procurou nos evidenciar através de seus dramas é que a afirmação do divino nem sempre se orienta para uma determinada ordem de mundo na forma como a compreende a razão do mortal, mas antes justamente para o sentido de que a divindade pode sim responder pela ausência desta ordem, por

20 Cf. Otto 1996: 81. O coro báquico invoca Dioniso como “máscara sarcástica” (γελῶντι προσώπω). Eurípides 2003:103, 173 [v. 1021]. Cf. tb. Lesky 2006: 59, 77. Chamando a atenção para o que se recusa como tal, a máscara torna-se, em um sentido ainda mais amplo, símbolo do trágico em virtude do seu seguinte estatuto: “A máscara situa-se na fronteira equívoca entre o humano e o ‘divino’, entre a ordem diferenciada que está se desagregando e seu além diferenciado que é também o reservatório de toda diferença, a totalidade monstruosa, de onde sairá uma ordem renovada”. Girard 2008: 210. Obs.: de certa forma, todos os deuses gregos podem, em virtude dos cultos e dos rituais, serem associados ao uso de máscaras, “mas nenhum outro deus estava tão estreitamente associado à máscara como Dioniso. Dioniso valia, via de regra, como um *deus da máscara*”. Vogel 1966: 51. Isto fundamentalmente pelo seguinte: ela é símbolo e manifestação do que aí está e ao mesmo tempo não está; presença mais imediata e ausência absoluta em unidade. Assim, a máscara nos diz que a manifestação de Dioniso [...] está associada ao segredo infinito da duplicidade e da contraditoriedade. Ela se coloca violenta e iniludivelmente em presença e, ao mesmo tempo, se retira na distância indizível. Ela abala através de uma proximidade que é igualmente afastamento. O último mistério da existência e do não-ser”. Otto 1996: 84, 128, 189. “A presença de um ausente –, esse jogo se exprime na ambiguidade da máscara usada pelo deus”. Vernant/Vidal-Naquet 2008: 336, 163, 175, 347. Cf. tb. Vernant 1988: 104.

21 Bollack 2005: 43. “Portanto, a peça não tem outro fim; a glória do deus atende ao seu argumento”. Bollack 2005: 39.

sua resignificação ou pelo sobrepujamento da mesma²². É claro que a partir do momento em que se pode atribuir à arbitrariedade divina a própria suspensão de sentido do ser, há já de se reconhecer com isso, com honestidade, que a divindade, em certa medida, ainda será sustentadora de uma determinação última²³. Todavia, o que permanece trágico, e, logo, digno de significação, é, no caso presente, o caráter inapelável deste sentido. Afinal, se tratam de deuses que nem sempre “compartilham as nossas aspirações de misericórdia”²⁴. Isto porque, como já visto, os deuses da tragédia não se deixam condicionar integralmente pelo pathos dos mortais justamente porque não são de todo redutíveis aos construtos terrenos, dentre os quais, a moral humana²⁵.

22 Cf. Toledo 2015: 383-500.

23 Por “sentido último” entenderemos aqui a articulação das apreensões pré-teóricas dos horizontes ontológico e metafísico enquanto configuração radical da dimensão vivencial (existencial). Uma “vinculação” que “permite ao homem vivenciar o mais elevado”, expressando assim ao mesmo tempo a própria “perspectiva do deus” e a “definição do poema trágico explicitamente como ‘unidade com tudo que vive’ e que remete com isso ao ápice do pensamento e dos sentidos”, representando, em sua totalidade, o “fundamento pensável da tragédia” e “a vivência divina e humana”. Wöhrmann 1967: 9, 11. Cf. tb. Jamme/Lemke 2004: 382.

24 Kitto II 1972: 341. E mesmo diante disso, há ainda uma linha interpretativa que promulga que “o deus é convocado a fazer triunfar pela alteridade a ordem e o bem”, na medida em que “a vinda de Dioniso repara a ligação degradada entre a vida da cidade e o mundo dos deuses”. Bollack 2005: 61, 60. De toda forma, e de maneira tragicamente paradoxal, também essa forma de remissão se dá pela imposição da ruptura em última instância!

25 Ao fazer com que Agave assassinasse o filho, Dioniso também faz com que uma das bacantes sucumba inocentemente. Isto porque a mãe de Penteu é somente um instrumento de uma força que não se deixa controlar pela piedade, dado ser a indulgência algo que não pertence ao ser de Dioniso. E não será isto a fazer com que se impute a Eurípedes uma animosidade contra o deus, pois ainda naquela época, “em Atenas, o deus podia se mostrar assim, excessivo. Não era escandaloso. Não era de se colocar em questão sua essência justamente quando ele exercia sua força e mostrava seu poder. Um deus não era obrigado a ser bom e nem terno”. Bollack 2005: 110. Tanto que no 5º ato, “o deus declara não ser a favor de ninguém. Pessoa alguma irá lhe contradizer caso se trate de mostrar que ele é um deus de fato”. Bollack 2005: 115.

Na medida em que Dioniso se revela como uma divindade que determina os limites da realidade do mortal, bem como o risco de suspensão da mesma, escapando ao mesmo tempo a ela, o que se tem com isso é uma originária configuração poética de um postulado metafísico em confrontação com a dimensão ontológica do humano. Todavia, essa relação só pode ser existencialmente empreendida pelos seres finitos através das disposições restritas ao caráter contingencial destes. Este empreendimento, limitado no tempo e no espaço, não alcança por completo a abertura de sentido na qual se recolhem as referências ao divino. Lançado nessa sua dinâmica de transcendência, o ser finito constantemente encontra-se tragicamente remetido a um horizonte de sentido que lhe excede em essência. Por tudo isso é que não podemos fixar a dinâmica do drama em questão deixando de observar que aqui “vê-se o interesse de focar não a transgressão de uma regra, mas a reivindicação de um reconhecimento sempre novamente negado”²⁶. O que reforça a tese de que há uma determinada dialética a mover o drama, uma vez que todo o jogo de forças entre a estabilidade e a instabilidade da realidade provocada pela tensão entre a divindade e o mortal aponta para o fato fundamental de que as ações do deus não podem prescindir da relação deste com o humano para se consolidar. Através deste argumento, entendemos que se evidencia que o que temos aqui em mãos é a configuração originariamente trágica de uma relação essencial de transcendência entre o metafísico e o ontológico.

Dioniso desarranja a realidade dos mortais para que eles de certa forma possam partilhar dos mistérios divinos preservados como tais. Paradoxalmente, uma dimensão de sentido inalcançável como um todo se dá a conhecer por sua própria recusa em abrir-se em sua essência de fundo. Este é o contraste metafísico que oferece à dimensão ontológica as próprias nuances de seus limites entre a realidade concreta e o horizonte de sentido transcendental. A realidade restrita do mortal,

26 Bollack 2005: 85.

esse “universo do mesmo”, precisa “integrar a si esse elemento de alteridade que todo grupo, todo ser humano traz em si”, do contrário, “o estável, o regular, o idêntico oscilam e desmoronam”²⁷. As referências de sentido último, que excedem a capacidade de apreensão finita dos mortais, delimitam o campo de ação transcendental na medida em que se chocam contra uma lógica de operação vivencial circunscrita ao universo fáctico do mortal condicionado no tempo e no espaço. É, inclusive, a partir deste contexto interpretativo de fundo que entendemos que deve ser depreendido o teor essencial da seguinte mensagem “doutrinária” contida no drama:

As bacantes reagem à situação definindo a “regra da moderação”. A mortalidade humana, dizem elas, não fornece argumentos para combater os imortais; a vida pode ser vencida pela sombra da morte (v. 1003-1004). Para elas, isto é o ápice da sabedoria. Elas não ignoram a existência da reflexão, nem sua importância, mas elas fizeram sua escolha, e contra ela. A crença conduz mais longe. Suas práticas as conduzem ao êxtase; mas elas sabem, com isso, se integrar à lei moral sem ver nisso contradição alguma²⁸.

A profusão de sentidos provocada pelo orgíaco dionisíaco é responsável também pela interpenetração das instâncias sensíveis e transcendentais que redelimita os arranjos de mundo dantes pretensamente sustentados pela racionalidade humana. Por isso que essa partilha trágica é sempre já, ao mesmo tempo, uma transgressão da diferença. A própria necessidade do mortal de trazer o divino para seu universo de ação implica já de maneira inelutável uma violência contra a divindade. Diante disso, é inevitável a admissão do seguinte: “O Dioniso das *Bacantes* é um deus trágico, assim como, aos olhos de Eurípides, é a existência humana. Mas deixando ver sua epifania no palco, o poeta torna o deus e a vida tão inteligíveis, em suas contradições, quanto

27 Vernant/Vidal-Naquet 2008: 352.

28 Bollack 2005: 83.

podem ser”²⁹. Essa inteligibilidade se nos impões como devedora de um horizonte de sentido que a excede. E é justamente assim, isto é, de maneira conflitante, bem conforme ao espírito do poeta trágico, que Dioniso, “ao termo da criação euripidiana”, sobrepondo-se absolutamente a todos os ataques lançados contra ele, “aparece bem no centro espiritual do drama que outrora emergira de seu culto”³⁰. Aparece para, antes de seu novo êxodo, consumir a ação trágica, permitindo aos mortais, através de seu êxito final, um falso triunfo e uma “lúcida aflição”³¹. Falso triunfo do rei finito que se lhe opusera e aflição de sua própria bacante que, seguindo o deus, matara o próprio filho, acometida de uma extasiante ilusão.

IV

Alhures procuramos justificar porque concordamos que, em meio a toda a produção euripidiana, “*As Bacantes* permanece como uma peça dominante”, não apenas em virtude de que dela pode ser feita “uma parte integrante da liturgia dionisíaca”, mas, sobretudo, por ser ela, de fato, o apelo “mais elevado” feito aos deuses por Eurípides em suas tragédias³².

Neste momento, procuramos atribuir a esta obra também certo caráter “propedêutico”, em sentido estrito, uma vez podermos extrair dela, segundo procuramos evidenciar, elementos de forças que são colocados em jogo de uma tal maneira pelo poeta que se nos afiguram como potencialmente constitutivos de uma metafísica incipiente subjacente ao poema *As Bacantes*, através, sobretudo, do papel desempenhado pelo deus Dioniso, pois a nós também se mostra relativamente

29 Vernant/Vidal-Naquet 2008: 359.

30 Lesky 2006: 267.

31 Bollack 2005: 84.

32 Bollack 2005: 65, 97. Cf. Toledo 2015: 464-472.

plausível a hipótese de que, ao mesmo tempo, “ele representa uma ordem de valores superiores, e um princípio, revelado por uma interioridade da ‘experiência’”³³. Mas não somente por isso, uma vez que, além disso, a divindade aqui representa uma instância de força que amplia o campo de ação humana justamente na medida em que excede a ordenação racional de mundo. É desse modo que o Deus Baco sustenta um princípio metafísico de transcendência. Evidentemente, também como procuramos salientar, desta figuração do deus não poderíamos depreender tal significação se o mesmo não se perfizesse através de sua relação de tensão essencial com a figura humana de Penteu. Por meio deste poema clássico se constitui uma dialética entre o metafísico e o ontológico na medida em que através dele podemos entrever uma possibilidade de compreensão de um horizonte de transcendência constituído fundamentalmente pelo caráter finito do mortal em conflito com uma abertura de sentido que excede e subjuga sua capacidade de apreensão limitada no tempo e no espaço.

26

Segundo essa nossa perspectiva apresentada, este horizonte de compreensão poderia então ser antecipado a partir da seguinte generalidade ou esquematismo que se nos revela passível de ser aplicado à dinâmica de forças aqui depreendida do derradeiro drama euripídiano:

A reconciliação dos contraditórios simboliza a transcendência. Mas esta mesma transcendência explica o caráter perigoso, quase inumano, do sagrado. O homem não pode viver neste clima de contradição, neste campo de forças em que a oposição de atributos inimigos mantém uma tensão tal que a realidade humana, mediando entre contradições, encontrar-se-ia como que aniquilada, volatilizada. A atualização simultânea de todas as possibilidades-limites teria por efeito desintegrar quem se aventurasse entre elas. Por isso mesmo, os valores assim dados conjuntamente em estado selvagem correriam o risco de, também

33 Bollack 2005: 53.

eles, anularem-se mutuamente, de tal sorte que o seu caos comum se aparentaria, definitivamente com o nada. É por isso que a afirmação originária do sagrado como matéria-prima flutuante e matriz de significações de valor, tende rapidamente a se esquematizar, fixando-se em certos seres³⁴.

Com isso, procuramos evidenciar que aquilo que a obra *As Bacantes* denota de maneira crucial e originária é a imposição da necessidade de se assumir que a ordenação da realidade depende sempre do risco constante e iminente de que essa mesma ordenação seja desfeita e rearranjada para que as possibilidades de ressignificação do real sejam reportadas a uma abertura de sentido que, em última instância, constitui de maneira essencial o horizonte de transcendência no qual o mortal encontra-se sempre de saída lançado sem nunca poder se assegurar por completo do mesmo. Como se definiu logo em seguida ao declínio da tragédia ática, encetado pela filosofia platônica e desdobrado ao longo de toda a história espiritual do ocidente, o horizonte metafísico será essencialmente constituído por esse exercício de hipostasiar um princípio de fundo da realidade humana que não se restringe aos limites sensíveis da mesma. Em termos gerais, essa foi a fórmula filosófica adotada por toda uma longa tradição de pensamento para tentar projetar uma sustentação da realidade para sempre mais além de si mesma. Realidade que, todavia, já havia sido colocada em jogo pelo gênero trágico.

Por conseguinte, aquilo que de importante parece-nos poder ser conclusivamente apreendido através dessa chave interpretativa aplicada aqui de maneira retroativa ao poema derradeiro da tragédia clássica é que os enquadramentos metafísico e ontológico aderem de maneira essencial ao universo trágico em reação à própria potencialidade deste universo em se desprender dinamicamente de toda necessidade de determinação definitiva de uma realidade segura, ou seja, em virtude

34 Gusdorf 1980: 59-60. “Deste modo, vê-se que este equilíbrio não deixa de ser frágil”. Gusdorf 1980: 61.

ainda da tragédia trazer em si forças inconciliáveis em absoluto e que, justamente por isso, precisariam de alguma forma ser conciliadas de maneira imediata, para que assim ao menos as ilusões dos sentidos de fundo dos fenômenos subsistam para os seres finitos, ainda que apenas ao longo de um lampejo dos deuses.

BIBLIOGRAFIA

- Adorno, T./Horkheimer, M. (2003), *Dialektik der Aufklärung*. Philosophische Fragmente. Frankfurt am Main, Fischer.
- Bollack, J. (2005), *Dionysos et la tragédie*. Commentaire des *Bacchantes* d'Euripide. Paris, Bayard.
- Bonnard, A. (1984), *A civilização grega*. Trad. José Saramago. São Paulo, Martins Fontes.
- Brandão, J. (coord.) (1984), *O enigma em Édipo Rei. E outros estudos de teatro antigo*. Anais do I Congresso Nacional de Estudos Clássicos. Belo Horizonte, CNPq/UFMG, 1984 (Publicações do Departamento de Letras Clássicas da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais: vol. 5).
- Kitto, H. (1972), *A tragédia grega*. Estudo literário. 2 vols. Trad. José M. C. Castro. Coimbra, Arménio Amado (Col. Stvdivm: vols. 91, 92).
- Eurípides. (1973), *Alceste. Andrômaca. Íon. As Bacantes*. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira, Manuel de Oliveira Pulquério, José R. Ferreira, Maria A. N. Malça, Maria Manuela da Silva Álvares e Maria de Fátima M. Machado. Lisboa/São Paulo, Verbo.
- (2003), *As Bacantes*. Tradução e introdução de Trajano Vieira. São Paulo, Perspectiva.
- (1995), *Bacas*. Ed. bilingue. Tradução e estudo de Jaa Torrano. São Paulo, HUCITEC.
- (2005), *Ifigênia em Áulis. As Fenícias. As Bacantes*. 5ª Ed. Tradução e apresentação de Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro, Zahar (Col. A tragédia grega: V).

- Gazolla, R. (2001), *Para não ler ingenuamente uma tragédia grega. Ensaio sobre aspectos do trágico*. São Paulo, Loyola.
- Girard, R. (2008), *A violência e o sagrado*. 3ª ed. Trad. Martha C. Gambini. São Paulo, Paz e Terra.
- Gusdorf, G. (1980), *Mito e Metafísica. Introdução à filosofia*. Trad. Hugo di Prímio Paz. São Paulo, Convívio [1953].
- Jamme, C., Lemke, A. (2004), „*Es bleibet aber eine Spur/Doch eines Wortes*“. Zur späten Hymnik und Tragödientheorie Friedrich Hölderlins. München, Wilhelm Fink.
- Lesky, A. (2006), *A tragédia grega*. 4ª Ed. Trad. J. Guinsburg, Geraldo Gérson de Souza e Alberto Guzik. São Paulo, Perspectiva (Col. Debates: vol. 32).
- Novaes, A. (org.) (2009), *Os sentidos da paixão*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Otto, W. F. (1996), *Dionysos*. 6. Aufl. Frankfurt am Main, Vittorio Klostermann.
- Toledo, Daniel S. (2015), *O fundamento trágico da metafísica a partir da ontologia de Heidegger. A originária correlação histórico-existencial entre tragédia e niilismo*. Saarbrücken, NEA.
- Vernant, J.-P. (1988), *A Morte nos Olhos. Figurações do Outro na Grécia Antiga: Ártemis, Gorgó*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Vernant, J.-P., Vidal-Naquet, P. (2008), *Mito e Tragédia na Grécia Antiga*. 3ª ed. Vários tradutores. São Paulo, Perspectiva.
- Vogel, M. (1966), *Apollinisch und Dionysisch. Geschichte eines genialen Irrtums*. Regensburg, Gustav Bosse.
- Wildberg, C. (2002), *Hyperesie und Epiphanie*. Ein Versuch über die Bedeutung der Götter in den Dramen des Euripides. München, Beck (Zetemata: Heft 109).
- Wöhrmann, K.-R. (1967), *Hölderlins Wille zur Tragödie*. München, Wilhelm Fink.

Página deixada propositadamente em branco

KATABASIS E AUTOSSALVAÇÃO NA RECRIAÇÃO DO ORFISMO NO BANQUETE DE PLATÃO

KATABASIS AND SELF-SALVATION IN THE RECREATION OF THE ORPHISM IN PLATO'S SYMPOSIUM

LUCIANO COUTINHO¹

CECH - UNIVERSIDADE DO MINHO

lucianocoutinho1@gmail.com

ORCID.ORG/0000-0003-3868-9950

ARTIGO RECEBIDO A 13-04-2017 E APROVADO A 17-06-2017

31

Resumo: A temática de salvação da alma no Hades é bastante recorrente na tradição órfica. Platão recria esta imagem órfica, no *Banquete*, com o intuito de alterar a ideia órfica de salvação/resgate de uma alma (que é dada por uma divindade, nomeadamente Orfeu) em uma imagem que reforça sua teoria da responsabilidade psíquica, com a ideia de que cada *psyche* só pode salvar-se a si própria. Para tanto, a famosa descida de Orfeu para resgatar sua amada Eurídice da morte no Hades é alterada por Platão por uma imagem de completo fracasso: os deuses

1 Luciano Coutinho é Doutor em Estudos Clássicos / Filosofia Antiga pela Universidade de Coimbra – UC (bolsista CAPES para Doutorado Pleno no Exterior). É Mestre em Filosofia Antiga pela Universidade de Brasília – UnB (bolsista CAPES). É Mestre em Arquitetura e Urbanismo (com ênfase em Estética e Semiótica) pela Universidade de Brasília – UnB. Realizou Pós-Doutoramento no Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia – UFU (com bolsa CAPES/Procad). Atualmente, está a realizar Pós-Doutoramento no Departamento de Filosofia da Universidade do Minho.

do Hades oferecem a Orfeu apenas o fantasma de Eurídice e não sua *psyche*, como quem paga ilusão com decepção. Ao tentar enganar as instâncias divinas com meros encantamentos superficiais, Orfeu recebe dos deuses o maior dos enganos: uma imagem fantasmagórica de sua amada. Tentaremos, neste trabalho, demonstrar como essa recriação platônica da *katabasis* e da salvação órficas sustenta a ideia de que nenhum ente teria o poder de salvar um outro ente da obscuridade, pois cada *psyche* só é capaz de salvar-se a si própria.

Palavras-chave: Orfismo; Platão; Recriação do Orfismo; *Katabasis*; Autossalvação.

Abstract: The topic of the soul's salvation in Hades is very recurrent in the Orphic tradition. In the *Symposium*, Plato recreates this Orphic image in order to modify the Orphic idea of the soul's salvation/rescue (which is given by a divinity, namely Orpheus) into an image that reinforces his theory of psychic responsibility, with the idea that any *psyche* is able of self-salvation. Therefore, the famous Orphic descent to Hades to rescue his beloved Eurydice from death is modified by Plato into an image of complete failure: the gods of Hades offer Orpheus only the ghost of Eurydice rather than her *psyche*, as if to pay illusion with deception. As he tried to deceive the divinities with superficial enchantments, Orpheus receives from the gods the biggest of all delusions: a phantasmagorical image of his beloved one. This paper aims to demonstrate how this platonic recreation of the orphic *katabasis* and the orphic salvation supports the idea that no entity would have the power to save another entity from obscurity, since every *psyche* is able of self-salvation.

Keywords: Orphism; Plato; Recreation of Orphism; *Katabasis*; Self-salvation.

APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA²

A *katabasis* de Orfeu é, sem dúvida, um elemento mítico fundamental na busca platônica por uma teoria acerca do melhoramento da *psyche* humana. Para compreendermos tal questão, faremos uma comparação entre imagens de *katabasis* (descida) ligadas a Orfeu, segundo conta a tradição, e a recriação de tais imagens em Platão.³

Veremos que, nos mitos ligados a Orfeu, a imagem de *katabasis* surge ora associada ao resgate de sua amada Eurídice do Hades ora não associada a esse feito. Mas, de fato, o que se repete nas duas variantes é o estatuto de intervenção que Orfeu exerceria com seus poderes de encantamento no Hades. É em torno de tais poderes que o(s) orfismo(s) fundamenta(m) a crença na capacidade de interferência no destino das almas no Além, por meio de práticas rituais de iniciação.

Ao contrário dessa visada, Platão faz sua personagem Sócrates utilizar-se dessas ideias órficas para sustentar que os crimes cometidos por uma alma não são sanados por ritual, em primeiro lugar, e, em segundo lugar, não são sanados por um outro ente que não seja a própria alma que cometera os crimes. É contra a ideia de que uma alma poderia ser livrada do julgamento por intervenção de um outro

33

2 Este artigo foi desenvolvido a partir da revisão e do redirecionamento de estudos e de partes da Tese Doutoral intitulada *Katabasis e psyche em Platão*, defendida com “Distinção e Louvor por Unanimidade” na Universidade de Coimbra – UC.

3 Comentadores como Casadesús, por exemplo, percebem com propriedade que “Platón, de un modo parecido a como lo hicieran los pitagóricos, incorporó en su propio sistema filosóficos numerosos elementos órficos, relacionados principalmente con la noción de inmortalidad del alma y su destino en el Más Allá” (Casadesús 2006: 160). Bernabé diz ainda que Platão “faz uso de algumas doutrinas órficas, aplicando generosamente sobre a mensagem antiga os métodos de transposição a que me referi no § 13, enquanto que, com relação a outras, se limita a fugir da grosseria e superficialidade dos conteúdos transmitidos pelos orfeuteleatas (Bernabé 2011: 409). Comungando com Casadesús e Bernabé, acrescento apenas a ideia de que Platão não apenas adapta as ideias míticas a seus sistemas filosóficos, mas (re)cria seus próprios *mythoi* a partir de *mythoi* originários, para com o resultado dado pelas diferenças entre os *mythoi* originários e os *mythois* recriados por ele representar suas teses filosóficas (Coutinho 2015b: 31-37).

ente (por meio de poderes encantados) que Platão recria a descida de Orfeu no *Banquete*. É nesse sentido que, para a personagem Sócrates, nem Orfeu nem qualquer outro ente poderia salvar uma alma do Hades, mas antes, cada alma só poderia salvar-se a si própria.

Platão, com isso, chama atenção para o fato de que cada *psyche* deve melhora-se a si própria, não por ritual, mas antes por mudança de caráter, já que ninguém poderia fazê-lo por ela. Salvação, nesse sentido, é uma referência ao melhoramento psíquico/mental de cada indivíduo. E ser salvo ou resgatado no contexto socrático e órfico no interior do diálogo, portanto, é antes uma imagem para a ideia de (auto)melhoramento.

Dividiremos este artigo em duas partes: 1) a primeira tratará de imagens míticas da tradição em torno da descida de Orfeu ao Hades; 2) a segunda tratará das imagens de Orfeu recriadas por Platão, em especial, no *Banquete*.

Será possível, com isso, comparar e verificar as alterações propostas por Platão, e, assim, buscar compreender, pelas diferenças entre essas imagens, a teoria platônica em torno do melhoramento da *psyche* humana por meio de uma *katabasis* subjetiva, ou se preferirmos, *katabasis* psíquica e não por meio de uma *katabasis* objetiva como no mito órfico.

1 - ORFEU E SEUS PODERES MÍTICOS DE KATABASIS

Uma das imagens mais sintomáticas de poder divino no plano ífero da existência está descrita por Heródoto:

Os Egípcios dizem que Ceres e Baco possuem um poder soberano nos infernos. Foi também esse povo o primeiro a afirmar que a alma do homem é imortal e que, morto o corpo, transmigra sempre para o de qualquer animal; e depois de haver passado assim, sucessivamente, por todas as espécies de animais terrestres, aquáticos e voláteis, torna

a entrar num corpo de homem, realizando-se essas diferentes transmigrações no espaço de três mil anos. Sei que alguns Gregos esposaram essa opinião, uns mais cedo, outros mais tarde, considerando-a como sua. Não ignoro seus nomes, mas prefiro não mencioná-los (Hdt. *Hist.* 2, 123).⁴

A respeito desta afirmação, Bernabé está convicto de que os nomes não mencionados por Heródoto estão ligados à tradição órfica:

Sabemos, não obstante, que no Egito o mito de Osiris não era secreto e que não se celebravam autênticos mistérios em honra ao deus, razão pela qual as precauções de Heródoto foram interpretadas no sentido de que na Grécia, na época do historiador, se contava nos mistérios báquicos uma história muito similar ao do deus egípcio: o desmembramento de Dionísio” (Bernabé 2007: 56).⁵

Semelhante a esse relato de Heródoto, Diodoro Siculo (D. S. 1, 92, 3) afirma que Orfeu teria trazido do Egito a maioria dos ritos iniciáticos e as celebrações orgiásticas que acompanham sua peregrinação e suas histórias sobre o Hades. Para Macías (2008: 313), essa informação de Siculo é apenas uma tentativa de aproximar a religião grega da egípcia.

O fato é que os poderes de Orfeu ficam consagrados na tradição. Suas capacidades de encantar tornam-se famosas entre os gregos.⁶ Píndaro, por exemplo, menciona Orfeu como pai dos cantos – “E da parte de Apolo, chegou o citarista, pai dos cantos, / O bem-afamado

4 Trad. de Larcher (2006).

5 “Sabemos, no obstante, que en Egipto el mito de Osiris no era secreto y que no se celebraban en honor del dios auténticos misterios, razón por la cual las precauciones de Heródoto se han interpretado en el sentido de que en Grecia, en época del historiador, se contaba en los misterios báquicos una historia muy similar a la del dios egipcio: el desmembramiento de Dioniso”. Cf. también Burkert (1983: 225, n. 43); Kahn (1997: 57).

6 O poeta Íbico de Régio (séc. VI a.C.) já mencionava a fama de Orfeu na antiguidade (Ibyc. *Adrados* fr. 26).

Orfeu” (Pi. *Piítica* 4, 176s) (OF 899 I)⁷ –, e isso está diretamente ligado ao seu poder de encantamento por meio da música.

Em *Ifigênia em Áulis*, de Eurípides, mesmo as pedras, que não compreendem a palavra humana, poderiam ser encantadas pelo canto de Orfeu. O verbo “encantar”⁸ utilizado por Eurípides (bastante recorrente no diálogo platônico que trata com exuberância questões relacionadas ao poder do encantamento: o *Cármides*⁹), indica o poder mágico da divindade por meio do canto. Esse poder torna-se essencial na dramaticidade da tragédia de Eurípides, no momento em que Ifigênia, deseja o dom órfico de encantar “pedras”, para convencer seu pai a não sacrificá-la (If. Au. v. 1212)¹⁰.

Nas *Bacantes*, Eurípides apresenta uma cena bastante representativa das capacidades que Orfeu tem para “congregar com música as árvores e os animais do campo” (E. Ba. vv. 563-564)¹¹. O encanto de seu canto, de sua música, seria uma expressão mítica do inevitável domínio exercido sob outros entes. E este é o mote mítico que a tradição órfico-religiosa associa para a sustentação da ideia de que a iniciação órfica é capaz até mesmo de fazer o iniciado passar imune pelo julgamento no Além, já que tal encantamento poderia até mesmo encantar os deuses no Hades.

Quando associada à imagem de *katabasis*, a figura de Orfeu surge em um contexto em que ele apresenta poderes no plano ífero.¹² Orfeu parece possuir o conhecimento adequado para fazer as almas alcançarem o melhor destino, abrandando, no Hades, as potências divinas.

7 Trad. de Bernabé (2011: 419).

8 ἐπάδω (If. Au. v. 1212).

9 Cf. *Cármides* (155e5). Cf. Coutinho (2015a) a esse respeito.

10 ὡσθ’ ὄμαρτεῖν μοι πέτρας.

11 σύναγεν δένδρα μούσας / σύναγεν θῆρας ἀγρώτας.

12 Para o “panxamanismo” de Dodds, que aqui comungamos, Orfeu é um tipo de xamã mítico ou protótipo de xamã (Dodds 2002: 150). Isto nos ajuda a compreender os poderes de Orfeu em sua imersão catabática.

Guthrie (2003: 81) chama atenção para o fato de que a crença órfica previa que Orfeu poderia interceder pelo bem de seus seguidores. Grosso modo, Guthrie chama atenção para a capacidade que Orfeu teria de interferir no destino de seus seguidores e a capacidade de abrandar as potências que julgam as almas no Hades. Assim, a ideia de iniciação órfica estende-se ao campo da purificação por meio ritual, ou seja, os rituais serviriam para a purificação e o melhoramento do destino das almas no Além. Apenas mais tarde (acreditamos que no período Clássico), estas ideias são associadas a um tipo de moralização, em que os seguidores iniciados de Orfeu que tivessem uma vida pura receberiam o auxílio de Orfeu no julgamento de suas almas no Além.¹³

A essa ideia de intercedência no Hades, Eurípides, em *Alceste*, chega a associar a expressão “comover” (*E. Alc.* v. 359)¹⁴ aos poderes de Orfeu, para reforçar seu poder encantatório sobre as divindades do julgamento no Hades:

Se possuísse a língua e o canto de Orfeu,
de sorte que à filha de Deméter ou a seu esposo
pudesse comover com os meus hinos e arrebatá-lo do Hades,
baixaria, e nem o cão de Plutão
nem Caronte, que com o remo acompanha as almas
poderiam me deter, até que levasse a tua vida à luz
(*E. Alc.* vv. 357-362)¹⁵

Dentro dessa perspectiva, o motivo mais comumente associado à descida de Orfeu ao Hades é a tentativa de recuperar sua amada

13 Guthrie (2003), todavia, não faz distinção entre a tradição órfica e as alterações órficas sugeridas pela filosofia, mais especificamente pelas recriações platônicas do orfismo em função das ideias teóricas acerca da *psyche*.

14 κηλέω. A expressão κηλέω está associada à amansamento e ao encantamento; cf. Macías (2008: 80).

15 (*OF* 980). Trad. Bernabé (2011: 419).

Eurídice da morte; motivo romantizado do mito bastante recorrente na tragédia e também na poesia. Embora esse tema não pareça estar nos primórdios do mito, ele assume incontestável importância em versões posteriores.

Nas descrições que traz Pausânias das cenas infernais pintadas por Polignoto não há menção da presença de Eurídice que possa explicar a situação (Paus. 10. 30. 6 = Kern, *test.* 69). Pode ser que aos olhos de alguns, seus seguidores, Orfeu tivesse ali [no Hades] uma posição estabelecida, de direito próprio por assim dizer. Não havia necessidade de supor nenhuma missão particular para dar conta de sua presença, pois para o tempo de Polignoto Orfeu era certamente o patrono de uma religião que dava o máximo peso ao dogma escatológico. Se se pode crer em Pausânias (e não há razão para duvidar de que, ao descrever coisas que ele mesmo havia visto, fosse um informante tão cuidadoso como é detalhado), esta é nossa mais antiga constância da presença de Orfeu dentre os mortos. No entanto, é bastante tardia, naturalmente, para oferecer a certeza de que o motivo conjugal, ainda que fosse uma adição posterior à história originária, deve ter sido adicionado muito antes dessa época (Guthrie 2003: 82).¹⁶

Mesmo que o motivo do resgate de Eurídice não esteja na origem do mito e tenha sido acrescido posteriormente, sua influência e importância

16 “En la descripción que trae Pausanias de las escenas infernales pintadas por Polignoto no hay mención de la presencia de Eurídice que pueda explicar la situación (Paus. 10. 30. 6 = Kern, *test.* 69). Puede ser que a los ojos de algunos, sus seguidores, Orfeo tuviera allí una posición establecida, de derecho propio por así decirlo. No había necesidad de suponer ninguna misión particular para dar cuenta de su presencia, pues para el tiempo de Polignoto Orfeo era ciertamente el patrono de una religión que daba el máximo peso al dogma escatológico. Si ha de creerse a Pausanias (y no hay razón para dudar de que, al describir cosas que él mismo había visto, fuese un informante tan cuidadoso como lo es detallado), ésta es nuestra más antigua constancia de la presencia de Orfeo entre los muertos. Sin embargo, es lo bastante tardía, naturalmente, para ofrecer la certidumbre de que el motivo conyugal, aun si fuese una adición posterior a la historia originaria, deba haberse añadido mucho antes de esa época”.

não podem ser negadas, já que demonstra o mote central em torno de Orfeu: a ideia de sua força e de sua influência no plano ífero.

Uma última consideração acerca da *katabasis* ligada ao mito de Orfeu é que, segundo a tradição mítica, Orfeu teria descido ao Hades de maneira objetiva, ou seja, a descida de Orfeu é apresentada segundo uma descida propriamente dita. Orfeu, nas imagens míticas, desceria, de fato, ao Hades e nele exerceria seus poderes e influências. Assim, buscaremos demonstrar como Platão fundamenta sua teoria acerca do poder que a *psyche* tem de decidir sobre seu próprio destino a partir da alteração da *katabasis* objetiva em *katabasis* subejtiva.¹⁷

Dito de outra maneira, Platão não comunga com a ideia de que uma divindade pode salvar uma *psyche* dos crimes que cometeu, menos ainda com a ideia de que um ritual, por si, é capaz de purificar uma *psyche*. Para Platão, cada *psyche* pode salvar-se a si própria. O canto encantatório não é a causa de purificação, mas antes e apenas um auxílio externo para que internamente a *psyche* possa alcançar sua temperança e, assim, purificar-se por meio de um auto-mergulho.

39

Analisaremos, portanto, na próxima parte, o caso do Orfeu do *Banquete*, de Platão. Nele, sua descida é associada diretamente ao tema do amor por Eurídice e sua tentativa de resgatá-la da morte no Hades.

2 - A KATABASIS DE ORFEU NO BANQUETE DE PLATÃO

Por meio de Fedro, Platão faz Orfeu, no *Banquete*, falhar em seu intento de resgatar sua amada Eurídice do Hades. É com essa alteração, em relação à tradição mítica, que Platão fundamenta a ideia da *psyche* como responsável pelo seu próprio destino, e não a divindade ou qualquer princípio ritual.

17 Cf. Coutinho (2015b).

A ironia por trás do fracasso de Orfeu em resgatar sua amada, no diálogo, revela dois pontos fundamentais para a teoria da responsabilidade da *psyche* acerca de seu próprio destino em Platão: a alteração da *katabasis* objetiva de Orfeu em uma *katabasis* subjetiva feita pela *psyche*; e a alteração da imagem de resgate de uma alma no Hades em uma ideia de autossalvação psíquica. Estas duas questões serão analisadas a seguir.

2.1- A FLAUTA E O ÁLCOOL

No *Banquete*, o processo de embriaguez é reforçado pela flauta, instrumento que é associado a um certo poder de encantamento. Erixímaco pede que a flautista se retire, depois da decisão de que não haveria limite estipulado de álcool para o simpósio; isto sugere que a embriaguez não será reforçada.¹⁸

Aristófanes dá-nos sinais de como o instrumento está ligado aos ritos órficos:

Héracles: Daí para a frente vai-te envolver um som de flautas, e hás-de ver uma luz maravilhosa, como a daqui. Seguem-se bosques de mirto, cortejos¹⁹ bem-aventurados de homens e mulheres e um grande estrépito de palmas.

Dioniso: E esses, quem são?

Héracles: Os iniciados...²⁰

(Ar. *As Rãs* vv. 153-158)²¹

18 Cf. *Banquete* (176e).

19 θιάσους: “Grupos que dançavam e celebravam os mistérios” (Trad. Ramalho s/d: Nota 34). Em TLJ, a expressão θιάσους recebe o significado de “revelação báquica”.

20 A expressão “Οί μεμυημένοι” é traduzida como “Os iniciados nos mistérios” tanto na trad. de Ramalho (s/d) como em TLJ.

21 Trad. de Silva (2014).

Píndaro, por exemplo, sugere um orfismo marcado pela suavidade e pela beleza que os bem-aventurados gozam no Além com o som da lira²². Orfeu é comumente ligado à lira e ao canto, mas não se pode deixar de mencionar sua ligação com a flauta.

Orfeu seria capaz de entoar um canto semelhante à doçura de uma flauta ou de uma lira, e, assim, seria capaz de encantar animais selvagens e até seres inanimados. Macías observa a ligação do luto de Admeto²³ e o som do canto flautado e o mito de Orfeu em *Alceste*, de Eurípides: “Que na cidade não haja som de flautas nem de lira até que doze luas tenham decorrido” (E. Alc. vv. 430-431)²⁴. Isto pouco antes de fazer referência ao mito de Orfeu. Ao despedir-se de Alceste, Admeto anuncia um tipo de proibição das festas em seu palácio. Em meio a essa proibição, o canto com som de flauta surge como um elemento associado ao prazer da vida. Assim, o palácio e a cidade são chamados à racionalidade, para uma postura que seria adequada ao momento de tristeza. Além, é claro, da inferência que podemos fazer de que a alma poderia ser encantada pelo som e não digirir-se a seu destino.

41

No *Banquete*, Erixímaco age de modo semelhante, embora em um contexto festivo, longe de qualquer referência à tristeza, ao pedir que a flautista se retire para que se dê início o simpósio (*Smp.* 176e). A intenção é chamar os participantes à racionalidade, já que o contexto em que se dará o simpósio foi colocado sob condições amenas: a quantidade de vinho não é estipulada, para que não haja obrigatoriedade de embriaguez dos participantes.

22 Píndaro faz uma representação da vida pós-morte dos bem-aventurados: “Dentre os prados floridos, as ocupações deleitosas e as cerimônias piedosas, surge o som da lira” (Pi. fr. 129).

23 “Terminaré con los banquetes, las conversaciones de los invitados, las coronas y el arte de las Musas que se apoderaban de mi palacio. Pues jamás tocaré ya la lira, ni impulsaré mi ánimo a cantar al son de la flauta libia, pues tú me has arrebatado el placer de la vida” (E. Alc. vv. 343-347), trad. de Macías (2008: 49).

24 “Que en la ciudad no haya sonido de flautas ni de lira hasta que hayan transcurrido doce lunas”, trad. de Macías (2008: 49).

A flauta é um elemento que surge em destaque para ser retirado de cena. A referência de Platão a esse instrumento deixa clara a capacidade de retirar os participantes do discurso investigativo e conduzi-los a um plano de encantamento, mágico de embriaguez, causando efeitos semelhantes àqueles que Orfeu causaria a seus ouvintes. Retirar a flauta da dramaturgia indica tirar o clima órfico de cena, para que a reflexão tenha, apesar do álcool, o máximo possível de sobriedade. A possibilidade de encantamento é, nesse sentido, diminuída. A resistência alcoólica da personagem Sócrates sugere essa questão: acometido pelo álcool, mas não pela flauta, ele não se embriaga.

O diálogo sugere ainda que Sócrates é capaz de beber sem se embriagar, pelo menos quando distanciado dos encantados da flauta, e isso sugere seu distanciamento dos encantamentos psíquicos alheios à filosofia, como é o caso dos encantamentos órficos. Isto sugere, por sua vez, que Sócrates tem um elevado grau de temperança, e que apenas essa temperança é capaz de evitar os excessos da *psyche* e, por consequência, do *soma*. Enquanto o álcool é considerado um elemento externo que auxilia a *psyche* a uma certa sintonia com o conteúdo profundo do simpósio, a flauta é associada a um tipo de encantamento externo capaz de tirar a *psyche* de si própria, fazendo todo tipo de discurso perder o conteúdo profundo, permanecendo, assim, na superficialidade da musicalidade das palavras.

Essa ideia contida no *Banquete*, surge no *Protágoras* (315a-b), por exemplo, sob uma comparação entre o sofista e Orfeu. A prática de seduzir²⁵ a *psyche* dos ouvintes pela palavra é associada tanto a um quanto a outro. Segundo sugere o diálogo, não há (auto)conhecimento nesse tipo de sedução. O que há nesse exercício seria apenas, pela

25 A edição de John Burnet da *Platonis Opera* (1903) sugere “enchanting” (encantador) como tradução para a expressão, no entanto em grego a expressão é *κεκηλημένοι* (*Prt.* 315b1), e ela não tem referência direta com a expressão *ἐπωδή* (*Chrm.* 155e5), por isso a melhor proposta de tradução para a expressão é “sedução/sedutor” e não “encantação/encantador”.

musicalidade das palavras e do discurso, o encantamento do ouvinte. O problema é que a informação discurso pode conter riscos para a própria saúde do indivíduo e da *polis*; nesse sentido, também para o cosmos.²⁶

O erro do sofista, no *Protágoras*, estaria na tentativa de fazer parecer possível a mudança da *psyche* de seu ouvinte de fora para dentro, como mágica. Da mesma maneira que o sofista não pode tirar a *psyche* humana da obscuridade no *Protágoras*, Orfeu não pode tirar Eurídice do Hades no *Banquete*, pois ambos trabalhariam com o encantamento sem (auto)conhecimento.

A *psyche*, obscurecida, não pode ser retirada de sua obscuridade por um elemento externo a ela, seja esse elemento uma divindade ou um discurso sofista, ou ainda um ritual, ou mesmo o álcool (que pode ser apenas um auxílio externo). A *psyche* precisa mergulhar-se em si própria, assumindo e buscando conhecer sua própria obscuridade. Platão não nega a possibilidade de um auxílio externo, mas tudo que é externo é apenas um mote inspirador e direcionador para a *katabasis* subjetiva que leva a *psyche* ao (auto)conhecimento, nunca a causa de (auto)conhecimento.

43

2.2- KATABASIS E A PROBLEMÁTICA DA AUTOSSALVAÇÃO

Segundo a tradição mítica, Orfeu tem capacidade de exercer poderes encantatórios até mesmo sobre animais e seres inanimados. Este mote certamente facilitou a difusão da versão de sua descida ao Hades para resgatar sua amada Eurídice depois de encantar os deuses do julgamento e da morte.

26 Bernabé diz a esse respeito: “Platão quer sugerir que a retórica de Protágoras gera em seus ouvintes uma concordância quase hipnótica, que desvia da busca filosófica da verdade, como o canto mágico de Orfeu pode seduzir, mas não ajuda a chegar à verdade. Deste modo, então, ao situá-lo como precursor da sofística, Platão alinha as doutrinas de Orfeu com a dos novos intelectuais de Atenas no âmbito da aparência (*δόξα*), oposta à verdade” (Bernabé 2011: 41-42).

Na recriação que Platão faz de Orfeu no *Banquete*, todavia, Fedro, personagem, relata o feito órfico de uma maneira bastante diferente da variante tradicional que diz da vitória em seu intento de resgatar Eurídice. No diálogo, Orfeu consegue, sim, descer ao Hades, mas consegue apenas ver a imagem de Eurídice, mas não sua verdadeira *psyche*.²⁷

A referência ao fato de os deuses “terem mostrado o fantasma da mulher” (*Smp.* 179d)²⁸ a Orfeu sustenta a ideia de que Orfeu não pode resgatar sua amada Eurídice do Hades porque nenhum ente pode resgatar a *psyche* de outro ente de sua obscuridade. Por isso os deuses, fingindo ter sido encantados por Orfeu, castigam-no apresentando-lhe apenas a imagem de Eurídice.

Nos textos homéricos, a *psyche* é apresentada como um tipo de imagem fantasmagórica, sem cognoscência: “Ora a certeza adquirir de que no Hades, realmente, se encontram / almas e imagens²⁹ dos vivos, privadas, contudo, de alento” (Hom. Il. 23, vv. 103-104)³⁰.

E em sua versão de que os deuses devolvem engano com engano está a sua ideia de que não é recorrendo a recursos formais, externos, nem ao ensinamento enganoso dos poetas, nem, como veremos, a rituais mais ou menos mágicos, que o homem pode conquistar uma situação privilegiada no Além (Bernabé 2011: 47).

27 Cf. *Banquete* (179d2-7).

28 φάσμα δείξαντες τῆς γυναικός.

29 ὦ πόποι ἦ ῥά τίς ἐστί καὶ εἶν Αἴδαο δόμοισι / ψυχὴ καὶ εἶδωλον, ἀτὰρ φρένες οὐκ ἔνι πάμπαν. Outra passagem importante está na *Odiseia*, em que a pergunta de Ulisses à *psyche* de Aquiles revela a condição de mera “imagem” das almas no Hades: πῶς ἔτλης Ἄιδόσδε κατελθέμεν, ἔνθα τε νεκροὶ / ἀφραδέες ναίουσι, βροτῶν εἶδωλα καμόντων; (Hom. Od. 11, vv. 475-476).

30 A palavra *psyche* é associada, em Homero, à “imagem do morto privada de consciência e de inteligência” (Reale 2002: 70) – um elemento que esvai, que sai do corpo pela ferida ou pela boca, após a morte. A *psyche* “enquanto ‘sombra’ (*eidolon*), ‘imagem espectral’, sem sensibilidade nem conhecimento, não é o ‘eu’ do homem, mas, poder-se-ia dizer, o ‘não-ser-mais-do-eu’, ou o ‘eu-que-não-é-mais’” (Reale 2002: 74). O significado de *psyche* em Homero, pode ser reduzido “em grande parte, a dois: (a) ‘sombra’ e (b) ‘vida’, ‘força vital’ ou ‘entidade vivificadora’ que encontra o seu fim quando morremos” (Robinson 2010: 17).

Dito de outra maneira, nenhuma *psyche* pode ser melhorada por uma força externa a ela, mas apenas auxiliada por uma força externa. Por isso Orfeu não consegue resgatar Eurídice do Hades no *Banquete*. Platão busca, com isso, sustentar que operamos com sombras, quando buscamos encantamentos externos superficiais de fora para dentro, e, nesse sentido, nenhuma mudança psíquica é verdadeiramente uma mudança de disposição de caráter.

Assim, a *katabasis* objetiva de Orfeu para resgatar Eurídice do Hades, realizada por uma descida literal, é alterada por uma *katabasis* subjetiva, em Platão, fundamentada por uma ideia de ação moral praticada por cada *psyche*. Ou melhor, a descida passa a ser uma ação subjetiva, em que o agente de purificação e mudança é a própria *psyche*.

Se, por um lado, Fedro tenta chamar atenção para o poder de Orfeu de comover e, conseqüentemente, convencer os deuses íferos, por outro lado Sócrates chama atenção para seu fracasso.

A declaração de Admeto, nas circunstâncias descritas na tragédia de Eurípides, não é senão uma patética demonstração de egoísmo que toca o ridículo: o valente Alceste que aceita a morte se contrapõe ao covarde Admeto, que a deixa morrer em seu lugar e que, vale dizer, tem o cinismo de declarar que desejaria ter a possibilidade de ir vivo ao Hades por ela. Platão assume essa contraposição; no entanto, os seus termos são agora Alceste e o próprio Orfeu, convertido assim mesmo no paradigma da covardia. Covardia de poeta que não foi capaz de morrer por amor.

Platão, entretanto, não pára por aí, e desenvolve este motivo no sentido de que os deuses castigam a covardia de Orfeu com um engano, substituindo sua amada por uma mera imagem (Bernabé 2011: 48).

Há outro ponto que resulta da falência da *katabasis* de Orfeu no *Banquete*, já que Orfeu não é a causa da ventura ou da desventura de uma alma no Além. Cada um só pode, na recriação do mito de Orfeu em Platão, salvar-se ou condenar-se a si próprio por meio de suas próprias ações. O filósofo ateniense busca negar a ideia de que, por meio

mágico e ritual, uma intervenção externa é a causa de condenação ou de salvação de uma *psyche*.

Pela ideia de *katabasis* subjetiva, o encantamento mágico é substituído pela busca do (auto)conhecimento, que promove harmonia, justiça e, por consequência, purificação psíquica. Nesse sentido, cada *psyche* é a única que pode salvar-se a si própria. Para isso, todavia, Platão, na sequência do diálogo, abre longa discussão a respeito da possibilidade de a sabedoria poder ou não ser transmitida para outrem.

A ironia de Sócrates, percebida por Ágaton, indica que não é possível a sabedoria ser transferida do “mais cheio” para o “mais vazio” como água que corre de um copo cheio para um copo vazio por um fio de lã. A sabedoria não perfaz esse caminho. O processo de sabedoria tem sua transformação no interior da *psyche*. Não é possível, portanto, o sábio transferir sabedoria a alguém, da mesma maneira que não é possível alguém salvar da obscuridade a *psyche* de outrem. Este alguém deve, em sua própria *psyche*, dar início ao processo de mergulho em si própria, por meio de profunda reflexão. O que o sábio pode fazer é indicar caminhos a *psyche* de outrem, direcionando-a para que ela consiga alcançar seu próprio mergulho, buscando, assim, o (auto)conhecimento.

Sócrates então senta-se e diz: — Seria bom, Agatão, se de tal natureza fosse a sabedoria que do mais cheio escorresse ao mais vazio, quando um ao outro nos tocássemos, como a água dos copos que pelo fio de lã escorre do mais cheio ao mais vazio (*Smp.* 175d)³¹.

(...)

Se é assim também a sabedoria, muito aprecio reclinar-me ao teu lado, pois creio que de ti serei cumulado com uma vasta e bela sabedoria. A minha seria um tanto ordinária, ou mesmo duvidosa como um sonho, enquanto que a tua é brilhante e muito desenvolvida, ela que de tua

31 Trad. de Sousa (1972).

mocidade tão intensamente brilhou, tornando-se anteontem manifesta a mais de trinta mil gregos que a testemunharam (*Smp.* 175e)³².

A defesa sofista de que a sabedoria pode ser transferida é recusada por Platão, já que ela visa apenas ao encantamento vazio pelas palavras vazias e não à mudança verdadeira da *psyche*. Pelo mesmo motivo, Orfeu não pode salvar Eurídice, e, se assim é, também não poderia salvar nenhuma das *psychai* humanas. Por isso Platão recria a *katabasis* órfica segundo um completo fracasso de Orfeu quanto ao resgate de Eurídice. No livro décimo da *República*, Platão explora bastante bem essa ideia de responsabilidade psíquica, ao recriar, no *mythos* de Er, algumas ideias órficas. Nesse relato, a *psyche* tem sobre seu próprio destino o poder de decisão. Enquanto para a tradição órfica o destino da alma é dada pelas divindades do Hades, no relato de Er a vida de “cada uma das almas” (*R.* 10, 619e6-620a1)³³ “era escolhida” (*R.* 10, 620a1)³⁴ “segundo o intercurso dos hábitos da vida” (*R.* 10, 620a2-3)³⁵. Coutinho (2016: 69-71) elucida a esse respeito que Platão não está disposto a aceitar a passividade transmigratória aceita pelo(s) orfismo(s), por isso faz sua personagem assumir a ideia de que é a alma que escolhe seu próprio destino e não as divindades. Platão pretende, com isso, sustentar a teoria de que cada ser humano determina seu próprio futuro psíquico de acordo com seus vícios e/ou suas virtudes. E reconhecer os próprios hábitos de vida significa alcançar o (auto)conhecimento que o possibilitará a uma verdadeira mudança de disposição de caráter.

47

32 Trad. de Sousa (1972).

33 ὡς ἕκασται αἰ ψυχὰι.

34 ἤροῦντο.

35 κατὰ συνήθειαν γὰρ τοῦ προτέρου βίου τὰ πολλὰ αἰρεῖσθαι.

BIBLIOGRAFIA

FONTES PRIMÁRIAS

Aristófanes. *As Rãs*. Trad. Maria de Fátima Silva. Imprensa da Universidade de Coimbra/ Annablume, 2014.

Eurípides. *Alcestes*; In *Eurípides Tragédias I*. Trad. Nuno Simões Rodrigues. FLUC/ Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 2009.

— *As bacantes*. Trad. Maria Helena da Rocha-Pereira. *Eurípides*. Edições 70, Lisboa, 2014.

— *Ifigénia em Aulis*. Trad. Carlos Alberto Pais de Almeida (Introdução de Maria de Fátima e Silva). Festeia, 2008.

Heródoto. *Histórias*. Trad. Pierre Henri Larcher. eBooksBrasil, 2006.

Homero. *Odisseia*. Trad. Frederico Lourenço. Cotovia, Lisboa, 2012.

Íbico de Régio.

Platão. *Obras completas de Platón*. Trad. Patricio de Azcárate. Medina e Navarro, Madrid. 1871-1972. 1870, eBook 2008

— *Plato in Twelve Volumes*. Cambridge, MA, Harvard University Press, London, 1921 a 1969.

— *Tutti gli scritti*. Traduzione di Giovanni Reale. Bompiani, Milano, 2008.

Siculo, Diodoro. *Storia Universale*, Tomo I. A cura di Vincenzo Pogoioi. Via dell'Anima, n° 10, Roma, 1813. Disponível <<http://www.bodleian.ox.ac.uk/dbooks>> em 23 de abril de 2012.

FONTES SECUNDÁRIAS

Bernabé, Alberto (2011). *Platão e o orfismo – diálogo entre religião e filosofia*. Annablume, São Paulo.

— (2007). “El silencio entre los órficos”; In *Ilu. Revista de Ciencias de las Religione* 19: 53-66.

- Burnet, John (1919). *Early Greek Philosophy*. Adam and Charles Black, London.
- Burkert, Walter (1983). *Homo Necans. The Anthropology of Ancient Greek Sacrificial Ritual and Myth*. Berkeley, Los Angeles, London.
- Casadesús, Francesc (2008). “Orfeu y orfismo en Platón”; In Bernabé-Casadesús (eds), 1239-1279.
- Coutinho, Luciano (2016). “A recriação do orfismo no mythos de Er: a descoberta da escolha do futuro da psyche em Platão” in *Cosmópolis: mobilidades culturais às origens do pensamento*. Coimbra / São Paulo. Coimbra University Press / Annablume, 65-74.
- (2015a). “O Crítias oracular e a psicologia de Sócrates: temperança no *Cármides* de Platão” in *Boletim de Estudos Clássicos* 61: 33-44.
- (2015b). *Katabasis e psyche em Platão*. Tese 304f (Doutorado em Estudos Clássicos / Filosofia Antiga). Instituto de Estudos Clássicos, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Dodds, Eric Robertson (2002). *Os Gregos e o Irracional*. Trad. Paulo Domenech Oneto. Escuta, São Paulo. (1ª ed. 1951).
- Guthrie, William K. C. (2003). *Orfeo y la religión griega*. Trad. Juan Valmard. Ediciones Siruela, Madrid.
- Iglesias, Maura (1998). “Platão: a descoberta da alma”; In *Boletim do CPA*, Campinas, 5/6: 13-60.
- Kahn, Charles (1997). “Was Euthyphro the Author of the *Derveni Papyrus*?”. eds. LaksMost, 55-63.
- Macías, Sara (2008). *Orfeu y el orfismo en Eurípides*. Tesis Doctoral, Universidade Complutense.
- Reale, Giovanni (2002). *Corpo, Alma e Saúde - O Conceito de Homem de Homero a Platão*. Trad. Marcelo Perine. Paulus, São Paulo.
- Robinson, Thomas M. (2010). *As origens da alma: Os gregos e o conceito de alma de Homero a Aristóteles*. Annablume, São Paulo.

Página deixada propositadamente em branco

LATIM

Página deixada propositadamente em branco

APONTAMENTOS DE LITERATURA FANTÁSTICA NAS *ORIGINES* DE CATÃO¹

NOTES OF FANTASTIC LITERATURE IN CATO'S *ORIGINES*

PAULO SÉRGIO MARGARIDO FERREIRA
CECH - UNIVERSIDADE DE COIMBRA
paulusergius@yahoo.com
ORCID.ORG/0000-0003-4244-5625

ARTIGO RECEBIDO A 31-03-2017 E APROVADO A 05-07-2017

53

Sumário: Este estudo faz uma breve apresentação das *Origines* de Catão; procura, com base em Tzvetan Todorov, distinguir do fantástico o maravilhoso e o estranho; considera a origem rural e etnográfica do fantástico; reflete sobre a relação entre a verosimilhança e o fantástico; e equaciona o modo como o leitor antigo e o moderno interpretam os passos catonianos de natureza fantástica, maravilhosa ou estranha.

Palavras-chave: Catão; *Origines*; Tzvetan Todorov; fantástico; maravilhoso; estranho; verosimilhança.

Abstract: This study gives a brief presentation of Cato's *Origines*; seeks, on the basis of Tzvetan Todorov, to distinguish from the fantastic the marvellous and the uncanny genre; considers the rural and ethnographic origin of the fantastic; reflects on the relationship between

¹ Este estudo procura homenagear de forma singela Tzvetan Todorov, recentemente falecido.

verisimilitude and fantastic; and analyses the way the ancient and modern reader interpret the Catonian passages of fantastic, marvellous, or uncanny nature.

Keywords: Cato; *Origines*; Tzvetan Todorov; fantastic; marvellous; uncanny; verisimilitude.

Marco Pórcio Catão [Túsculo (próximo da atual Frascati), 234 – Roma, 149] escreveu, entre uma data anterior a 170 ou entre o referido ano e 149 a.C., as *Origines*. O título, para Chassignet, é uma originalidade, pois, ao contrário do que muitos pensam, não traduz necessariamente forma alguma das seguintes gregas: κτίσεις e αἴτια.² Em contraste com esta perspectiva, sustenta Albrecht: “The title *Origines* corresponds to the Greek κτίσεις, ‘Foundation Narratives.’”³ A investigadora e o investigador realçam o conhecimento do grego por parte de Catão, a presença da κτίσις nas narrativas fundacionais de *Origines* 2 e 3, e admitem a influência de Pólemon de Ílio, autor de κτίσεις Ἰταλικῶν καὶ Σικελικῶν πόλεων, e de Timeu de Tauroménio, que escreveu uma obra cujos “cinq premiers livres [...] étaient en effet une προκατασκευή consacrée aux ἀποικίαι, κτίσεις, συγγένειαι, mais plus encore à une présentation géographique et ethnographique de tout l’Occident connu et non grec.”⁴

Das *Origines*, compostas por sete livros, restam apenas fragmentos, pelo que a reflexão que agora se inicia se baseará sobretudo na seleção e organização que deles fez Martine Chassignet (Caton, *Les Origines*

2 Chassignet 1986: XIII.

3 Albrecht 1997: 396.

4 Chassignet 1986: XXV; προκατασκευή, ‘treino preparatório, preparação, prefácio, introdução, exposição preliminar’; ἀποικίαι, ‘colónias’; συγγένειαι, ‘linhagens’. Albrecht fala no prazer que em Catão deve ter suscitado a toada moralista com que Timeu de Tauroménio criticou a decadência dos Sibaritas, dos habitantes de Crotona, dos Etruscos e dos Agrigentinos. A investigadora (1986: XXV) ainda alude à influência de Hípis de Régio, autor de uma κτίσις Ἰταλίας, ao passo que Albrecht 1997: 397 fala da influência de Cálías de Siracusa, de Lico de Régio e, no caso concreto da data da fundação de Roma, de Eratóstenes.

(*fragments*), Paris, Les Belles Lettres, 1986, 2^{ème} tirage: 2002). Entre as fontes antigas utilizadas na reconstituição do texto, contam-se Cícero, Dionísio de Halicarnasso, Veleio Patérculo, Plínio Naturalista, Plutarco, Aulo Gélío, Macróbio e Sérvio.

Cornélio Nepos, Cato 3. 3-4, e Festo, p. 198 Lindsay, cuidam que o título, *Origines*, abrange a totalidade da obra, mas, como na Antiguidade já se reconhecia, é mais ajustado aos três primeiros livros, que teriam sido escritos até 168 ou pouco depois. No primeiro deles sustenta Catão, na esteira de Antíoco de Siracusa, que o topónimo “Itália” provém do herói Ítalo (frg. 1. 3 Ch.), e considera a história da península desde a chegada dos Aborígenes, provenientes da Acaia, muitas gerações antes da Guerra de Troia [frg. 1. 4 Ch. = 1. 4 J(ordan) = 6 P(eter); ...XVII a.C.], finais do séc. XVIII ou princípios do XVII a.C.), passando pela miscigenação com os Troianos e conseqüente formação dos Latinos (frg. 1. 6 Ch. = 1. 5 J = 5 P), pela morte de Ascânio sem descendência, pela subida de Sílvio, filho de Lavínia e Eneias, ao trono e pela adoção do nome de Ascânio (frg. 1. 11 Ch. = 11 P), pela decapitação de Amúlio por Rómulo, Remo e Numitor (frg. 1. 16 Ch. = 1. 15 J = 15 P), pela fundação da cidade de Roma por Rómulo, que se passou a chamar Quirino (frgs. 1. 18-19 Ch. = 1. 18-19 J = 19 P), pelas guerras entre Romanos e Sabinos (frg. 26 Ch. = 1. 24 J = 25 P), até ao final da monarquia. Os fragmentos subsistentes do segundo e terceiro livros tratam a distribuição por Itália, as características e costumes de diversos povos primitivos,⁵ bem como os mitos fundacionais de santuários e de cidades italianas.⁶

55

5 Lígures, frg. 2. 1 Ch. = 2. 1 J = 31 P; Lepôncios e Salassos, frg. 2. 7 Ch. = 2. 6 J = 37 P; Oromóbios e Bergomates, frg. 2. 10 Ch. = 2. 4 J = 40 P; Eugâneos, frg. 2. 11 Ch. = 2. 5 J = 41 P; Vénetos e Cenomanos frg. 2. 12 Ch. = 2. 9 J = 42 P; Boios, frg. 2. 13 Ch. = 2. 8 J = 44 P; Teutanos, frg. 2. 15 Ch. = 2. 13 J = 45 P; Sabinos, frg. 2. 21-22 Ch. = 1. 6-7 J = 50-51 P; Marsos, Pelignos e Marrucinos, frg. 23 Ch. = 2. 18 J = 53 P; Tesuntos de Tauriano, frg. 3. 4 Ch. = 3. 1 J = 71 P.

6 Politério, cidade fundada por Polita, filho de Príamo e de Hécuba assassinado por Pirro, frg. 2. 24 Ch = 2. 26 J = 54 P; Bovilas, 2. 25 Ch. = 2. 27 J = 55 P; Tíbur, cidade fundada pelo árcaide Catilo, frg. 2. 26 Ch = 2. 24 J = 56 P; santuário de Diana nas proximidades de Arícia, frg. 2. 28 Ch. = 2. 21 J = 58 P; Preneste, fundada por Céculo, frgs. 2. 29-30 = 2. 22-

Os livros 4-7 foram escritos no fim da vida de Catão, começam com novo próêmio e refletem acerca de assuntos como a constituição política de Cartago (frg. 4. 3 Ch = 4. 6 J = 80 P), a Primeira Guerra Púnica (264-241 a.C.; frg. 4. 7. a-b Ch = 4. 7-8 J = 83 - - P), a violação, pela sexta vez, do tratado por parte dos Cartagineses em 219 a. C. (frg. 9 Ch = 4. 10 J = 84 P); a Batalha de Canas (216 a.C.; frg. 4. 12 Ch. = 4. 14 J = 91 P); a vitória de Catão em Empórias (atualmente Ampúrias), na Hispânia Tarraconense, em 195 (frg. 5. 1 Ch. = 5. 12 J = 92 P); a *oratio pro Rhodiensibus*, proferida em 167, no rescaldo da vitória romana sobre a Macedónia em Pidna, em 168 [frgs. 5. 3. a-g Ch. = 5. 1-7 J = 95 a-g P = 163-169 *O(ratorum) R(omanorum) F(ragmenta)*; v. Malcovati⁴]; a terceira guerra da Ilíria (frg. 5. 4 Ch. = 5. 8 J = 96 P); a *oratio contra Galbam*, onde se condenava a personagem por ter feito um acordo com os Lusitanos, ter faltado à palavra, os ter chacinado e se ter servido de seus próprios filhos e do de Gaio Sulpício Galo para se defender em tribunal (frgs. 7. 1-4 Ch. = 7. 1-3 a-b J = 106-109 P = 196-199 *O. R. F.*⁴); a defesa por Catão, em 195, da *lex Oppia*, promulgada 20 anos antes, contra os luxos das mulheres (frg. 7. 9 Ch. = 7. 8 J = 113 P); a posição de Catão em favor da *lex Orchia* (182 a. C.) ou da *lex Fannia* (161 a.C.), contra a sumptuosidade dos festins (frg. 7. 12 Ch. = 7. 13 J = 119 P).

Não cabe, no âmbito deste estudo, a especulação acerca dos motivos que terão levado Catão a omitir os primeiros séculos da República ou sobre o problema da unidade da obra. Importa, isso sim, notar que as *Origines*, de acordo com Cornélio Nepos, se organizam *capitulatim*, ‘de acordo com os principais pontos’ (κεφαλαιωδῶς),⁷ e com digressões de natureza cultural. Embora não seja possível determinar se, ao afirmar: *Si ques homines sunt, quos delectat populi Romani gesta describere...* (frg. 1. 1 Ch. = 1. 1 J = 1 P), estaria Catão a pensar em si próprio ou nos que o precederam, a verdade é que, do resumo apresentado e do fragmento

23 J = 59-60 P; Cápuia e Nola, fundadas pelos Etruscos, frg. 3. 1 Ch. = 3. 2 J = 69 P; Tebas, desaparecida da Lucânia, frg. 3. 2 Ch. = 3. 4 J = 68 P; Petélia, frg. 3. 3 Ch. = 3. 3 J = 70 P.

7 A tradução da forma latina é de Leo e Bömer apud Albrecht 1997: 397 n. 3.

citado, facilmente se conclui que a historiografia é o género que maior influência exerce nas *Origines*.

Ao refletir sobre as diferenças entre a poesia e a História, havia Aristóteles, *Po.* 8. 1451b 1-10, observado que a primeira, ao tratar o que poderia suceder de acordo com a necessidade e a verosimilhança, era mais universal e filosófica do que a segunda que, ao relatar o que tinha sucedido, visava o particular. Mas se tal distinção se compreende no âmbito de uma poética explícita, a verdade é que, na implícita, o problema não era tão linear, tanto mais que, do mesmo modo que se poderiam encontrar aspetos históricos na poesia, na filosofia e em obras médicas, assim continha a historiografia elementos romanescos, genealógicos, etnográficos e geográficos.⁸ Não é, além disso, por acaso que Heródoto associa a sua historiografia a um propósito laudatório, recorre aos míticos raptos (Io, Europa, Medeia e Helena) para justificar o início da animosidade entre a Europa e a Ásia, oscila entre a abstenção de tomar posição face à tradição oral, a aceitação, a tentativa de racionalização dos relatos que lhe chegam, a descrença e o ceticismo perante as versões tradicionais, e reflete apreço pelo mito, pelo romanesco e pelo anedótico.⁹ Tito Lívio revelará igualmente consciência do problema ao justificar, com um propósito de embelezamento e de engrandecimento e com uma dimensão paradigmática e didática, o recurso a lendas poéticas, que, como o próprio reconhecia, não tinha intenção de confirmar ou refutar.¹⁰

8 Cf. Toynbee apud Rocha Pereira 2012: 285.

9 Rocha Pereira 2012: 288-92.

10 *Quae ante conditam condendamue urbem poeticis magis decora fabulis quam incorruptis rerum gestarum monumentis traduntur, ea nec adfirmare nec refellere in animo est. Datur haec uenia antiquitati ut miscendo humana diuinis primordia urbium augustiora faciat; ...*

Hoc illud est praecipue in cognitione rerum salubre ac frugiferum. Omnis te exempli documenta in illustri posita monumento intueri; inde tibi tuaeque rei publicae quod imitere capias, inde foedum inceptu foedum exitu quod uites. Ceterum aut me amor negotii suscepti fallit, aut nulla unquam res publica nec maior nec sanctor nec bonis exemplis ditior fuit, nec in quam [ciuitatem] tam serae auaritia luxuriaque immigrauerint, nec ubi tantus ac tam diu paupertati ac parsimoniae honos fuerit.

Tito Lívio alude concretamente à “mistura do humano com o divino”. No relato que faz da concepção de Rómulo e Remo, Dionísio de Halicarnasso, o principal testemunho do tratamento do tema por Catão, mostra-se algo ambíguo. Em *Antiquitates Romanae* 1. 77. 1-2 informa que havia quem cuidasse que Reia Sílvia (Ília) teria sido violada no pequeno bosque consagrado a Marte por alguém que a teria seguido e estaria apaixonado por ela, quem pensasse que o violador teria sido o próprio tio, Amúlio, e quem – a maior parte dos escritores – atribuísse o ato à sombra do próprio deus, alegando o desaparecimento em simultâneo do sol, o escurecimento do céu, a superior estatura e beleza do espectro e as palavras de conforto que, no final, teria dirigido à vítima, onde lhe teria anunciado o nascimento de dois gémeos mais corajosos que os homens. Embora se pressinta alguma preferência pela última hipótese, o narrador passa, após considerações de carácter teológico que *infra* referiremos, a considerar a simulação de doença por parte de Reia Sílvia (1. 77. 4).

58

A ambiguidade regressa porém ao relato de Dionísio de Halicarnasso em 1. 78. 1, pois o narrador, sem fazer qualquer referência a fonte de informação alguma, admite a possibilidade de Amúlio estar a par do ocorrido ou de apenas suspeitar. Depois de anunciar ao conselho a gravidez da moça, Amúlio, que facilmente se poderia imaginar incapaz

Quanto aos factos anteriores à fundação da cidade ou ao plano de a fundar, embelezados por lendas poéticas, mais do que transmitidos por documentos inalterados dos acontecimentos, não tenho em mente nem confirmá-los nem refutá-los. À antiguidade dá-se vénia para tornar mais augustos os primórdios das cidades pela mistura do humano com o divino...

O que há de mais salutar e fecundo no estudo da história é que se contemplam os ensinamentos de toda a espécie de exemplos dispostos num momento bem visível; daí se podem extrair modelos a imitar para uso próprio e do seu país, e atos vergonhosos a evitar pelas suas causas ou pelas suas consequências. De resto, ou o entusiasmo pela minha empresa me ilude, ou jamais algum país foi maior, mais puro, mais rico em bons exemplos nem levaram tanto tempo a entrar numa cidade a avareza e o luxo, nem a tal ponto nem durante tanto tempo a pobreza e a parcimónia ocuparam lugar na terra (Tito Lívio, *praef.*, 6-7, 10-11; lição de Conway & Walters 1955; trad. de Rocha Pereira 2010: 211; a adaptação ao AO 1990 é minha).

de assumir publicamente a responsabilidade pelo crime, no caso de o haver efetivamente cometido, insta o pai de Ília, Numitor, a revelar a identidade do pai da criança (1. 78. 2). A ambiguidade parece contudo desvanecer-se em 1. 78. 3, quando a esposa de Numitor o informa de que Reia Sílvia havia confessado ter sido violada por um deus que, por sua vez, lhe anunciara o nascimento de valorosos gémeos – e são estas as informações que o pai da jovem transmite ao conselho. O nascimento efetivo dos gémeos é para Numitor e os membros do conselho a prova acabada da união de Ília com o deus (1. 78. 4).

Se, para relatar o que tinha sucedido após o nascimento de Rómulo e Remo, o mesmo Dionísio de Halicarnasso, *Antiquitates Romanae* 1. 79. 4-1. 83. 3 (= frg. 1. 16 Ch. = 1. 15 J = 15 P), confessa ter-se servido da versão de Quinto Fábio Píctor, seguida por Lúcio Cíncio, Pórcio Catão, Calpúrnia Pisão e outros historiógrafos, afigura-se deveras tentadora a inclusão de Catão no grupo de escritores que teria seguido a versão do mito que atribuíra a Marte a paternidade de Rómulo e Remo. Partindo por conseguinte deste pressuposto, três alternativas se nos afiguram: ou Catão acreditava que tal união entre o deus Marte e a humana Reia Sílvia tivera existência real, ou, não crendo na historicidade de tal união, dela se servira apenas para engrandecer, num plano meramente ficcional, os primórdios da Urbe, ou hesitava entre a crença e a descrença. Em 1. 77. 3, abstém-se formalmente Dionísio de Halicarnasso de desprezar fábulas que projetem nos deuses as fragilidades humanas e de admitir a existência, entre a raça dos deuses e a dos homens, de *daimones* que se uniriam aos primeiros ou aos segundos e gerariam a raça dos heróis – e, para justificar a sua atitude, alega, em 1. 77. 4, que os filósofos já tinham dito o suficiente sobre o assunto. Se Dionísio de Halicarnasso tivesse coincidido com Catão na referida ausência de uma tomada de posição sobre um tema tão debatido pelos filósofos, talvez a atitude de ambos os autores fosse precursora da do Tito Lívio que não tinha a intenção de confirmar ou infirmar os vários relatos mais ou menos lendários sobre os primórdios da Urbe. Em todo o caso, na hipótese

de Catão ser adepto da versão que preconizava uma união entre Reia Sílvia e Marte, mesmo que não manifestasse a sua opinião acerca da historicidade do acontecimento, isso não significa que a não tivesse ou que não hesitasse entre a crença e a descrença, e que os seus leitores contemporâneos se não comportassem do mesmo modo.

Ao considerar o papel do leitor na definição do fantástico e de géneros que com ele fazem fronteira, escreveu Tzvetan Todorov: “O fantástico, já o vimos, dura só o tempo de uma hesitação: hesitação comum ao leitor e à personagem, que devem decidir se aquilo que percebem pertence ou não à «realidade» tal como ela existe para a opinião comum. Se ele decidir que as leis da realidade ficam intactas e permitem explicar os fenómenos descritos, diremos que a obra depende doutro género: o *estranho*. Se, pelo contrário, ele decidir que se devem admitir novas leis da natureza, através das quais o fenómeno pode ser explicado, entramos no género *maravilhoso*.”¹¹

60

Se se tomar em consideração que, antes, já Todorov dispensara o papel da percepção por parte da personagem na definição do fantástico, facilmente se conclui que, enquanto leitor de Quinto Fábio Píctor e eventualmente transmissor da versão do mito que sustentava a união de Reia Sílvia e Marte, Catão poderia, de algum modo, refletir as crenças dos seus próprios leitores, que, no caso de hesitarem entre a historicidade e a não-pertença à “realidade”, colocariam o episódio no domínio do fantástico; no caso de se decidirem pela primeira hipótese, o situariam no âmbito do estranho; e, no de buscarem novas leis da natureza para o explicarem, o enquadrariam no maravilhoso. Para o leitor moderno, a união de Reia Sílvia e Marte, como a de nautas e ninfas na Ilha dos Amores camoniana, não passa de uma lenda ou de um mito com contornos de maravilhoso.

Algo diverso se passa, no entanto, com a percepção atual da segunda parte, digamos assim, deste episódio. A propósito do início de vida dos

11 Todorov 1977: 41. A adaptação ao AO 1990 é minha

recém-nascidos Rômulo e Remo, conta Dionísio de Halicarnasso, no resumo da versão veiculada pelos historiógrafos referidos, que, lançados numa cesta a partir do sopé do Palatino às águas transbordantes do Tibre, os bebés foram levados pela corrente até que o nível das águas desceu, a cesta encalhou numa pedra e se virou. Rômulo e Remo começaram a debater-se na lama e desataram aos gritos, quando apareceu uma loba, que, com as tetas cheias de leite, lhas encostou à boca e, com a língua, tratou de lhes limpar o lodo que os recobria. O cuidado que o animal punha no que fazia suscitou tal admiração e incredulidade (ἀχανῆς ἦν ὑπὸ τε θάμβους καὶ ἀπιστίας τῶν θεωρουμένων· A. R. 1. 79. 5) de um dos pastores que passavam com os seus rebanhos, que tratou de chamar os restantes para verem acontecimento tão notável. Dionísio de Halicarnasso chega mesmo a dizer que, ao testemunharem a afeição recíproca de loba e bebés, os pastores chegaram a cuidar estar perante um espetáculo sobrenatural (δαϊμόνιον τι χρῆμα ὄρᾶν ὑπολαβόντες, A. R. 1. 79. 6) e trataram de se aproximar no ensejo de, com os gritos, assustarem a loba, que, por seu turno, não fugiu, mas se afastou calmamente dos recém-nascidos, sem prestar a menor atenção ao tropel dos pastores.

Na medida em que a reação dos pastores pode constituir uma pista, facultada eventualmente por Catão e indubitavelmente por Dionísio de Halicarnasso, para condicionar a resposta dos leitores ao relato, talvez se possa admitir que, para os referidos autores e seus leitores, esta parte do episódio se enquadrasse no domínio do estranho, mas o problema é que, ao contrário dos pastores, talvez os autores e leitores nunca tivessem presenciado semelhante fenómeno, pelo que muitos dos últimos seguramente haveria que o considerariam maravilhoso. Ainda a propósito das respostas antigas ao relato, escreveu Beard: “A loba a amamentar os gémeos é um tão estranho episódio num conto muito peculiar, que até os escritores na Antiguidade mostraram, por vezes,

um ceticismo saudável acerca do aparecimento de um animal convenientemente lactante para amamentar o par de bebés abandonados.”¹²

Grimal, Nieto, Leão e Brandão realçam a dimensão lendária e fabulosa do episódio.¹³ Grimal parte do pressuposto de que a loba, na tal versão lendária, teria sido enviada por Marte, pai de Rómulo e Remo; Leão e Brandão admitem, com base numa estatueta de bronze do animal, provavelmente do séc. VI a.C., e na presença do motivo em moedas cunhadas em 269 a.C., que a lenda já circularia na época arcaica e não seria adversa aos propósitos de Roma, e recordam várias teorias de ordem religiosa, mitológica, étnica, política, social e linguística para a justificarem.¹⁴ A propósito do ritual da fundação da cidade de Roma, chega Grimal a afirmar: “É certo que os Romanos não acreditavam nesta

12 Beard 2016: 61.

13 Nieto 2006: 45; Grimal 2009: 17; Leão & Brandão 2015: 32.

14 Grimal 2009: 17; Leão e Brandão 2015: 32 n. 10: “Pode significar o culto totémico do lobo (próprio de civilizações pastoris); temas mitológicos greco-etruscos (cerva de Télefo e a loba de Bolónia); dualidade étnica (Romanos e Sabinos) ou política (patrícios e plebeus), através de duas etimologias (grega *Rhomos* e latina *Romulus*) para o epónimo do fundador da cidade. Tudo enquadrado numa cenografia local: gruta do Palatino (*Lupercal*) e figueira (*Ruminal*). O nome da figueira deriva do facto de ficar junto do santuário de Rumina, uma divindade protetora das aleitantes. De resto, como o alfabeto etrusco não tinha a vogal o, o nome de Roma era escrito naquela língua como *Ruma*, o que em latim significava ‘teta’.” Os referidos investigadores ainda consideram a possibilidade de *Roma* estar para *Romulus* como a *Sicilia* para *Siculus*, ‘siciliano’, e de, por conseguinte, “não ter existido nenhum herói com esse nome” (33); realçam a tradição popular que valoriza a importância de certos heróis em determinadas sociedades (Ciro na Pérsia; os troianos Páris e Eneias; os gregos Perseu e Édipo; Egisto, conspirador contra Agamémnon em Argos; Cípselo, tirano de Corinto), ou faz remontar a heróis a origem de cidades e povos (Íónios provenientes de Íon). Grimal 2009: 17 e Leão & Brandão 2015: 33 ainda notam relação etimológica entre *fauere*, ‘favorecer’, e Fáustulo, e a proximidade entre este nome próprio e Fauno, deus pastoril cultuado no Lácio; e a de Aca Larência aos Lares. Por fim referem a confluência nos *Larentalia* (festividade celebrada a 23 de dezembro) do culto dos mortos e de lendas de fecundidade, e o facto de, no final da República, ainda se poder ver no Palatino a cabana da Fáustulo, em adobe e encimada por colmo. Montanelli 1997: 10 admite que não passe de mexerico a possibilidade de a loba não ter sido um animal, mas uma alcunha de Aca Larência, decorrente do seu carácter selvagem e das infidelidades ao pastor Fáustulo.

história, mas aceitavam-na; sabiam que a sua cidade não era apenas um conjunto de casas e templos, mas um espaço de solo consagrado (o que as palavras *pomerium* e *templum* exprimem, em diversos casos), um local dotado de privilégios religiosos, onde o poder divino se encontra particularmente presente e sensível.”¹⁵ À luz desta conclusão se percebe a preocupação de Grimal em associar a Marte a loba. Se o investigador pretender alargar esta conclusão ao episódio da loba, as palavras de Dionísio de Halicarnasso deixam no ar dúvidas que tornam a generalização algo abusiva.

À exceção das teorias que defendem a inexistência de Rómulo e de Aca Larência, nenhuma das apresentadas se revela absolutamente incompatível com a possibilidade de uma loba real ter amamentado dois gêmeos expostos, pelo que, ao conjugar a caracterização do “episódio” como “tão estranho” e do “conto” como “muito peculiar” com a do “ceticismo” como “saudável”, a perspectiva de Beard não só se revela a mais prudente e cautelosa relativamente à confluência de um conjunto de circunstâncias felizes, como, ainda que talvez de forma literariamente inconsciente, a terminologicamente mais precisa de todas. É que, para muitos leitores atuais, conhecedores do caso das duas jovens que por volta de 1920 foram encontradas no norte Índia, a viver com uma alcateia, e resgatadas por caçadores que chacinaram os lobos - alguns anos depois, portanto, de Rudyard Kipling ter publicado o *Livro da Selva*, em 1894 - esta parte do episódio relatada pelos historiógrafos latinos não passa de algo suscetível de se enquadrar no género estranho.¹⁶

15 Grimal 2009: 18.

16 Vale a pena, a este propósito, ler o capítulo intitulado “As composições lendárias e as narrativas históricas”, em Malson 1988: 43 ss., onde, após recordar o facto de Heródoto ter relatado casos de crianças isoladas, e depois de ter aludido ao episódio da vida de Tiro com as éguas, de Júpiter que teria mamado em Amalteia, da Loba que teria amamentado Rómulo e Remo, da criança que, no tempo da conquista goda, teria sobrevivido entre ruínas e agarrada ao úbere de um animal, às lendas persas de ursos-precetores e, entre outras, às japonesas de macacos-amas, observa o autor: “Apesar de tudo seria necessário, com Max Müller ou Frazer, considerar a parte de verdade que encerra o pensamento mítico que, desde a descrição do dilúvio à narração da Tebaida,

Mas, nas *Origines*, é possível encontrar um passo onde o gênero fábula se articulava, de forma subordinada, com o relato mais amplo de um momento da história de uma cidade. Trata-se do frg. 3. 5 Ch. = 3. 5 J = 72 P, onde se pode ler: *Equos respondit: 'Oreas mihi inde, tibi cape flagellum.'* “O cavalo respondeu: ‘Coloca-me o bridão, mune-te de chibata.’” Para se contextualizarem estas palavras na história da cidade de Hímera, vale a pena recordar o testemunho de Aristóteles, *Rh.* 2. 20. 1393 b: Στησίχορος μὲν γὰρ ἐλομένων στρατηγὸν αὐτοκράτορα τῶν Ἱμεραίων Φάλαριν καὶ μελλόντων φυλακὴν διδόναι τοῦ σώματος, τᾶλλα διαλεχθεὶς εἶπεν αὐτοῖς λόγον ὡς ἵππος κατεῖχε λειμῶνα μόνος, ἐλθόντος δ’ ἐλάφου καὶ διαφθείροντος τὴν νομὴν βουλόμενος τιμωρῆσασθαι τὸν ἔλαφον ἠρώτα τινὰ ἄνθρωπον εἰ δύναται ἄν μετ’ αὐτοῦ τιμωρῆσασθαι τὸν ἔλαφον, ὃ δ’ ἔφησεν, ἐὰν λάβῃ χαλινὸν καὶ αὐτὸς ἀναβῆ ἔπ’ αὐτὸν ἔχων ἀκόντια· συνομολογήσας δὲ καὶ ἀναβάντος ἀντὶ τοῦ τιμωρῆσασθαι αὐτὸς ἐδούλευσε τῷ ἀνθρώπῳ. “Οὔτω δὲ καὶ ὑμεῖς”, ἔφη, “ὄρατε μὴ βουλόμενοι τοὺς πολεμίους τιμωρῆσασθαι τὸ αὐτὸ πάθητε τῷ ἵππῳ· τὸν μὲν γὰρ χαλινὸν ἔχετε ἤδη, ἐλόμενοι στρατηγὸν αὐτοκράτορα· ἐὰν δὲ φυλακὴν δῶτε καὶ ἀναβῆναι ἐάσητε, δουλεύσετε ἤδη Φαλάριδι”. “Tendo os cidadãos de Hímera escolhido Fálaris como estrategista com plenos poderes, e estando a ponto de lhe atribuir uma escolta pessoal, Este-sícoro, entre outras considerações, contou-lhes a fábula seguinte: um cavalo tinha um prado só para si, mas chegou um veado e estragou-lhe o pasto; o cavalo, querendo então vingar-se do veado, perguntou a um homem se o podia ajudar a punir o veado. O homem consentiu, com

64

exprime não apenas as metamorfoses da natureza mas também os dramas do homem, e converte em imaginários acontecimentos perfeitamente reais. É necessário também não rejeitar precipitadamente os textos das testemunhas, apenas porque entre eles se incluem alguns que são falsos. De tempos a tempos, a grande imprensa refere-se à descoberta de um novo Mowgli, que espera um Kipling para lhe narrar as aventuras. Abundam os retratos suspeitos, como de resto também na pintura. Refutar, baseando-se nos exemplos falsos, a validade de todos os que foram referidos, seria o mesmo que negar a existência de Vermeer, a partir do instante em que se adquiriu a certeza de que Megeren foi um falsificador.” Sobre os casos de Amala, encontrada com 2 anos, e de Kamala, encontrada com 8 anos em Midnapore, Índia, v. Malson 1988: passim.

a condição de lhe pôr um freio e montar nele com uns dardos. Feito o acordo, o homem montou o cavalo e este, em vez de se vingar, tornou-se escravo do homem. «Assim também vós», disse ele, «acautelai-vos, não vá acontecer que, querendo vingar os vossos inimigos, venhais a sofrer a sorte do cavalo; já tendes o freio ao eleger um estrategista pleno de poderes; se lhe dais uma guarda pessoal e permitis que vos monte em cima, então sereis escravos de Fálaris».¹⁷

Embora o contexto aristotélico imediato confira à fábula uma dimensão política, a verdade é que ela surge em um subcapítulo dedicado ao “argumento pelo exemplo” e no decurso da divisão das provas comuns a todos géneros em dois tipos, o exemplo e o entimema; da caracterização do exemplo como algo semelhante a uma indução, isto é, a um princípio; da divisão do exemplo em duas espécies, a que reporta factos anteriores e a que diz respeito aos factos inventados pelo orador; e da distinção, no âmbito da última, entre parábola e fábulas. Como Aristóteles punha a tónica no carácter inventado dos factos, admite Todorov, no mesmo capítulo onde considerara a importância do leitor na definição dos géneros fantástico, estranho e maravilhoso, a existência de um “maravilhoso puro”, que se não caracteriza pela “atitude para com os acontecimentos narrados”, mas pela “própria natureza dos acontecimentos”, e ilustra-o com os contos de fadas, onde, entre os “acontecimentos sobrenaturais” que “não provocam” no leitor “nenhuma surpresa”, refere “o lobo que fala”.¹⁸ À luz da definição de Todorov, facilmente se conclui que a fábula do cavalo falante pertence ao género maravilhoso. Se prestarmos atenção ao texto aristotélico,

65

17 Lição de Ross 1959; trad. de Alexandre Júnior, Farmhouse Alberto e Nascimento Pena 1998: 148. No comentário ao frg. de Catão, observa Chassignet 1986: 33 que, na versão de Cónon, também inspirada em Estesícoro, Gélon aparece no lugar de Fálaris, que não era tirano de Hímera, mas de Agrigento (*F. Gr. Hist.* 26 F 1 (XLII)), e nota a existência de uma outra versão da fábula veiculada por Filisto, historiador de Siracusa (Téon, *Progymn.* P. 26 Spengel). Hímera ficava 38 km a sudeste de Palermo (Sicília), próxima da embocadura do Fiume Grande.

18 Todas as expressões são citadas de Todorov 1977: 51-52.

verificamos que se trata de dois planos distintos, o da realidade e o da fábula, que apenas coincidem na metáfora dos cidadãos com o freio posto e o tirano montado.

Do resumo e das considerações até agora tecidas, facilmente se vislumbram, nas *Origines*, as influências da historiografia, da geografia, da etiologia, do direito, da religião, da fábula, mas, além destas, ainda se poderiam referir, a propósito de passos ainda não considerados, as da medicina intimamente ligada à culinária, da etnografia e da agricultura (cf., p. ex., frg. 2. 14 Ch. = 2. 10 J = 43 P, sobre a produtividade vínica do *ager Gallicus Romanus*). Ora é precisamente nos dois últimos domínios que se enquadra o testemunho de Varrão, R. 2. 4. 11, que veicula o frg. 2. 9 Ch. = 2. 11 J = 39 P das *Origines* de Catão. Muitas têm sido as conjeturas em torno do fragmento. Na edição da Loeb da obra de Varrão, por exemplo, onde a tradução de Hooper e Ash se baseia na lição da Teubner, da responsabilidade de Goetz e datada de 1929, pode ler-se: *In Italia Insubres terna atque quaterna milia aulia succidia uere...*¹⁹ “Os Ínsubres, na Itália, salgam três ou quatro mil pedaços; na primavera...” Os Ínsubres eram um povo da Gália Transpadana, mas a alteração, proposta por Turnèbe, colide com a lição dos códices (*in scrobes*), conforme A. Popma a conservou na sua edição Catão datada de 1601, e L. Alfonsi – A. Roncoroni e Chassignet a recuperaram.²⁰

Hamblenne, por sua vez, propôs a seguinte leitura: *In Italia, in scrobes terna atque quaterna milia [aulia] <su(um) seu sues> succern(un)t uere...*²¹ “Na Itália, põem de parte em fossas três e mesmo quatro mil porcos a cada primavera...” O investigador sustenta que “os Gauleses” são o sujeito subentendido da frase; recorda que, de acordo com Varrão, era no final do inverno que se punham de parte varrões e porcas com uma idade entre os doze e os vinte ou vinte e quatro meses para que se verificassem as primeiras cópulas; admite a possibilidade de, fecundadas as

19 Hooper & Ash 1935: 356.

20 Chassignet 1986: 70, n. 9. 1; Hamblenne 2000: 89-90 e 95.

21 Hamblenne 2000: 100.

porcas, destas se apartarem, na primavera e por motivos de segurança das prenhes, fêmeas pouco produtivas ou esterilizadas e porcos castrados; e conclui: “C’est au début de la bonne saison encore qu’il faut normalement décider quels porcs on laissera chercher leur provende siluestri loco, et lesquels on maintiendra dans un enclos pour qu’ils engraisent.”²² A propósito das pocilgas onde se criariam os suínos em regime de engorda intensiva, fala Hamblenne de fossas no chão, de passadiços que permitiriam o acesso às fossas, de muros laterais que protegeriam do vento e de pilares que suportariam um teto.²³ A leitura proposta pelo investigador é engenhosa, mas o próprio reconhece que, na ausência de testemunhos arqueozoológicos e literários que esclareçam, de forma inequívoca, o sentido de “un témoignage unique de Caton, suivi de deux mirabilia”, mais não tece do que um conjunto de conjeturas de base lexicográfica.

Publicada em 2000, portanto entre a primeira edição de *Les Belles Lettres* das Origines, datada de 1986, e uma segunda tiragem, de 2002, não encontrou a proposta de Hamblenne qualquer tipo de eco em Chassignet, a fixadora do texto na referida edição, que, na mencionada tiragem, continuou a ler: *In Italia in scrobes terna atque quaterna milia [aulia] succidiarum uehere. Sus usque adeo pinguitudine crescere solet, ut se ipsa stans sustinere non possit neque progredi usquam. Itaque eas si quis quo traicere uolet, in plaustrum imponit.* “Na Itália transportam-se para covas três ou quatro mil pedaços de carne salgada de porco. A porca costuma medrar de tal sorte em banha, que por si própria se não consegue suster de pé e muito menos avançar. E assim, se alguém a quiser transportar para algum lado, põe-na em cima de uma carroça.”

Quanto à historicidade da técnica de armazenamento do toucinho, não oferece quaisquer dúvidas, pois, após explicar que os *scrobes* eram

22 Hamblenne 2000: 100.

23 Hamblenne 2000: 102.

“cavités garnies d’argile”, notou Chassignet, baseada em F. Chevallier: “Ce type de saloir a subsisté jusqu’au XX^e siècle dans le nord-ouest de la France.”²⁴ Da veracidade da informação acerca da quantidade de carne de porco armazenada, talvez se não deva também duvidar, visto que Políbio 2. 14. 7 e 2. 15. 2-3 informa que a planície da Gália Cisalpina ultrapassava em produtividade qualquer outra região conhecida da Europa, e que os seus bosques produziam tal quantidade de bolota e alimentavam tantos suínos que quase satisfaziam as necessidades deste tipo de carne por parte da população e do exército da Itália.

No caso do ser humano, a obesidade mórbida pode efetivamente colocar problemas à locomoção da pessoa. Quanto a suínos que sofram de claudicação ou coxeira, prevê Decreto-Lei português n.º 28/96 que, na impossibilidade de serem transportados sem acréscimo de sofrimento para os próprios, o abate se faça na própria exploração. O documento onde encontrei a alusão ao referido Decreto-Lei, ainda admite a possibilidade de “uma percentagem significativa de animais apresentar claudicação severa”²⁵. É sabido, além disso, que a submissão de uma porca nulípara a uma dieta de engorda não favorece o adequado desenvolvimento de unhas, ossos e cartilagens. Ainda se vê, em algumas aldeias, o transporte de varrões em carretas para os currais das porcas. Ora com base nestes dados e na sequência de informações de indiscutível veracidade, poderia o leitor moderno sentir-se tentado a cuidar verídica a parte final do fragmento transcrito, onde se alude à acumulação anormal de tecido adiposo por parte da porca, que representa a generalidade das fêmeas da espécie na Gália Cisalpina, à impossibilidade de se manter de pé e de se locomover, e à necessidade de uma carroça para a transportar. Contudo, no que toca o ser humano, é difícil encontrar numa determinada região uma grande concentração de pessoas que

24 Chassignet 1986: 70 ad loc.

25 Cf. p. 87 de secção intitulada “Suínos” de documento que, a 29 de março de 2017, se encontrava em: http://www.lusogenes.pt/Documentos%20PDF/Legisla%C3%A7%C3%A3o/BemEstarSuinos_recomendacoes.pdf.

padeçam de obesidade mórbida e tenham dificuldades de locomoção. Importa ainda reiterar a ideia de que a forma verbal *solet* sugere que Catão não está a falar de um caso isolado, mas a generalizar.

Se dúvidas restassem quanto ao caráter no mínimo abusivo de tal generalização, dissipá-las-ia o confronto do passo de Catão com um testemunho de Estrabão 4. 4. 3, a propósito do modo de vida dos Gaulleses: Τροφή δὲ πλείστη μετὰ γάλακτος καὶ κρεῶν παντοίων, μάλιστα δὲ τῶν ὑείων καὶ νέων καὶ ἀλιστῶν. Αἰ δ' ὕες καὶ ἀγραυλοῦσιν ὕπει τε καὶ ἀλκῆ καὶ τάχει διαφέρουσαι κίνδυνος γοῦν ἐστὶ τῷ ἀήθει προσιόντι, ὡσαύτως καὶ λύκῳ. [...] Οὕτως δ' ἐστὶ δαψιλῆ καὶ τὰ ποιμνία καὶ τὰ ὑοφόρβια ὥστε τῶν σάγων καὶ τῆς ταριχείας ἀφθονίαν μὴ τῆ Ῥώμῃ χορηγεῖσθαι μόνον, ἀλλὰ καὶ τοῖς πλείστοις μέρεσι τῆς Ἰταλίας. “Comida têm eles em abundância, juntamente com leite e carne de toda a sorte, mas sobretudo de porco, não só fresca mas também salgada. Os seus porcos criam-se ao ar livre, avantajados em altura, intrepidez e rapidez; incorre certamente em perigo o estranho que deles se aproximar, e de igual sorte também um lobo. [...] Tão magníficos são não só seus rebanhos de ovelhas como também suas varas de porcos, que fornecem fartura de sagos e carne salgada, não só a Roma, mas também à maior parte da Itália.”

É certo que se pode alegar que Catão falara de uma porca, ilustrativa é certo de um costume, ao passo que Estrabão descreve porcos, mas não me parece que as porcas estejam excluídas do relato do último e que o tipo de alimentação de porcas e porcos fosse diverso. Se fizessem uma alimentação que favorecesse a acumulação de tecido adiposo, não teriam as porcas e os porcos condição de lutar com lobos e humanos. Perante tudo isto, fica o leitor moderno tentado a acreditar na possibilidade da existência de porcas claudicantes, mas se, como os seus companheiros porcos da Gália Cisalpina, a maior parte das porcas era alta, intrépida, rápida e feroz para estranhos e lobos, as claudicantes não podiam constituir a regra, mas a exceção. O caso, conforme se pode ver, suscita ao leitor moderno muitas dúvidas, que, enquanto

permanecerem, o situam no domínio do fantástico, e, se se desvanecerem, o passam para o do estranho ou, de forma menos provável, para o do maravilhoso hiperbólico.²⁶ Enquanto o leitor antigo poderia visitar a Gália Cisalpina ou falar com pessoas da região, já nós, leitores atuais, conseguimos aceder via internet a um folheto de bem-estar suíno, mas o confronto do passo com o testemunho de Estrabão tantas dúvidas suscitaria no leitor antigo, como no moderno, quando se trata de determinar a conformidade da informação nele veiculada com a «realidade» tal como ela existe para a opinião comum” (Todorov).

Quanto à ligação da obra literária à realidade quotidiana, afirma Aristóteles que nada obsta a que fatos efetivamente ocorridos sejam possíveis e verosímeis (Po. 9. 1451b 29-32). Daqui se depreende a presença do verosímil em obras de forte pendor historiográfico, como as *Origines*. Mas, do mesmo modo que Aristóteles, Po. 24. 1460a 26 – 60b 2 (cf. 15. 1454a 37 - 54b 8), admite a possibilidade de dissimular o irracional e o absurdo com boas qualidades, de modo a conferir à totalidade do enredo verosimilhança, também Catão, para se tornar convincente, articula factos de veracidade indiscutível com outros de historicidade duvidosa, como no fragmento analisado. Por isso conclui Todorov 1977: 45: “A verosimilhança não se opõe portanto de maneira nenhuma ao fantástico: a primeira é uma categoria que se distingue pela coerência interna, pela submissão ao género, enquanto o segundo se refere à percepção ambígua do leitor e da personagem. No interior do género fantástico é verosímil que se deem reações «fantásticas.” Vale, no entanto, a pena notar que, ao contrário do que recomenda Aristóteles, em Po. 24. 1460^a 26-27, não prefere Catão, no fragmento citado, o impossível verosímil ao possível inverosímil.

A reflexão já vai longa, mas não pode omitir mais dois fragmentos catonianos que ao leitor moderno suscitam reservas quanto à

26 A propósito do maravilhoso hiperbólico, escreve Todorov 1977: 52: “Os fenómenos não são aqui sobrenaturais senão pelas suas dimensões, superiores às que nos são familiares.”

veracidade da informação veiculada. Falamos do frg. 2. 20 Ch = 2. 16 J = 52 P: *In Sauracti <et> Fiscello caprae ferae sunt, quae salient e saxo pedes plus sexagenos.* “No Soracte <e> no Fiscelo há cabras selvagens que saltam de uma rocha com mais de sessenta pés.” Cada pé corresponde a 0.296 m., e, por conseguinte, Catão fala de um salto de mais de 17. 76 metros. Se se tomar em consideração que, em março de 2017, Nelson Évora revalidou o título de campeão europeu de triplo salto com um ensaio de 17. 20 m., não seria de estranhar uma espécie de triplo salto de uma cabra a descer as encostas dos referidos montes, mas, quando se trata de uma queda de uma altura superior a 17. 76 m., é assunto em que não acreditamos com facilidade. Importa, contudo, notar que Catão não diz se as cabras sobrevivem ou não à queda, pois, no caso de não sobreviverem, a informação já se tornaria mais condizente com a realidade. Mas a forma *salient* sugere salto – e não queda – e convicção de uma certa segurança. Em todo o caso, se me dissessem que, quase na fronteira da Itália com a Suíça, há um tipo de cabra, *Ibex Europeu* (*Ibex Alpine*, *Ibex de Capra*), que se alimenta de musgo, flores e sais minerais, na barragem de Cingino, a muitos metros de altura e com uma inclinação muito elevada, não acreditaria, mas o YouTube mostra que é verdade.²⁷ Tudo isto contribui para a permanência da dúvida e, por conseguinte, do domínio do fantástico.

Ao descrever geográfica e etnograficamente a Hispânia, escreve Catão, *Origines*, frg. 5. 2 Chassignet (7. 5 J = 93 P): *Sed in his regionibus ferrareae, argentifodinae pulcherrimae, mons ex sale mero magnus; quantum demas, tantum ad crescit. Ventus Cercius, cum loquere, buccam implet, armatum hominem, plaustrum oneratum percellit.* “Mas nestas regiões há belíssimas minas de ferro e de prata, uma grande montanha de sal puro; quanto se retira, tanto aumenta. O vento Círcio, quando se fala, enche a boca, derruba um armado homem, uma carroça carregada.”

27 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=boL7ivYeDrs> a 31.3. 2017.

Em comentário à afirmação de Catão acerca da atividade mineira no vale do Ebro, observa Chassignet que as referidas jazidas de ferro e de prata não eram as mais ricas da península, mas, baseada em Plutarco, *Cat. Ma.* 10. 4, e Lívio 34. 46. 2, lembra que Catão deu uma libra de prata a cada militar do seu exército e, no rescaldo do triunfo de 194 e no que foi a maior transferência da Hispânia para Roma, contribuiu com 25.000 libras de lingotes de prata e numerosas moedas para o *Aerarium*.²⁸

Quanto às dúvidas acerca da veracidade das informações sobre a montanha de sal, procura Chassignet dissipá-las ao informar que a referida montanha existia perto de Cardona, na província de Barcelona, teria uma altura de 124 metros, quatro quilómetros de perímetro e – ao contrário da mina de Egelasta, cujo sal era o preferido para fins medicinais – não era referida em mais texto algum. Apesar desta nota, Albrecht não se mostra muito convencido da veracidade da afirmação,²⁹ e eu sinto-me deveras tentado a situar o passo catoniano no domínio do maravilhoso hiperbólico ou do exótico.³⁰ Não se trata, no caso do maravilhoso exótico, da descrição de um lugar distante no espaço, que o leitor implícito não conhece e de cujas peculiaridades não tem motivos para duvidar, mas antes de um lugar que, para o leitor moderno, se encontra distante no tempo e muito difere da percepção comum que atualmente se tem do referido espaço.

A propósito da forma *Cercius*, para designar o vento, sugerem Aulo Gélío 2. 22. 28 e Apuleio, *Mun.* 321, que a mais comum é *Circius*; e Chassignet observa que o vento Círcio sopra de noroeste para sudeste na Narbonense e no vale do Ebro.³¹ J. Beaujeu, referido pela autora, identifica-o com o *cierzo* catalão. O equipamento de um legionário do séc. II a.C., de acordo com Chassignet, pesaria entre 18 e 20 kg. Uma carroça das antigas poderia transportar uma carga até 650 kg. Só se o autor se

28 Chassignet 1986: 93 ad loc.

29 Albrecht 1997: 398.

30 Todorov 1977: 52.

31 Chassignet 1986: 93.

estiver a referir a tufões, com rajadas de vento de 360 km por hora.... Enfim, Albrecht não se mostra muito convicto acerca da veracidade da informação,³² e, para mim, este passo é do domínio do fantástico.

A presença do fantástico na literatura greco-latina e em particular na historiografia não é uma novidade catoniana: já existia na literatura latina e grega. O fantástico tem origem rural e pode recorrer a uma técnica semelhante à da inclusão do *alagon* na tragédia, que passa por misturar a verdade com o duvidoso, para se tornar convincente. Importa, finalmente, ter presente que, em muitos casos, apesar de termos mais informação disponível do que antigamente, não ficamos mais esclarecidos no que à determinação dos limites do fantástico diz respeito, pois os textos antigos não coincidem nas informações veiculadas ou a percepção que atualmente temos do espaço difere muito da veiculada por uma única fonte antiga. Assim se avolumam legítimas dúvidas.

BIBLIOGRAFIA

73

- Albrecht, M. von (1997), *A history of Roman literature: from Livius Andronicus to Boethius*. Leiden – New York – Köln.
- Alexandre Júnior, M.; Alberto, P. Farmhouse; Pena, A. do Nascimento (1998), *Aristóteles. Retórica*. Lisboa.
- Beard, M. (2016), *SPQR - Uma História da Roma Antiga* (trad. P. Carvalho e Guerra & R. Carvalho e Guerra a partir de *SPQR - A History of Ancient Rome*. Mary Becd Publications). Lisboa.
- Chassignet, M. (1986), *Caton. Les origines (fragments)*. 2ème tirage: 2002. Paris.
- Conway, R. S. & Walters, C. F. (1955), *Titi Liui Ab Vrbe Condita*, Tom. I, Oxonii.
- Grimal, P. (2009), *A civilização romana* (trad. de Isabel St. Aubyn a partir de *La Civilisation Romaine*, Paris, 1984). Lisboa.

32 Albrecht 1997: 398.

- Hamblenne, P. (2000), “Des porcs engraisés en batterie, dans la Cisalpine?”, *RBPh* 78 1: 89-104.
- Hooper, W. D. & Ash, H. B. (1935, 2nd ed.), Marcus Porcius Cato. *On agriculture*; Marcus Terentius Varro. *On agriculture*, Cambridge (Mass.) – London.
- Jordan, H. (1860), *M. Catonis praeter librum de re rustica quae extant*. Lipsiae.
- Leão, D. & Brandão, J. L. (2015), “2. As origens da Urbe e o período da Monarquia”, in J. L. Brandão & F. Oliveira (coords.), *História de Roma antiga*, vol. I. *Das origens à morte de César*. Coimbra, 27-51.
- Lindsay, W. M. (1913), *De Verborum Significatione (Sexti Pompei Festi De Verborum Significatu Quae Supersunt cum Pauli Epitome)*. Lipsiae.
- Malcovati, H. (1976, 4ª ed.), *Oratorum Romanorum fragmenta liberae rei publicae*. Aug. Taurinorum.
- Malson, L. (1988), *As crianças selvagens: mito e realidade* (trad. de C. Cidrais Rodrigues a partir de *Les enfants sauvages: mythe et réalité*. Union Générale d’Editions, 1964). Porto.
- Montanelli, I. (2002), *História de Roma. Da fundação à queda do Império* (trad. de Ruy Oliveira a partir de *Storia di Roma*, Milão, 1997). Lisboa.
- Nieto, J. (2006), *Historia de Roma. Día a día en la Roma Antigua*. Madrid.
- Pereira, M. H. da Rocha (2010, 6ª ed.), *Romana. Antologia da Cultura Latina*. Lisboa.
- Pereira, M. H. da Rocha (2012, 11ª ed.), *Estudos de História da Cultura Clássica, Cultura Grega*. Lisboa.
- Peter, H. (1914, 2ª ed.), *Historicorum Romanorum reliquiae*, I. Lipsiae.
- Ross, W. D. (1959). *Aristotelis Ars Rhetorica* (Repr. 1964). Oxford.
- Todorov, Tzvetan (1977), *Introdução à literatura fantástica* (trad. de Maria Ondina Braga a partir de *Introduction à la Littérature Fantastique*, Paris, Seuil, 1970). Lisboa.

PORQUE FOI PÁRIS ESCOLHIDO PARA JULGAR AS DEUSAS? A RESPOSTA DO *EXCIDIIUM TROIAE*¹

WHY WAS PARIS SELECTED TO JUDGE THE GODDESSES? *EXCIDIIUM TROIAE'S ANSWER*

MIGUEL ABRANTES

MESTRE EM ESTUDOS CLÁSSICOS - UNIVERSIDADE DE COIMBRA

miguel.r.abrantes@gmail.com

ORCID.ORG/0000-0003-2098-3318

ARTIGO RECEBIDO 28-03-2017 A E APROVADO A 14-06-2017

75

Resumo: O Julgamento de Páris é provavelmente um dos episódios mitológicos mais famosos da cultura ocidental. Porém, pouco sabemos sobre os contornos originais do episódio. Recorrendo ao texto do *Excidium Troiae*, que será apresentado de forma breve, este artigo apresentará o porquê de ter sido Páris o herói escolhido para decidir sobre a beleza das três deusas.

Palavras-chave: Páris; *Excidium Troiae*; Mitologia.

Abstract: The Judgement of Paris is likely one of the most famous mythological episodes of the western culture. However, we also know very little about the original contours of the episode. Taking advantage of the text of the *Excidium Troiae*, which will be presented briefly, this

1 Um agradecimento ao Professor Francisco Oliveira, que me deu a sua opinião sobre uma versão preliminar deste artigo.

article will present why Paris was the hero selected to decide on the beauty of the three goddesses.

Keywords: Alexander Paris; *Excidium Troiae*; Mythology.

Um dos momentos mais intrigantes da trama do Ciclo Troiano é provavelmente aquele em que Páris, filho do rei Príamo mas um mero mortal, foi escolhido para determinar a mais bela de três deusas. O episódio é sobejamente conhecido e até muito retratado na arte ocidental ao longo dos séculos, mas nenhuma das fontes clássicas parece explicar o porquê de ter sido esta figura específica a escolhida para o famoso julgamento. De facto, tendo em conta as acções de Páris nas fontes ainda existentes, dificilmente algum leitor o consideraria digno de consulta em qualquer questão importante. Ao mesmo tempo, se tivermos em conta que foi Zeus, possivelmente o mais sábio de todos os deuses, quem o escolheu para esta tarefa, somos levados a pensar que o deus saberia algo que a nós, audiência moderna, nos escapa. Afinal, porque foi Páris escolhido para julgar a beleza de Afrodite, Atena e Hera?

A resposta é tudo menos simples. Muitos são os autores da Antiguidade – de Homero² a Luciano³, entre tantos outros – que aludem ou mencionam este episódio, mas nenhum deles parece explicar, de uma forma convincente, a razão para a escolha específica deste filho de Príamo. A qualquer leitor contemporâneo pareceria muito lógico que, a ter de se escolher um dos filhos do rei de Tróia para esse papel, o mais indicado seria o grande herói de Tróia, Heitor. Será então esta uma resposta que devemos aceitar, de uma forma muito tácita, com um ressonante, mas evidentemente insatisfatório, “ele foi escolhido porque sim”?

Poderia até parecer-nos que esse seria o melhor caminho a seguir, face à perda dos *Poemas Cíprios*, em que este episódio era originalmente

2 *Il.* 24.25-30.

3 *Dial. D.* 20.

apresentado, mas felizmente ainda temos uma resposta disponível, a do *Excidium Troiae*. Porém, devido ao facto de este não ser um texto muito conhecido, será boa ideia prosseguir com uma pequena apresentação do mesmo, antes de voltarmos à resposta que aqui procuramos.

O *Excidium Troiae*, de autoria ou compilação anónima, pode ser dividido em três momentos essenciais – um relato do Ciclo Troiano até à morte de Aquiles; a queda de Tróia e as viagens de Eneias segundo a versão de Virgílio; uma sucinta narração da fundação de Roma até ao reinado de César Augusto. Cada uma destas sequências tem características muito próprias, sendo indiscutível que tenham existido pelo menos duas fontes envolvidas na sua compilação, até pelo facto de um mesmo herói ser chamado *Odisseus* na primeira parte mas *Ulixes* na segunda. Dessas duas fontes, uma delas terá obrigatoriamente de ser posterior à *Eneida*, mas a outra, como um seu editor moderno mostrou, pressupõe um conhecimento muito completo da literatura da Antiguidade, o que seria difícil de compreender num texto que tivesse sido produzido exclusivamente na Idade Média (Atwood 1971: xii-xiii). Não se trata, por isso, de um texto medieval, mas é provável que tenha sofrido alterações, ou sido compilado, já na Idade Média, baseando-se em fontes mais antigas, e daí uma grande parte da sua importância – o facto de nos preservar, indirectamente, diversa informação de fontes que já perdemos.

Nesse sentido, um elemento curioso desta obra é o facto de ela conter seis perguntas seguidas pelas respectivas respostas⁴, antes de se prosseguir com a trama. Todas elas são introduzidas com a expressão “*Et dicere habes...*”, mas diversas sequências também terminam com a

4 Além das três que serão mencionadas mais à frente contam-se também as seguintes:

“Quare Achilles inter virgines inventus est?” (ET 10.22)

“Quando Cupido se in faciem Ascanii transfiguravit, ubinam Ascanius fuit?” (ET 32.25)

“Qui fuerunt septem montes ubi Evander regnabat, vel qui fuit tipus porce que triginta porcellos generaverat?” (ET 39.5-7)

questão “*Quid multa?*”, esta segunda provavelmente para introduzir uma nova parte da trama. A título de exemplo, quando Tétis é apresentada como mãe de Aquiles e uma das cinquenta Nereidas, é perguntado o seguinte:

*Que fuerunt Nereide, aut quare hoc vocabulum acceperunt?*⁵
(ET 3.3)

É dada uma pequena explicação e a trama prossegue depois com o casamento de Peleu e Tétis. Quando as festividades levam a que Júpiter seja obrigado a premiar a beleza de uma das três deusas, é-nos dito que ele, procurando evitar ofendê-las, lhes pede que se dirijam ao Monte Ida, onde poderiam encontrar o pastor Páris, que as julgaria (ET 3.13-3.26). Segue-se então uma questão da maior importância para o nosso tema:

*Qui fuit Paris, aut quare iudex iustus appellatus est?*⁶
(ET 3.27)

78

Antes de se avançar para a resposta há que ter em conta que, se quisermos considerar esta obra como uma espécie de manual escolar, como também o fez Atwood (1971: xviii), esta seria uma questão que um professor faria aos seus alunos, dos quais esperava uma resposta muito concreta. Nesse contexto, se tivermos em conta que os Poemas Homéricos eram centrais na escolaridade da Antiguidade, será natural que só os alunos de um nível escolar muito baixo não conhecessem este filho de Príamo. Poderia parecer-nos estranho que já conhecessem a história do obscuro herói Aqueménides, referido numa outra pergunta⁷, mas devemos ter em conta que tanto essa questão como

5 “Quem foram as Nereidas, ou porque lhes foi dado este nome?”, trad. do autor.

6 “Quem foi Páris, ou porque foi chamado um juiz justo?”.

7 “Qui fuit Achemenides, vel Ulixes de cuius exercitu captivatus fuit; vel quis fuit Polifemus qui eum captivavit?” (ET 23.14-15).

a respectiva resposta nos remetem rapidamente para a relação dessa figura menor com duas outras de uma inegável importância, Ulisses e Polifemo – o objectivo não era, claramente, o de ensinar a identidade de Aqueménides, mas o de fazer um uso intermédio dessa figura, somente mencionada no canto terceiro da *Eneida*, para ensinar parte do conteúdo da *Odisseia* homérica.

Retornando então a Páris, dos alunos era esperado que o viessem a conhecer, mas que também soubessem explicar o porquê de ele ser aqui denominado *iustus*. Muitos poderiam ser os adjectivos a associar a Páris no contexto dos Poemas Homéricos, mas *iustus* não seria um deles. Associá-lo a essa qualidade implicaria desconhecer por completo as suas acções futuras, levando-nos, novamente, à ideia de que esta espécie de manual poderia ser usado para uma primeira introdução ao Ciclo Troiano. O que nos leva a uma inferência de extrema importância – qualquer jovem estudante deveria saber a razão da escolha de Páris, sendo provavelmente por isso que os mais diversos autores nunca sentem qualquer necessidade de a tornar a mencionar. Era uma questão educativa basilar, mas também seria difícil voltar a ver qualquer “justiça” na figura de Páris conhecendo o seu futuro. Mas então, porque é ele considerado *iustus* neste momento da trama? O texto deste *Excidium Troiae* dá-nos uma resposta alargada:

*Cui Paridi in armento
suo taurus mire magnitudinis natus est. Qui taurus cum tauris aliorum
pastorum dimicabat et singulos vincebat. Quem dum Paris semper vic-
torem videret, ei coronam auream inter cornua imponebat. Hoc videns,
Mars se in similitudinem tauri aptavit et cum tauro Paridis se ad dimi-
candum ostendit. Qui dum Mars in similitudinem tauri cum tauro
Paridis dimicaret, Mars victor extitit. Tunc Paris videns Martem in
similitudinem tauri taurum suum superasse, coronam quam tauro suo
imponebat Marti imposuit. Et propter quod iustitiam secutus est et
sibi non cohibuit, iudex iustus appellatus est. Hec opinio de eodem*

*peragravit. Merito etiam Iupiter inter tres deas ipsum iudicem quesivit.*⁸
(ET 4.11-4.21)

A fama de um Páris *iustus* parece então advir de um episódio específico que teve lugar quando este ainda era um pastor nos campos troianos. É uma sequência bastante directa, mas que, face à intervenção de uma entidade divina, poderia ter contribuído para tornar este filho de Príamo famoso entre os deuses. Depois, Júpiter, ao escolhê-lo para o julgamento, estaria a cumprir cumulativamente dois objectivos – não só dar uma sensação de estar a escolher um juiz imparcial, mas também assegurar que o seu plano de destruição da raça humana, mencionado no resumo que Proclo fez dos *Poemas Cíprios*⁹, tinha realmente lugar.

Somos então levados a uma outra questão de grande importância – seria já esta a razão para a escolha de Páris nos antigos *Poemas Cíprios*? Nenhum dos fragmentos associados a essa obra nos permite sabê-lo. Não temos qualquer prova em contrário, até pelo facto de nenhum outro autor mencionar a razão por detrás desta escolha divina. Poderemos, no entanto, ver aqui e ali alguns casos puramente circunstâncias. Por exemplo, quando, na versão de Luciano da Samósata, Zeus propõe que Páris seja o juiz, Afrodite faz depois uma alusão a Momo para esse papel¹⁰, enquanto que Hera menciona a figura de Ares como alguém potencialmente tendencioso, antes de dizer que todas as três deusas

80

8 “Um touro de tamanho admirável nasceu na manada de Páris. Este touro costumava lutar com os touros dos outros pastores e vencer cada um deles. Então Páris costumava pôr uma coroa entre os cornos [do animal] sempre que o via vitorioso. Marte, ao ver isto, assumiu a forma de um touro e ofereceu-se para lutar contra o touro de Páris. Quando Marte, sob a forma de um touro, lutou contra o touro de Páris, saiu vitorioso. Depois, Páris, ao ver que Marte, disfarçado, tinha superado o seu touro, colocou a coroa que costumava colocar no seu touro em Marte. E porque foi justo e não se coibiu de o fazer, foi chamado um juiz justo. Esta opinião espalhou-se. Por esse mérito Júpiter procurou-o para julgar entre as três deusas”.

9 Cf. Christopoulos (2011).

10 Recorde-se que, num escólio a *Il.* 1.5, Momo é creditado como tendo originado a ideia da Guerra de Tróia, cf. Christopoulos (2011).

aceitam “esse tal Páris, seja lá ele quem for”¹¹. Seria esta sequência um conjunto de referências dissimuladas aos episódios iniciais do Ciclo Troiano, ou uma mera coincidência? Não sabemos, mas também não podemos descartar completamente essa hipótese, até devido ao facto de Luciano, nas suas outras obras, fazer múltiplas referências a personagens e mitos sobre os quais temos muito pouco conhecimento.

O *Excidium Troiae* parece oferecer-nos uma resposta à importante questão do porquê de Páris ter sido escolhido para o Julgamento das Deusas. Contudo, face ao facto de esta obra ter sido compilada de pelo menos duas fontes diferentes, já não podemos ter a certeza se este episódio é aqui representado como já o era nas fontes mais antigas – e, em derradeiro caso, nos próprios *Poemas Cíprios*. Não obstante essa dificuldade, deveremos ter em conta que é a única fonte existente para alguns episódios patentes nas versões medievais do Ciclo Troiano. Até que ponto é que esses mesmos episódios já constavam em textos da Antiguidade, e, em caso positivo, em que fontes específicas se baseou, é algo que já não conseguimos discernir com base na literatura que temos ao nosso alcance neste momento.

81

BIBLIOGRAFIA

- Abrantes, M. C. (2016), *Temas do Ciclo Troiano: Contributo para o estudo da tradição mitológica grega*. Amazon Digital Services LLC.
- Atwood, E. B., Whitaker, V. K. (1971, 1944), *Excidium Troiae*. New York, Kraus Reprint Co. Consultado online: http://www.medievalacademy.org/resource/resmgr/maa_books_online/atwood_0044.htm [acesso 6-6-2017].
- Baumgartner, E., Vielliard, F. (1998), *Benoît de Sainte-Maure, Le Roman de Troiae*. Paris, Le Livre de Poche.

11 *Dial. D.* 20.2.

- Christopoulos, M. (2011), “*Casus belli: Causes of the Trojan War in the Epic Cycle*”, Classics@ Volume 6: Efimia D. Karakantza, ed. The Center for Hellenic Studies of Harvard University, edition of February 4, 2011. Consultado online: <http://chs.harvard.edu/CHS/article/display/3367> [acesso 6-6-2017].
- Fadhilurrahman, M. (2015), *Excidium Troiae or Destruction of Troy by an anonymous author*. Edição online: <http://archive.org/details/ExcidiumTroiae> [acesso 6-6-2017].
- Frazer, J. G. (1921), *Apollodorus, The Library*. Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- Lourenço, F. (2005), *Homero, Ilíada*. Lisboa, Editora Cotovia.
- Magueijo, C. (2012), *Luciano [I]*. Coimbra, Imprensa da Universidade. Consultado online: https://classicadigitalia.uc.pt/en/livro/luciano_i [acesso 6-6-2017].
- Mancilla, C. (2015), *Artistic and Literary Representations of the Judgement of Paris in Antiquity. Master Thesis*. Canberra, The Australian National University. Consultado online: <https://openresearch-repository.anu.edu.au/handle/1885/14130> [acesso 6-6-2017].

EPÍGRAFE LATINA COMO ELEMENTO DIDÁTICO (XXXIV): AINDA A INSCRIÇÃO NEOCLÁSSICA DE CRETA

**THE LATIN EPIGRAPHY AS A DIDACTIC ELEMENT (XXXIV):
THE NEOCLASSIC INSCRIPTION OF THE RENIER'S MANSION,
IN CRETE – PART II**

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

CENTRO DE ESTUDOS DE ARQUEOLOGIA, ARTES E CIÊNCIAS
DO PATRIMÓNIO

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

jde@fl.uc.pt

ORCID.ORG/0000-0002-9090-557X

83

ARTIGO RECEBIDO A 27-03-2017 E APROVADO A 20-06-2017

No nº XXXIV da série «A epígrafe latina como elemento didáctico», dei a conhecer o estudo que fizera de uma inscrição da mansão Renier, em Creta, publicado no *Boletim de Estudos Clássicos*, 60. 2015, p. 59-69 e ora também acessível em <http://hdl.handle.net/10316/37195>.

Quando partilhei o resultado dessa investigação com os colegas, solicitei-lhes que dessem sobre o mesmo a sua opinião, inclusive apresentando outras hipóteses de interpretação.

O meu apelo foi atendido e já tenho, de momento, dois testemunhos, que agradeço e que se me afigura ser de interesse publicar, por representarem, de facto, outro modo de ler o texto. – J. d'E.

1. O CONTRIBUTO DE EUSTAQUIO SÁNCHEZ SALOR

A pedido do Prof. Julio Esteban Ortega, da Universidad de Extremadura, o Doutor Eustaquio Sánchez Salor, catedrático de Filología Latina teve a gentileza de me escrever o seguinte comentário:

MVLTA TVLIT FECITQVE PATER, SVDAVIT ET ALSIT
ET STVDVIT DVLCS, SEMPER REQVIESC(at) E(t) REN(asc)AT

Mucho sufrió e hizo mi padre; pasó calor y pasó frío;
y estudió poesía; que descanse eternamente y resucite.

84 Muchas veces ha sido mal leída, ya que se ha leído juntando el primer hemistiquio del verso primero con el primero del segundo y el segundo del primero con el segundo del segundo verso, resultando esto: MVLTA TVLIT FECITQVE ET STVDVIT DVLCS PATER, SUDAVIT ET ALSIT SEMPER REQVIES CERENAT. En la interpretación de esta lectura se han dicho auténticas barbaridades; por ejemplo, se ha hecho concertar *dulces* con *pater* y se ha traducido “dulce padre”, lo cual es imposible. Se ha leído CERENAT, palabra totalmente ininteligible.

La lectura debe ser como la que hemos propuesto (es decir, la primera línea, un verso; y la segunda, otro), porque el verso primero no es sino un verso de Horacio, cambiada sólo una palabra:

Multa tulit fecitque puer, sudavit et alsit (HOR., *Ars Poetica*, 42)

En la inscripción se ha cambiado *puer* por *pater*.

La traducción que hago de *studuit dulces* (“se dedicó a la poesía”), se basa en el hecho de que *dulces*, en Virgilio, forma sintagma con *Camenas* (*dulces Camenas*), para referirse a la poesía bella y lírica. Hay miembros de la familia Renier en el siglo XVI y comienzos del XVII que tuvieron contacto con los humanistas y se dedicaron a las letras.

En el segundo hemistiquio del segundo verso es necesario desarrollar abreviaturas, ya que de lo contrario no se entiende nada. Mucho menos si leemos, como se ha leído con frecuencia: SEMPER REQUIES CERENAT. El epigrafista se encontró con que al final le faltaba piedra y tuvo que abreviar.

Debe tratarse de una inscripción dedicada por su hijo a uno de los Renier de la época: Federico Renier o su hijo Luis Renier. De hecho, un hijo del primero y hermano de Luis dedicó una inscripción a su padre Federico y a su hermano; esta inscripción está en Venecia y dice: FEDERICO RHENERIO PATRI / SENATORI AMPLISSIMO ET / ALOYSIO FRATRI PROCURATORI / SANCTI MARCI / CLARISSIMO BERNARDINVS / VTRIVSQUE AMANTISSIMVS / P. CVRAVIT / MDLX. Habría que ver las circunstancias históricas que sucedieron en el momento de la erección de la puerta en la que está esta inscripción.

2. UM APONTAMENTO DE ALICIA CANTO

85

Após, simpaticamente, ter escrito que desfrutara «mucho, como siempre, leyendo tu artículo», observou, em correio que me enviou a 25 de Março de 2017, e que também agradeço:

«Pero, ya que lo consientes, y casi nos invitas al final (p. 60): «aceítase, porém, que outra versão seja considerada melhor», y sin que la mía sea mejor, sino sólo “outra versão”, creo que tu liberalidad académica me permitirá discrepar en un pequeño detalle, y hacerte de paso una sugerencia. A mi juicio, en la segunda línea de la bella inscripción cretense “*dulces*” sí se referiría realmente a “*natos*”, a los hijos. Y podría ser también de inspiración horaciana, más que virgiliana (aunque ésta tenga exactamente “*dulces natos*”). Pero esto sólo porque me parece más fácil que en el letrero se recuerde al mismo autor clásico. Ya que

sí podemos encontrar un paralelo, en el célebre “*Beatus ille*” de Horacio (Ep. III, 2.13):

... *Quodsi pudica mulier in partem iuuet*
domum atque dulces liberos...

La idea sería, pues (dicha “en román paladino”), que el padre pasó muchos calores y fríos, muchas penalidades, para que sus tiernos (en definitiva, **queridos**) hijos pudieran descansar y holgar. Que tuvieran “una vida regalada”, como solemos decir en español.

Aunque es bien sabido que tantas veces los hijos de vida muelle (*mollis*) más bien se concentran en disfrutar y dilapidar el patrimonio recibido con tanto esfuerzo.»

A EPIGRAFIA COMO ELEMENTO DIDÁTICO (XXXV): A VOZ DE DEUS NO LINTEL DAQUELA PORTA

THE LATIN EPIGRAPHY AS A DIDACTIC ELEMENT (XXXV):
THE GOD'S VOICE ON THE LINTEL OF THAT DOOR

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

CENTRO DE ESTUDOS DE ARQUEOLOGIA, ARTES E CIÊNCIAS DO
PATRIMÓNIO - UNIVERSIDADE DE COIMBRA

jde@fl.uc.pt

ORCID.ORG/0000-0002-9090-557X

87

ARTIGO RECEBIDO A 28-03-2017 E APROVADO A 19-06-2017

Resumo: Lê-se, interpreta-se e procura mostrar-se o alcance histórico de uma inscrição, gravada no lintel de uma porta, em zona tradicionalmente ocupada nos séculos XVI e seguintes por cristãos-novos. Trata-se de uma passagem do livro do profeta Habacuc, que assume aqui um carácter verdadeiramente apotropaico. Aproveita-se o ensejo para tecer considerações acerca da fidelidade das traduções.

Palavras-chave: cristãos-novos; Habacuc; tradução.

Abstract: We read, interpreted and tried to demonstrate the historic importance of an inscription engraved in a door's lintel of a house situated in a region who lived, in the XVI century and also after, a community of *cristãos-novos* (the Jews become Christian by the

Portuguese law). It's a little text of the prophet Habacuc's book, very significant as apotropaic against the «enemies». The question of the fidelity in the translations is also discussed.

Keywords: Jews; Habacuc; translation.

Conta-se que a dissensão entre Católicos e Ortodoxos teve por base a interpretação da expressão *filioque*, pois a Ortodoxos não parecia lógico que o Espírito Santo tivesse «nascido» do Pai «e do filho». Diversidade de interpretações é o que mais surge, aliás, no nosso dia-a-dia, mormente no campo do discurso político: «Fui mal interpretado... Não era isso o que eu queria dizer... Retiraram a frase do contexto!...».

No caso da Bíblia, quer se parta do Grego quer nos baseemos na Vulgata, em Latim, há sempre possibilidade de a uma palavra se dar interpretação diversa daquela habitualmente tida como canónica. Recentemente essas questões se puseram entre nós, portugueses, por ter aparecido nova tradução que bole – ou parece bulir – com os conceitos tradicionais. E se, como reza um prólogo italiano «*Traduttore traditore*», 'o tradutor é sempre um traidor', todos podem ser iguais, mas há uns que serão mais traidores que outros!...

Vêm estas considerações a propósito de uma epígrafe, de que já tive ocasião de dar conhecimento¹, mas a que – nesse contexto de tradução e interpretação – talvez valha a pena voltar, porque é importante ouvir a voz de Deus gravada no lintel daquela humilde porta de uma casa meio perdida e abandonada em Alverca da Beira, aldeia que já chegou a ser freguesia do concelho de Pinhel. Zona de muitos vestígios judaicos – ou de cristãos-novos, se se preferir – e só assim se compreende que haja sido evocada a voz de Iavé através de um texto do quase desconhecido profeta Habacuc, ainda que não tenha passado despercebido ao Aleijadinho, que o incorporou no cortejo de profetas que, pela enorme escadaria em ziguezague, nos acompanha, em Congonhas do Campo

1 Encarnação 2017.

(Minas Gerais, Brasil), ao celebrado Santuário do Bom Jesus de Matosinhos... Como se sabe – e um amigo teve a gentileza, que muito agradeço, de me chamar a atenção para a oportunidade de acrescentar algumas achegas a este apontamento, ainda que seja uma questão lateral em relação ao tema do artigo – «muitas comunidades judaicas se fixaram na zona da raia, vindas de Castela, onde a expulsão e conversão forçada começou mais cedo. Zona de estabelecimento de marranos. Por exemplo, na Beira Baixa, mais concretamente em Belmonte, manteve-se uma comunidade judaica marrana. E, na Covilhã, descobriu-se uma Torah, escondida numa parede... Vide, a título de exemplo, as seguintes notícias dadas a conhecer na Internet: «<http://www.dn.pt/sociedade/interior/empregueiro-da-covilha-descobre-tora-com-400-anos-5391107.html>; <http://ideiaspoligraficas.blogspot.pt/2016/09/documento-judaico-encontrado-na-covilha.html>».

I - O livro de Habacuc

89

Importa, pois, antes de mais, situar o escrito de Habacuc, de quem, aliás, nada se sabe. Pelas alusões que ali se fazem, supõe-se que terá sido redigido nos primeiros anos do século VII a. C., possivelmente pelo ano de 612, uma vez que há alusão ao aparecimento dos Caldeus no quadro da política internacional, o que pode relacionar-se com a queda de Nínive e a diminuição do poder dos Assírios. Na verdade, o Profeta começa por se mostrar indignado ao verificar que os justos tanto padecem, enquanto os ímpios gozam a vida. Isso expõe a Deus, o Qual lhe responde que Judá será castigado: virão os Caldeus, que, instrumentos da cólera divina, pesada derrota lhe vão infligir. Perante essa resposta, o Profeta rejubila e reza, proclamando, no capítulo III, a força do Senhor.

São, pois, três as partes principais desse pequeno livro do Antigo Testamento: na primeira, a lamentação perante tantas desgraças a

que assiste, como que investivando a Deus por tal consentir: porque triunfam os ímpios, Senhor? Há, na segunda, a resposta de Deus:²

«Escreve esta visão, grava-a em tabuinhas, para que se possa ler corretamente» (Hab. 2, 2).

E prossegue:

«Assim como o vinho engana quem o bebe, assim o homem soberbo perderá o seu brilho» (Hab. 2, 5).

Perante as palavras apaziguadoras de Deus, Habacuc dá conta do que o Senhor fará contra os ímpios (é a terceira parte) e termina dizendo:

«Javé, meu Senhor, é a minha fortaleza, o qual me dá pés como os do veado e me faz andar nas alturas (Hab. 3, 19).

90

II - A inscrição de Alverca da Beira

Teve o meu antigo aluno Filipe Pina a gentileza, que penhoradamente lhe agradeço, de me comunicar que, ao passar pela Rua de S. Sebastião e pelo Beco de S. Sebastião, em Alverca da Beira, do concelho de Pinhel, e ao ver estranhas 'garatujas' no lintel da porta de uma das casas, não hesitou: fotografou-as e enviou-mas. Em escrita cursiva de certa elegância, encimado a meio por uma espécie de estrela, o texto distribuía-se por duas linhas.

Estranhas, de facto, também a mim me pareceram, designadamente por estarem em cursivo, o que não é habitual em inscrições deste tipo, onde o uso das capitais é predominante. Consegui ler a palavra Habac(uc)

2 Sigo a *Bíblia Sagrada*, Editora Bíblica, 3ª edição, Lisboa, 1968.

e foi preciosa ajuda (bem haja!) a do meu amigo Padre Afonso Cunha, da paróquia de S. Brás de Alportel, ao ler a primeira palavra, grafada, na verdade, de forma singular: *stetit*. O resto leu-se bem:

Stetit, et mensus est terram.

Habac. Tert(io) in Cap(itulo)

Estacou e mediu a terra

Habacuc, no 3º capítulo

A frase completa, em latim, segundo a versão da Vulgata (Hab. 3, 6), é a seguinte:

Stetit, et mensus est terram; aspexit, et dissolvit gentes, et contriti sunt montes saeculi: incurvati sunt colles mundi ab itineribus aeternitatis eius.

As traduções que se apresentam não são coincidentes nem seguem à letra o que lá está escrito. Proponho:

«Estacou e mediu a terra; observou e dissolveu os povos e ficaram desfeitos os montes seculares: aplanaram-se as colinas do mundo pelos caminhos da sua eternidade».

Ou seja, perante o avanço do «mal», Deus manifestou o Seu poder, semeando a destruição. Uma divindade justiceira, portanto, que dá liberdade só até certo ponto, porque actua depois em toda a Sua plenitude.

Contudo, a tradução que apresentei e que se me afigura correcta, ou seja, no passado (*stetit*, a 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito de *stare*; *mensus*, o particípio passado de *metior*) não corresponde exactamente ao que vem na 3ª edição da *Bíblia Sagrada* (Difusora Bíblica, Lisboa, 1968, p. 1608):

«Pára e faz tremer a terra. Olha e faz vacilar as nações. As montanhas eternas são reduzidas a pó. Desfazem-se as colinas antigas, Seus caminhos de sempre».

Há, aqui, uma interpretação bastante livre, que, inclusive, em meu entender, faz diminuir a força que a frase comporta. Perante as queixas de Habacuc, Deus toma uma posição firme; por isso, «estacar» é parar de repente, é fincar os pés no chão, é manter-se firme. Por outro lado, *mensus est* não pode significar «faz tremer». Compreende-se: o Senhor estacou e, antes de tomar uma decisão, lança um olhar sobre a terra, mede-a, esquadrinha-a, vê bem o que nela se passa, a fim de confirmar – parece!... – o que Habacuc lhe narrara. E só depois actua.

E nada mais vem no lintel.

III - O significado da epígrafe

Ao epigrafista-historiador compete, pois, interrogar-se: porquê? Já tive ocasião³ de referir que, numa sepultura do cemitério da Guia, em Cascais, para além dos dizeres habituais dum epitáfio, estão gravadas duas enigmáticas linhas:

1 Pedro 1 : 3

Atos 24 : 15

Completamente estranhas para o vulgo, detêm pleno significado para quem está dentro do horizonte espiritual a que o defunto pertencia, as Testemunhas de Jeová, e essas passagens consubstanciam a crença na ressurreição final:

3 Encarnação 2016: 44.

«Bendito seja Deus e Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo, que na Sua grande misericórdia nos regenerou pela ressurreição de Jesus Cristo dentre os mortos para uma esperança viva» (1 *Ped.* 1, 3).

«Tenho esperança em Deus de que há-de haver ressurreição» (*Act.*, 24, 15).⁴

Cumpra, pois, interrogarmo-nos acerca do ambiente em que esta epígrafe de Alverca da Beira surgiu. E não nos custa ver aí mais um testemunho da presença de cristãos-novos, dos poucos que poderiam ter presente no quotidiano um livro quase desconhecido do Antigo Testamento. E, afinal, tal como na epígrafe do cemitério da Guia, não é preciso dizer mais nada: o Senhor estacou, mediu a terra e... em função do que viu, vai tomar as suas providências.

A frase funciona, por consequência, como verdadeiro talismã, dotada de todas as propriedades apotropaicas necessárias nas circunstâncias vigentes. Colocada sobre a porta da casa, a frase ajudará, por conseguinte, a afastar dela as forças «do mal», «do inimigo». A ameaça não se especifica; nem é preciso, porque os seus destinatários facilmente a subentendem, como acontece connosco: «Se não tiras a mão daí...» – e tudo fica em suspenso, qual certa espada de Dâmocles.

ooo

Enveredei hoje, propositadamente, por outro caminho, ainda que mantendo-me no domínio do Latim. E a intenção, para além das questões relacionadas com a fidelidade das traduções, é a de incitar a olhar-se cada vez mais activamente para o que nos rodeia. Essa frase que Filipe Pina fotografou fora vista seguramente por milhares de pessoas e

4 Repare-se que, tendo o falecimento ocorrido a 4 de Novembro de 2004, não havia essas regras do chamado Novo Acordo Ortográfico e a palavra *Actos* vem grafada sem C, porque os livros das Testemunhas de Jeová têm... edições brasileiras!

jamais alguém se interrogou – que eu saiba – acerca do seu significado e do seu alcance histórico. Dos livros clássicos, ainda que se descubram de vez em quando versões ignoradas, perdidas em remotas prateleiras de ancestrais bibliotecas, temos já uma ideia mais ou menos formada, porque na sua transcrição se esmeraram os copistas medievais; agora, os letreiros, as frases inscritas nas pedras têm atrás de si uma intenção, foram escolhidos de propósito e revelam, como foi o caso, o ambiente específico que determinou a sua escolha. Daí o seu real valor!

BIBLIOGRAFIA

Biblia Sacra juxta Vulgatam Clementinam - editio electronica plurimis consultis editionibus diligenter præparata a michaele tvvedale [...], Londres, 2005.

Bíblia Sagrada, Editora Bíblica, 3ª edição, Lisboa, 1968.

94

Encarnação, José d' (2016), «Formulários epigráficos cristãos – inovação e continuidade», in Encarnação (José d'), Lopes (M. Conceição) e Carvalho (Pedro C.) [coord.], *A Lusitânia entre Romanos e Bárbaros*, Edição do Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, Coimbra – Mangualde: 44. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/31765> p. 44.

Encarnação, José d', «O profeta Habacuc em Alverca da Beira», *Renascimento* [Mangualde], nº 701, 01-02-2017, 11. Acessível em <http://hdl.handle.net/10316/36632>.

NOTAS SOBRE TROPAS AUXILIARES ROMANAS NO ORIENTE. LUSITANOS E DROMEDÁRIOS

NOTES ON ROMAN AUXILIARY FORCES IN THE EAST. LUSITANIANS AND DROMEDARIES

VASCO GIL MANTAS

CECH - UNIVERSIDADE DE COIMBRA

vsmantas@gmail.com

ORCID.ORG/0000-0002-6109-4958

ARTIGO RECEBIDO A 02-06-2017 E APROVADO A 26-06-2017

95

Resumo: As forças auxiliares do exército imperial romano têm despertado o interesse dos investigadores e sobre elas existem numerosos estudos. Neste artigo procuramos ilustrar a presença de uma dessas forças, a *Cohors I Augusta Praetoria Lusitanorum Equitata*, bem documentada no Egípto, tratando igualmente do dispositivo romano na região, das funções destas unidades, ilustradas por trabalhos arqueológicos recentes, e da utilização de dromedários por algumas delas.

Palavras-chave: Exército romano; Auxília; Lusitânia; Egípto; Dromedários.

Abstract: The auxiliary forces of the imperial Roman army have raised considerable interest and numerous studies exist on this topic. In this paper we aim at illustrating the presence of one such force, the *Cohors I Augusta Praetoria Lusitanorum Equitata*, well documented in Egypt. We also address the Roman military in the region, functions

of these units, as illustrated by recent archaeological studies, and the use of dromedaries by some of them.

Keywords: Roman army; Auxilia; Lusitania; Egypt; Dromedaries.

Há sessenta anos Antonio García y Bellido publicou um artigo que pode ser considerado ponto de partida para a moderna investigação peninsular sobre as tropas auxiliares hispânicas do exército imperial romano¹, surgindo depois outros, do mesmo autor e de Narciso Santos Yanguas, exclusivamente consagrados às coortes lusitanas, ainda muito úteis para o tema que nos ocupa². A diversidade existente no mundo romano evidencia-se nos mais diversos campos, nomeadamente através das soluções encontradas para garantir a segurança do território, recorrendo a práticas de recrutamento que serviam, sob o Império, para reforçar a integração dos provinciais³. É quase um lugar-comum sublinhar a mobilidade garantida pela situação de paz estabelecida com o advento do Principado e que, durante muitas décadas, conferiu excepcional estabilidade a um corpo político heterogéneo, mas fortemente centralizado e organizado em torno da romanidade e dos seus valores⁴. O êxito da ideia imperial, entendida como uma comunidade de destino, correspondeu, na sua *Belle Époque* e de forma razoavelmente optimista, ao que Pierre Grimal considerou uma federação de cidades e que Élio Aristides descreveu como a feliz hegemonia romana⁵.

Como é sabido, a violência é um fenómeno de todos os tempos, com ou sem globalização, pelo que a tranquilidade e as mais-valias da *pax romana* só foram possíveis através da manutenção de um eficiente dispositivo militar, desde muito cedo aberto à participação dos provinciais, quer nas legiões, quer nas tropas auxiliares, circunstância que o repúdio

1 García y Bellido 1957: 23-49.

2 García y Bellido 1966: 157-172; Santos Yanguas 1979: 171-202.

3 Le Roux 1982: 93-96, 335-340.

4 Mantas 2013: 9-38.

5 Grimal 1989: 261-273; Fontanella 2008 : 203-216.

do serviço militar pelos italianos, tornado evidente logo nos primeiros tempos do Império, conduziu a uma situação de quase paridade entre as 28 legiões em armas durante o Alto Império e os efectivos auxiliares que completavam as forças imperiais⁶. A ordem de batalha destas forças, que representavam a parte mais significativa das despesas públicas⁷, ganhou uma certa estabilidade ao longo do século I, dispersas pelas fronteiras mais problemáticas ou estabelecidas em áreas consideradas mais sensíveis. Os territórios orientais do Império, onde em parte o *Limes* corria por espaços desertos, desprovido de outras defesas naturais, ou vizinho de populações turbulentas, menos afeitas ao domínio romano, absorveram grande parte das forças disponíveis, legionárias e auxiliares.

Com efeito, no Oriente, os romanos defrontavam o único grande Estado capaz de contrariar a sua presença com eficácia, como era o Império Parta, antecedente do Império Sassânida, que o substituiu por meados do século III. Ao mesmo tempo, por razões étnicas e culturais, algumas das regiões orientais do Império, como a Judeia e o Egipto, representavam áreas exigindo vigilância, aqui por razões de ordem interna. À morte de Adriano, em 138, a fronteira oriental, entre o Mar Negro e o Mar Vermelho, contava com um total de nove legiões⁸, em tempo de paz, a que devemos acrescentar numerosos corpos auxiliares de infantaria e cavalaria, esta particularmente necessária considerando o principal inimigo a enfrentar, muito forte no combate montado. No total, sem perigo de erro significativo, é possível atribuir ao dispositivo romano cerca de 100000 homens, além dos efectivos das frotas estacionadas permanentemente em Trebizonda, Selêucia, na Síria, e em Alexandria. Quer isto dizer que perto de um terço das forças do Império estavam atribuídas ao cenário oriental, cabendo-lhes, para

6 Haynes 2013: 31-94.

7 Bohac 1990: 227-228; McLaughlin 2014: 230-233.

8 Petit 1967: 385.

além das actividades especificamente militares, missões administrativas e de policiamento.

Uma parte importante destas forças ocupava os fortes e fortins que controlavam o *Limes*, os quais deviam permitir as relações comerciais e garantir a vigilância e a defesa avançada da área situada aquém da zona fronteira, fortemente patrulhada, em parte por tropas locais, como aconteceu durante o século II com os archeiros montados de Palmira. Trajano anexou o Reino Nabateu, nos limites da Arábia, e edificou um cordão de fortes na linha Chaboras-Singara, na Alta Mesopotâmia, apoiados por uma estrada militar, modelo que virá a ser seguido por outros imperadores. Desta estrada e de outras, como a *Via Nova Traiana*, entre Bosra e Ácaba, restam ainda hoje vestígios evidentes, assim como de muitas das fortificações do *Limes*⁹. A vigilância era garantida por patrulhas montadas, a partir das estradas fronteiriças, verificando-se um notável desenvolvimento do uso da cavalaria, de acordo com a exigência de mobilidade e rapidez que o sector e a ameaça exigiam, não faltando, como veremos, unidades dispostas de dromedários.

98

O sector egípcio era mais tranquilo, mas não menos importante, por várias razões. Desde logo por se tratar de uma possessão do imperador, politicamente considerado sucessor dos Lágidas, depois por constituir o grande celeiro de Roma, cujo abastecimento em cereais dependia em larga medida do trigo egípcio, enviado regularmente pela grande frota anonária de Alexandria¹⁰. Finalmente, se o perigo fronteiriço não era particularmente significativo e a pacificação permitira a presença de uma única legião depois do governo de Adriano, apoiada por um número relativamente limitado de corpos auxiliares, a cidade de Alexandria, enorme e turbulenta megalópole, exigia permanente vigilância. Não esqueçamos também que no Egipto se situavam alguns dos principais portos das rotas comerciais do Mar Vermelho em direcção

9 Parker 1991: 498-511; Wheeler 2007: 235-266.

10 Casson 1995: 297-299.

ao Índico¹¹. Parte das forças auxiliares estacionadas no Egito, como veremos, destinava-se em primeiro lugar a garantir a segurança das vias e pistas que, através do deserto, uniam os portos ao vale do Nilo (Fig.1). Uma dessas unidades era a *Cohors I Augusta Praetoria Lusitanorum*, que alguns documentos referem apenas como *Cohors I Lusitanorum*¹².

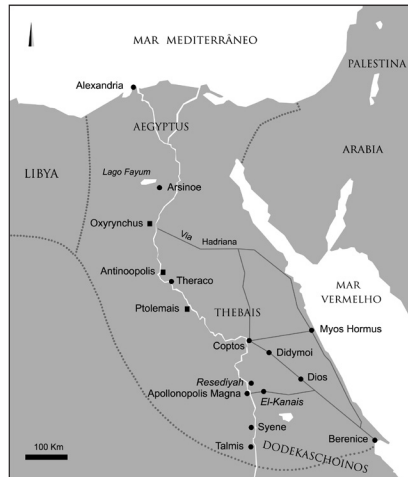


Fig. 1

As forças auxiliares lusitanas, ou como tal designadas, são bem conhecidas e têm merecido numerosos estudos, largamente apoiados na epigrafia, ainda que com frequência pouco mais se conheça além da sua existência e estacionamento num ou noutro cenário. O recurso a forças auxiliares de características étnicas surgiu muito cedo em Roma, sobretudo quando era necessário recorrer a capacidades específicas, menos presentes nas forças legionárias, como era o caso da cavalaria e dos arqueiros. As unidades lusitanas contam com os dois tipos de forças, *alae* de cavalaria e *cohortes* de infantaria. Estas últimas podiam contar com um esquadrão de cavalaria que, quando se tratava de uma *Cohors*

11 Pina Polo 2010: 101-113; Brun 2015: 487-505.

12 Roldán Hervás 1974: 64-70; Francisco Martín 1996: 144-148.

Quingenaria, com um efectivo teórico de 500 homens, representava pouco menos de um terço dos combatentes. Nestes casos estas *Cohortes* eram designadas *Equitatae*¹³, embora as fontes nem sempre sejam explícitas, inclusive em documentos oficiais.

A maior parte das unidades auxiliares constituídas na Lusitânia, por vezes mistas do ponto de vista do recrutamento inicial, terão sido de infantaria, não se conhecendo nenhuma *Ala* de cavalaria, contrariamente ao que sucede com o recrutamento vetónico, talvez mais apto à milícia equestre do que os infantes lusitanos¹⁴. Mas não só as *cohortes* podiam incluir cavalaria, como vimos, como o recrutamento na Lusitânia permitia reunir na mesma unidade homens da Lusitânia e da Vetónia, administrativamente incluídos na província lusitana. Talvez esta circunstância permita resolver o problema da pretendida guarnição na área da *Civitas Igaeditanorum* (Idanha-a-Velha), defendida por uns, negada por outros. Embora a presença de importantes minas na região sugira, como noutros coutos mineiros peninsulares, a presença de tropas para garantir a segurança na zona, a verdade é que, apesar do testemunho de uma epígrafe de Cória referindo uma *Ala I*, a qual, de acordo com Francisco Martín será a mesma *Ala I Singulariorum Civium Romanorum*, indicada na inscrição de Idanha-a-Velha¹⁵, a coincidência poderá apenas reflectir o recrutamento desta unidade de cavalaria na mesma zona, hoje dividida pela fronteira luso-espanhola.

Talvez mais interessante para o assunto que nos interessa seja o achado, no Fundão¹⁶, da inscrição consagrada à deusa Vitória (*Viqtoria*) por um *signifer* da *Cohors II Lusitanorum* (Fig.2), unidade que sabemos ter estacionado no Oriente¹⁷, onde uma epígrafe do ano 109 a situa no

13 Davies 1971: 751-763.

14 Le Roux 1982: 277.

15 Le Roux 1982: 225; Francisco Martín 1996 : 156.

16 O monumento será proveniente de Idanha-a-Velha, como outros do mesmo militar.

17 Le Roux 1982: 192; Francisco Martín 1996 : 145.

Egipto (CIL III 13582), talvez depois de uma passagem pela Dalmácia (CIL III 8733).

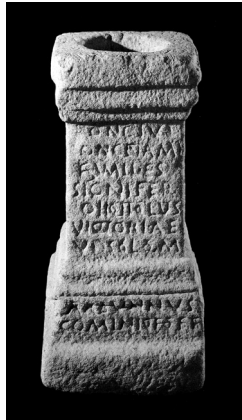


Fig. 2

Seja como for, e considerando a limitada amostra disponível, podemos concluir que a maioria das unidades auxiliares constituídas na Hispânia não foram empregues no Oriente, identificando-se maioritariamente nas províncias ocidentais¹⁸, e que parte dos recrutados serviu em unidades estabelecidas na Península, muitas vezes sem qualquer ligação étnica com a denominação oficial da unidade. Parece certo que, com o passar do tempo, mesmo as unidades que ostentavam um etnónimo, prática cuja regra suscita ainda hesitações quanto ao princípio observado¹⁹, incluíam homens de várias origens, o que provavelmente levou ao desenvolvimento da designação genérica de *Hispanorum* para as unidades auxiliares²⁰. Com efeito, das 23 *Cohortes Hispanorum* conhecidas, verifica-se que quatro são do período júlio-cláudio, quando ainda predomina a designação étnica específica, cinco são flavianas e catorze

18 Bagnal 1976: 21; Le Roux 1982 : 274-277.

19 Beltrán Lloris 2015: 59.

20 Santos Yanguas 1979: 173.

remontam à época de Trajano e Adriano²¹, o que permite acompanhar o desenvolvimento da tendência generalista.

Esta realidade provincial alargou-se, levando a que unidades que mantiveram denominações de tipo étnico acabassem por perder qualquer relação com o povo ou a província de que receberam o cognome, uma vez que o recrutamento no local do estacionamento passou a ser de regra, em parte por razões práticas²², facilitando o recurso a tropas conhecedoras do ambiente e bem adaptadas ao mesmo, muito conveniente nas zonas de estepe e deserto do Oriente, como sucedeu com os *numerii* de Palmira, que encontramos, por isso, presentes entre as forças auxiliares destacadas no Egipto²³. Recordamos que parte dos *auxilia* mais antigos foram recrutados directamente entre as tropas dos reinos aliados ou vassalos do Oriente e de África, à medida que estes foram sendo anexados durante o Alto Império²⁴. Esta prática favorável ao recrutamento local acabou por ter consequências sociais negativas sobre os auxiliares, cujos filhos perderam a naturalização automática a partir do governo de Antonino Pio, situação particularmente gravosa no Egipto, onde os naturais tinham particular dificuldade em obter a cidadania²⁵.

Ainda a propósito da denominação destas ubíquas unidades militares Kennedy, seguindo uma ideia de G. L. Cheesman, sublinhou o facto de as referências geográficas indicarem não tanto a origem étnica inicial da unidade mas apenas o resultado de uma longa permanência em determinada região, considerando bom exemplo deste caso a *Cohors I Lusitanorum Cyrenaica*, destacada em África eventualmente logo no principado de Augusto, antes de passar à Mésia e Dácia²⁶. Na verdade,

21 Francisco Martín 1996: 148.

22 Santos Yanguas 1979: 202.

23 Schwartz 1976: 139-151.

24 Braund 1988: 69-96.

25 Nesselhauf 1959: 434-442.

26 Kennedy 1977: 249-255; Roxan 1997: 292.

ainda hoje tal situação se verifica com alguma frequência, como exemplifica o nosso Regimento de Cavalaria 3, aquartelado em Estremoz, que continua a manter a designação honorífica de *Drações de Olivença*, praça alentejana de onde saiu em 1801.

As unidades auxiliares originárias da Lusitânia foram seguramente mais numerosas do que as que se conhecem actualmente²⁷, o que é logo comprovado pelos saltos existentes na numeração das mesmas. O desenvolvimento de um processo de uniformização do armamento e das tácticas, com salvaguarda de algumas unidades que mantiveram uma especialização necessária, contribuíram igualmente para que as denominações étnicas e geográficas perdessem sentido, tanto mais que o recrutamento local e o tipo de acções habitualmente atribuídas aos *auxilia*, em grande parte de policiamento e de guarnição, por vezes com prolongadas atribuições a uma determinada região, contribuíram para esse processo de apagamento do factor regional original.

O alargamento da cidadania romana através da *Constitutio Antoniniana*, em 212, teve igualmente impacto negativo sobre o princípio básico do recrutamento das forças auxiliares, até então reservadas aos *peregrini*, facilitando a progressiva barbarização de grande parte do exército romano, desaparecido o principal incentivo oferecido pelo serviço auxiliar, a concessão da cidadania²⁸. Esta circunstância terá sido ainda mais gravosa atendendo a que, como defende Francisco Martín, o recrutamento dos *auxilia* na Lusitânia não terá sido uma prática desenvolvida nas regiões mais atrasadas, antes parece ter preferido áreas influenciadas pelos progressos da urbanização²⁹, tanto mais que o número de unidades activas era relativamente limitado.

No Egipto, em especial durante o Alto Império, as unidades auxiliares, na maior parte mistas, dispendo de infantaria e cavalaria, pelo menos a partir de determinado momento, exerceram funções de

27 Bohec 1990: 97-103.

28 Petit 1967: 278-279.

29 Francisco Martín 1996: 158-159.

polícia e de guarnição³⁰. Entre elas encontram-se as *cohortes* lusitanas identificadas através das fontes escritas e arqueológicas, nem sempre de forma satisfatoriamente clara, como acontece com a *Cohors I Lusitanorum* em relação à *Cohors I Augusta Praetoria Lusitanorum Equitata*. Ainda assim, dois argumentos favorecem a possibilidade de se tratar do mesmo corpo: a área do Egito onde ocorre a maior parte dos testemunhos conhecidos e o facto de a *Notitia Dignitatum*, documento do século V que transmite a ordem de batalha das forças romanas no final do século anterior³¹, incluir apenas, entre as tropas auxiliares atribuídas ao sul do Egito, invulgarmente numerosas no documento, a *Cohors I Lusitanorum*, estabelecida em *Theraco* (Kom el-Ahmar),³².

A existência de várias unidades auxiliares com designações semelhantes, ou incompletas, nos documentos dificulta com frequência traçar-lhes o historial e a evolução no terreno, tanto mais que, para além do campo principal, os seus efectivos se dispersavam por destacamentos instalados em fortes (*praesidia*) ou torres de vigia (*skopelarioi*), em parte presentes como estações nos roteiros viários da Antiguidade. Não desejamos desenvolver neste momento uma análise exaustiva do problema da identificação das referidas unidades, que a abundante e variada documentação egípcia, apesar de tudo, nem sempre permite resolver de forma inquestionável. Assim sucede, por exemplo, com o chamado *Brooklin Pridianum*, documento proveniente de Elefantina, na fronteira meridional egípcia, redigido entre 213 e 216, atribuído por alguns investigadores à coorte lusitana que referimos acima³³, que se sabe ter estacionado prolongadamente no sul do Egito, onde teve um destacamento em *Apollonopolis Magna* (Edfu), uma centena de quilómetros a norte de Assuão. Não é impossível, porém, que se trate de

30 Bohec 1990: 184-185, 189.

31 Seeck 1876; Neira Faleiro 2005.

32 *Not.Dig.Or.*31.58.

33 Thomas e Davies 1977: 50-61; Stauner 2004: 108-110.

um documento da *Cohors I Flavia Cilicum*, a qual tinha características idênticas às da unidade lusitana³⁴.

O segundo documento do mesmo tipo achado no Egito, perto de Fayum³⁵, na antiga *Arsinoe* (BGU 696), um pouco anterior, pois está claramente datado de 156, pertence à *Cohors I Augusta Praetoria Lusitanorum Equitata*, como veremos em seguida. O *pridianum* era um relatório militar descrevendo o estado da unidade no final de cada ano, indicando a constituição dos efectivos, as baixas e o movimento de pessoal, bem como o dispositivo da força no terreno. Os *pridiana* no Egito terão sido redigidos duas vezes por ano³⁶. O que fica dito é suficiente para sublinhar a importância excepcional de tais documentos, infelizmente raros³⁷, pelo que passamos imediatamente a resumir o que se conhece da *Cohors I Augusta Praetoria Lusitanorum Equitata*, cujo nome indica ter sido uma unidade mista de infantaria e cavalaria³⁸.

A denominação oficial da unidade sugere que terá sido formada após uma campanha ou viagem imperial, a partir de um destacamento da Guarda Pretoriana que serviu de núcleo original, talvez no período júlio-cláudio ou flaviano, quando se constituíram muitas das unidades auxiliares hispânicas. A primeira referência que lhe encontramos, através de um documento de ano 86, situa-a na Judeia (*CIL XVI 33*), no principado de Domiciano, o que sugere a sua participação nas operações conduzidas por Vespasiano e Tito naquela região, no âmbito da supressão da Grande Revolta³⁹. Provavelmente foi destacada para o Egito no principado de Trajano⁴⁰, talvez em 105, por altura da anexação do Reino Nabateu, que provocou alterações geoestratégicas na

34 Bennett 2011: 265-267.

35 Fink 1942: 61-67.

36 Phang 2008: 207-208.

37 Gellérfi 2011: 102-105. O autor atribui erradamente BGU 696 à Síria.

38 Santos Yanguas 1979: 182-187.

39 Mason 2016.

40 Holder 2006: 151.

região do sector setentrional do Mar Vermelho⁴¹, substituindo a *Cohors I Hispanorum*, enviada para a Judeia. A história posterior da unidade mostra uma certa ligação com a *Legio II Traiana Fortis*, destacada para o Egipto em 125, o que permite, por hipótese, considerar a participação da coorte na Segunda Guerra Dácia, terminada em 106, para a qual a referida legião fora recrutada.

Em 111 a *Cohors I Augusta Praetoria Lusitanorum Equitata*, ou destacamentos seus, esteve empenhada na Núbia, em *Talmis* (Kalabsha), ocupada com trabalhos de demarcação da fronteira⁴². Em 131 a unidade rendeu a *Cohors I Thracum* no campo de *Contrapollonopolis Maior* (Resediyah), que provavelmente se manteve até aos finais do século III como seu campo principal⁴³. O *pridianum* de 156, referente ao final do ano anterior, informa-nos do estado da unidade, comandada por *M. Iulius M. f. tribu Quir. Silvanus*, um oficial natural de *Thubursica*, na Numídia, pela primeira vez investido no comando de uma coorte. De acordo com o documento a unidade contava com 114 cavaleiros, 19 condutores de dromedários e 363 infantes, ou seja, um total de 505 militares, a que devemos acrescentar os decuriões e os centuriões.

Quatro anos depois, em 160, vamos encontrar a força ou, mais provavelmente, um seu destacamento, em *Syene* (Assuão), junto à primeira catarata⁴⁴, enquanto uma inscrição votiva habitualmente atribuída ao templo de El-Kanais, não muito longe de Edfu e onde existiu um fortim (Fig.3), a qual será de *Contrapollonopolis Maior*, sugere a sua continuidade na região, inclusive no forte de *Didymoi* (Khashm el-Minayh), local de achamento de um tijolo com o que parece ser uma minuta da mesma inscrição, na qual o soldado de infantaria *Vettius Crispinus* lembra o cumprimento de um voto em virtude de um sonho⁴⁵. No final do século

41 Sidebotham 1986: 148-174.

42 Du Bois 2015: 281-283.

43 Maxfield 2000: 419-420.

44 Du Bois 2015: 282.

45 Cuvigny 2001: 153-157.

III, sob Diocleciano, a coorte deslocou o campo para uma nova fortificação levantada em *Hierakonpolis* (Kom-el-Ahmar), 16 quilómetros a norte de *Contrapollonopolis Maior*, mas agora na margem oriental do Nilo. Esta localização, que parece lógica atendendo à área habitual de intervenção da unidade, nem sempre é aceite, pois a referência na *Notitia Dignitatum* situa o aquartelamento em *Theraco*⁴⁶, que alguns investigadores identificam com outra *Hierakonpolis* (Deir-el-Gabrawi), onde se encontrou uma inscrição de 288 referindo a unidade (CIL III 22).



Fig. 3

Seja como for, se a coorte se encontrava sob a autoridade do *Dux Thebaidos*, como pretende a *Notitia*, tal facto indicia a permanência no Alto Egipto. Atendendo a que a força guarnecia vários fortes e que o célebre *pridianum* também foi achado longe de *Contrapollonopolis*, podemos admitir uma circunstância semelhante, sem esquecer a possibilidade de mudanças no dispositivo romano, de acordo com a situação militar, seguramente diferente no Baixo-Império. Investigações recentes alargaram significativamente o número de fortes onde se conhece ou pode deduzir, com segurança, a presença de elementos da *Cohors I Augusta Praetoria Lusitanorum* ao longo da sua acção no Egipto⁴⁷.

46 Not. Dig.Or.31.56; Faleiro 2005 : 254 ; Van Der Vliet 2015: 162-165.

47 Brun 2015: 487-505.

Um desses fortes é o de *Dios* (Bir Abu Qreya), ponto de água (*hydreuma*) e posto de correio na importante pista de caravanas entre *Koptos* (Qift) e *Berenike* (Medinet-al-Haras), sucessor de um forte anterior provavelmente com o mesmo nome, a cerca de seis quilómetros (Bir Bayza), construído em 76 e abandonado na época de Trajano.

O forte de *Dios* (Fig.4), como é chamado nos *ostraka*, conheceu uma primeira fase de actividade entre 115 e 150, sofrendo uma renovação profunda provavelmente na época de Caracala, início de uma ocupação que durou até cerca de 270, com alguma utilização secundária posterior. É um forte de arquitectura idêntica à de muitos outros na região, de planta quadrangular (59x53m), com um pátio central, casernas, termas, pequeno santuário (*aedes*), cisternas e poço, elemento fundamental denunciado em muitas destas ruínas pelo vocábulo árabe *Bir*. Apesar do santuário do forte primitivo ter sido destruído nas obras de renovação⁴⁸, sobreviveu uma inscrição consagrada a *Zeus Helios Megas Sarapis* pelo provável construtor do forte, *M. Antonius Celer*, arquitecto da *Cohors I Lusitanorum*.

108

O monumento, uma placa bem paginada, redigida em língua grega, idioma vulgarmente utilizado pelas guarnições no Egipto, denota alguma influência latina,⁴⁹ constituindo um dos documentos mais interessantes que nos ficou desta unidade militar e dos fenómenos de aculturação característicos do mundo romano oriental, onde os sincretismos tiveram um papel essencial na construção de uma identidade comum (Fig.5). Julgamos que a forma abreviada da designação da coorte deve ser considerada normal, ocorrendo noutras situações. A onomástica do dedicante, encontra-se bem representada na Lusitânia⁵⁰, pois em Santarém identificou-se um *Q. Antonius M. f. Gal. Celer* (CIL II 328), pertencente a uma família olisiponense. Atendendo ao local do

48 Redée 2015: 38-46.

49 Cuvigny 2010a: 250-251.

50 Navarro Caballero e Ramírez Sádaba 2003: 91-92, 138-139.

achado, a colónia escalabitana, de onde se conhecem outros militares⁵¹, não queremos deixar de sugerir um eventual parentesco com o arquitecto da coorte.



Fig. 4

109

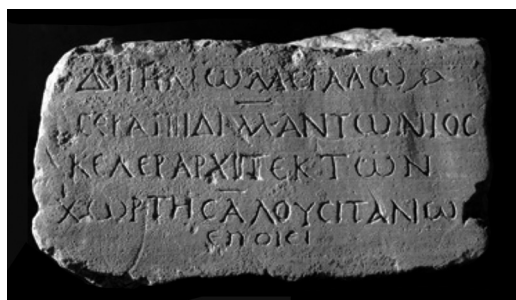


Fig. 5

Seja como for, a regionalização da unidade desde que foi deslocada para o Egito reflecte-se na documentação conservada, com destaque para papiros e *ostraka* provenientes dos fortes onde estacionou, facultando uma onomástica onde, a par de alguns nomes latinos, predominam

51 Mantas 1993: 486-487.

nomes gregos e egípcios, estes últimos aparentemente à margem do pessoal combatente⁵².

Nunca será de mais sublinhar a riqueza da documentação escrita disponível para o estudo do exército romano e das suas relações com a população egípcia, permitindo, sem muito esforço, traçar o quotidiano destas guarnições, cujas missões principais consistiam no controlo das grandes pistas entre o Nilo e o Mar Vermelho, conduzindo aos portos de *Myos Hormos* (Quseir al-Qadim) e de *Berenike*, pontos fortes do comércio com o Índico⁵³, e no policiamento da região, desértica mas rica em ouro, gemas e onde se localizavam importantes pedreiras. A presença da coorte ou de um seu destacamento está, por exemplo, atestada em 131 nas pedreiras de Wadi Semna, na região de *Syene*⁵⁴. A militarização destas vias, estabelecida sob os flávios com grande disponibilidade de meios, assentou num dispositivo constituído por estabelecimentos militares a espaços regulares, controlando os pontos de água, ao serviço da segurança dos viajantes e das mercadorias e do bom funcionamento do correio oficial, viagens em parte efectuadas durante a noite, para evitar os rigores diurnos da travessia do deserto⁵⁵.

A região dependia do *Praefectus Montis Berenicidis*, cargo com jurisdição civil e militar de que se conhecem vários detentores. Um deles, *L. Antistius Asiaticus*, deixou memória na célebre *Tarifa de Coptos*, uma estela datada de 90, com um longo texto em língua grega determinando os valores a pagar pela utilização da estrada entre *Coptos* e *Berenice*⁵⁶, cujo percurso levaria em condições normais 10 a 12 dias.

O texto permite vislumbrar o diversificado movimento entre o Nilo e o Mar Vermelho, cujo controlo ocuparia grande parte do tempo dos militares estacionados na região. A tarifa permite ainda descortinar um

52 Bagnal 1976: 1-21; Cuvigny 2012.

53 Peacock e Blue 2006; Sidebotham 2012; Tomber 2012: 201-215.

54 Maxfield 2001: 152.

55 Bagnal 1976: 34-39.

56 Burkhalter 2002: 199-233.

pouco da vida das guarnições nos fortes do deserto, onde as diversões não eram muitas e as licenças rigorosamente controladas, como se deduz da documentação conhecida. Muitos investigadores se interrogaram já sobre a exorbitante taxa paga pelas cortesãs, 108 dracmas, contra, por exemplo, 20 dracmas pagos por um capitão de navio. Embora haja várias tentativas de interpretação para esta diferença⁵⁷, cremos que a única explicação realista é a de que as prostitutas constituíam um excelente negócio para os seus agentes, que as alugavam às guarnições dos fortes, por contracto, prática bem documentada na região⁵⁸.

A *Cohors I Lusitanorum* ocorre, entre 105 e 288, em 16 documentos⁵⁹, a que certamente devemos somar outros surgidos recentemente, não havendo razão, quando se trata de testemunhos registados no Egipto, para duplicar a unidade. Cremos que a sua inclusão na ordem de batalha das forças romanas nos finais do século IV representa a última referência à unidade, admitindo que ainda existia por essa altura. A *Notitia Dignitatum* indica entre a guarnição da Tebaida três unidades dotadas de dromedários, a *Ala Tertia Dromedariorum*, a *Ala II Herculia Dromedariorum* e a *Ala I Valeria Dromedariorum*, referência que a unidade dita lusitana não inclui. Cremos que o pequeno número de *dromedarii*, ou *dromadarii*, pertencentes à coorte, 19 incluindo o recruta mais recente, de acordo com o *pridianum*, explica esta circunstância, tanto mais que as outras unidades são *alae*, o que subentende uma utilização táctica diferente de uma *cohors equitata*.

O recurso a dromedários para fins militares está documentado no Oriente, ainda que as funções atribuídas nem sempre sejam claras. Em *Dura-Europos*, na fronteira do Eufrates, a *Cohors XX Palmyrenorum* contava, no século III, com três dezenas de *dromedarii*, número também reduzido. Na verdade, apenas mais uma unidade é referida como as do Egipto, a

57 Charles-Picard e Rougé 1969: 224-227; Asakura 2003: 74-75.

58 Cuvigny 2010b: 159-166.

59 Du Bois 2015: 281.

Ala Antiana Dromedariorum, na Palestina⁶⁰, o que parece confirmar uma limitada utilização bélica para os dromedários, ainda que as forças de *Palmira* (Tadmor) os possuíssem numerosos, sem que tivesse ficado registo positivo, ao contrário da cavalaria, nas batalhas que opuseram as forças de Zenóbia às tropas de Aureliano⁶¹. A sua função em *Palmira* foi essencialmente a de patrulhar as pistas mercantis, sobretudo a linha de etapas entre a cidade e o Eufrates, semelhante às estradas egípcias que referimos. O exército romano no Oriente, quando necessitava de dromedários para transporte (Fig.6), uma das funções principais que lhes foi atribuída, podia requisitar ou fretar os animais necessários⁶².



Fig. 6

Que faziam, então, os *dromedarii* da coorte lusitana, pagos com um soldo intermédio entre o dos infantes e dos cavaleiros? A exemplo de outras situações mais recentes, como os corpos mearistas franceses no Norte de África e na Síria, ou o *Camel Corps* da Jordânia (Fig.7), ainda activo⁶³, pensamos que a sua acção com a coorte consistia principalmente em patrulhar regiões desérticas onde os poços rareavam, dificultando

60 *Not.Dig.Or.*34.33 (*Ala Antiana?*).

61 Dowey 1950: 57-58.

62 Lightfoot 1981: 333-335.

63 Khouri 1980: 2-7.

o uso da cavalaria, efectuando pontuadas a partir das pistas onde se situavam os fortes, ou actuando como batedores.

Outra missão que certamente desempenharam foi a de estabelecer a ligação entre os destacamentos e garantir a circulação das mensagens⁶⁴. O problema da água deve ser aqui considerado como central, o que talvez se reflecta na *Tarifa de Coptos* nas diferenças entre a taxa para dromedários, de um óbolo, e a taxa para burros, a dobrar, embora a capacidade de carga dos dromedários fosse muito maior⁶⁵. Desta forma cremos que a função militar dos *dromedarii* na unidade fosse de segunda linha, o que talvez explique a omissão da referência aos dromedários que a denominação das restantes unidades egípcias possui. O estudo cuidadoso da arquitectura dos fortes e da localização dessas unidades poderá contribuir para esclarecer se a sua função era de intervenção, como parece ter acontecido pontualmente no Egipto⁶⁶, idêntica à das unidades de cavalaria, ou não.



Fig. 7

Podemos imaginar o equipamento dos *dromedarii* a partir de representações em baixo-relevo, sobretudo da Síria. Embora se trate

64 Lightfoot 1981: 334.

65 Adams 2007: 80-81.

66 Lesquier 1938: 113-114, 37.

de iconografia religiosa, figurando divindades montadas em dromedários, não há dúvida quanto às características guerreiras das mesmas. O exército romano adaptou-se, de forma conveniente, aos diversos cenários onde foi chamado a intervir⁶⁷, adoptando com frequência o equipamento mais indicado, o que foi evidente entre unidades auxiliares empenhadas em ambientes especiais, como o deserto. Admitindo que se trata de combatentes, ou pelo menos, de milicianos armados, utilizariam o equipamento mais ligeiro dos cavaleiros, pequeno escudo redondo, espada longa e lança, tal como aparece num fruste monumento representando a divindade *Arsu* ou *Azizu* (Fig.8), proveniente de *Rhesaina* (Tell-Halaf), ou numa versão de vestuário indígena, próprio dos auxiliares, num relevo de *Dura-Europos*⁶⁸. Não esqueçamos que as unidades mearistas modernas também adaptaram o fardamento e equipamento à sua montada: o dromedário.

Assim, podemos considerar os *dromedarii* da *Cohors I Lusitanorum* como auxiliares recrutados localmente ou numa província próxima, Arábia ou Síria, cujas funções estariam directamente relacionadas com o pequeno número atribuído à unidade e com o conhecimento do deserto. É certo que a longa permanência dos militares em zonas onde o uso de dromedários era habitual e intenso pode ter possibilitado o seu treino na condução destes animais. Infelizmente não chegou até nós o nome de nenhum destes *dromedarii*. Não esqueçamos que a expansão do dromedário no Norte de África, concorrendo com o cavalo e suplantando-o nas grandes, e lentas, deslocações no deserto, se ficou a dever, em grande parte, aos romanos⁶⁹. Quanto ao seu uso em combate os dados conhecidos são mínimos; o que se sabe através das fontes bizantinas e árabes do Norte de África sugere para os dromedários funções semelhantes às que tiveram no Oriente, a que se acrescenta a

114

67 Dabrowa 1991: 364-366.

68 Cumont 1929: 30-35; Seyrig 1970: 77-83.

69 Demougeot 1960: 209-247.

de campo entrincheirado vivo⁷⁰. Na Lusitânia os documentos relativos a dromedários são raros, embora devamos lembrar o osso de camélido achado em *Conimbriga* (Condeixa-a-Velha) e o mosaico onde se representa um destes animais, na mesma cidade⁷¹, reflexos exóticos do grande mundo romano.



Fig. 8

Perante tudo isto parece difícil esperar encontrar lusitanos em número significativo entre os militares da *Cohors I Augusta Praetoria Lusitanorum Equitata* durante a maior parte do longo período de atribuição ao Egípto. Como explicar então a denominação étnica, desta e de outras unidades auxiliares? Fizemos já referência ao facto da denominação resultar da origem do recrutamento inicial, mantendo-se simbolicamente. Num império com tão grande diversidade étnica e cultural era necessário desenvolver a unidade em torno de uma ideia de comunidade de destino, na qual a religião, com destaque para o culto imperial, teve particular importância. Uma outra forma, talvez menos

70 Gautier 1952: 194-198.

71 Cardoso 1992: 181-187.

evidente, mas também reflexo da ideologia da romanidade universal, consistia na denominação das unidades auxiliares, imagem da diversidade do Império e de como todos contribuía para a sua grandeza. Por isso cremos que a atribuição de nomes étnicos a estas unidades e a sua manutenção constituiu mais um meio de promoção da paz ao serviço de todos e garantida por todos, sob égide imperial. O estudo que aqui apresentamos levou-nos a aflorar um assunto onde reencontrámos o ambiente de velhas leituras, como *A Atlântida*, de Pierre Benoit, evocadoras de outros tempos e de vividas memórias de vento e pó. Lusitanos ou não, sentimo-nos perto destes homens e da sua missão, considerando o estudo das unidades auxiliares e dos seus aquartelamentos um contributo importante para a história militar romana, sobretudo quando se trata da vida de guarnições isoladas num cenário de grandes espaços, retratada na ficção de Percival Wren em *Beau Geste* ou de Dino Buzzati em *O Deserto dos Tártaros*, vida que a copiosa documentação egípcia ilustra vigorosamente em todos os seus aspectos⁷².

BIBLIOGRAFIA

- Adams, C. (2007), *Land Transport in Roman Egypt. A Study of Economics and Administration in a Roman Province*. Oxford.
- Asakura, H. (2003), *Histoire mondiale de la Douane et des trafics Douaniers*. Bruxelas.
- Bagnall, R. (1976), *The Florida Ostraka. Documents from the Roman Army in Upper Egypt*. Durham.
- Bennett, J. (2011), “The regular Roman Auxiliar Regiments formed from the Provinces of Asia Minor”, *Anatolia* 37: 251-274.

⁷² Agradecemos cordialmente ao Dr. Luís Madeira a preparação das figuras deste artigo.

- Beltrán Lloris, F. (2011), “Et sola omnium provinciarum vires suas postquam victa est intellexit. Una aproximación a Hispania como referente identitario en el mundo romano”, in A. Caballos Rufino e S. Lefebvre, *Roma generadora de identidades: la experiencia hispana*. Madrid: 55-79.
- Braund, D. (1988), “Client Kings”, in D. Braund, *The Administration of the Roman Empire (241 BC-AD 193)*. Exeter: 69-96.
- Brun, J.-P. (2015), “Techniques et économies de la Méditerranée Antique”, *Annuaire du Collège de France* 114: 487-505.
- Burkhalter, F. (2002), “Le Tarif de Coptos. La douane de Coptos, les fermiers de l’apostolion et le préfet du désert de Bérénice”, *Topoi* (Suppl. 3): 199-233.
- Cardoso, J. (1992), “Um camelídeo de Conímbriga”, *Conimbriga* 31: 181-187.
- Casson, L. (1995, 2ª ed.), *Ships and Seamanship in the Ancient World*. Baltimore.
- Charles-Picard, G. e Rougé, J. (1969), *Textes et documents relatifs à la vie économique et sociale dans l’Empire romain*. Paris.
- Cumont, F. (1929), “Un dieu syrien a dos de chameau”, *Syria* 10 (1): 30-35.
- Cuvigny, H. (2001), “Un soldat de la Cohors I Lusitanorum à Didymoi: du nouveau sur l’inscription I. Kanais 59 bis”, *Bulletin de l’Institut Français d’Archéologie Orientale* 101: 153-157.
- Cuvigny, H. (2010a), “The Shrine in the praesidium of Dios (Eastern Desert of Egypt)”, *Chiron* 40: 245-299.
- Cuvigny, H. (2010b), “Femmes tournantes: remarques sur la prostitution dans les garnisons romaines du désert de Bérénice”, *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik* 172: 159-166.
- Dabrowa, E. (1991), “Dromedarii in the Roman Army: a note”, in *Proceedings of the XVth International Congress of Roman Frontier Studies*. Exeter: 364-366.
- Cuvigny, H. (ed.) (2012), *Didymoi : une garnison romaine dans le désert orientale d’Égypte*. 2. Les textes. Cairo.
- Demougeot, E. (1960), “Le chameau et l’Afrique du Nord romaine”, *Annales. Economies, Sociétés, Civilisations* 15 (2): 209-247.

- Dowey, G. (1950), "Aurelians Victory over Zenobia", *Transactions and Proceedings of the American Philological Association* 81: 57-68.
- DuBois, M. (2015), *Auxilla. A compendium of Non Legionary Units of the Roman Army*. Raleigh (NC).
- Fink, R. (1942), "Mommsen's Pridianum: B.G.U. 696", *The American Journal of Philology* 63 (1): 61-71.
- Fontanella, F. (2008), "The Encomium on Rome as a response to Polybius' doubts about the Roman Empire", *Columbia Studies in the Classical Tradition* 33: 203-216.
- Francisco Martín, J. (1996, 2ª ed.), *Conquista y romanización de Lusitania*. Salamanca.
- Gautier, E.- F. (1952), *Le passé de l'Afrique romaine. Les siècles obscurs*. Paris.
- García y Bellido, A. (1957), "Alas y Cohortes españolas en el ejército auxiliar romano de la época imperial", *Revista de Historia Militar* 1: 23-49.
- García y Bellido, A. (1966), "Los elementos lusitanos en el ejército romano", *Arqueología e História* 1: 157-172.
- Gellérfi, G. (2011), "Information Management Through Elementary Data Clusters. New Observations in Pridianum-Type Roman Statistical Documents", in G. Giannakopoulos e D. Sakas (eds.), *Advances on Information Processing and Management*. Atenas: 102-105.
- Grimal, P. (1989), *A civilização romana*. Lisboa.
- Haynes, I. (2013), *Blood of the Provinces: The Roman Auxilia and the Making of Provincial Society from Augustus to the Severans*. Oxford.
- Holder, P. (2006), "Auxiliary Deployment in the Reign of Trajan", *Dacia* (N.S.) 50: 141-174.
- Kennedy, D. (1977), "The Ala I and Cohors I Britannica", *Britannia* 8: 249-255.
- Khouri, R. (1980), "The Last Patrol", *Aramco World* 31 (3): 2-7.
- Le Bohec, Y. (1990, 2ª ed.), *L'armée romaine*. Paris.
- Le Roux, P. (1982), *L'armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'Auguste à l'invasion de 409*. Paris.

- Lesquier, J. (1918), *L'armée romaine d'Égypte d'Auguste à Dioclétien*. Cairo.
- Lightfoot, C. (1981), *The Eastern Frontier of the Roman Empire with Special Reference to the Reign of Constantius II*. Oxford (dissertação policopiada).
- McLaughlin, R. (2014), *The Roman Empire and the Indian Ocean*. Barnsley.
- Mantas, V. G. (1993), “As fundações coloniais no território português nos finais da República e inícios do Império”, in *Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga*. Coimbra: 467-500.
- Mantas, V. G. (2013), “Império, cultura e romanidade”, in J. Corrêa-Cardoso e M. C. Fialho (coords.), *Romanística Um*. Coimbra: 9-38.
- Mason, S. (2016), *A History of the Jewish War, A.D. 66-74*. Nova Iorque.
- Maxfield V. (2000), “The Deployment of the Roman Auxilia in Upper Egypt and the Eastern Desert during the Principate”, in E. Birley e G. Alföldy, *Kaiser, Heer und Gesellschaft in der römischen Kaiserzeit*. Estugarda: 407-444.
- Maxfield, V. (2001), *Economics Beyond Agriculture in the Classical World*. Londres-Nova Iorque.
- Navarro Caballero, M. e Ramírez Sádaba, J. (eds.), (2003), *Atlas antroponímico de la Lusitania romana*. Mérida-Bordéus.
- Neira Faleiro, C. (2005), *La Notitia dignitatum. Nueva edición crítica y comentario histórico*. Madrid.
- Nesselhauf, H. (1959), “Das Bürgerrecht der Soldatenkinder”, *Historia* 8 (4): 434-442.
- Parker, S. (1991), “The nature of Rome’s Arabian frontier”, *Proceedings of the XVth International Congress of Roman Frontier Studies*. Exeter: 498-511.
- Peacock, D. e Blue, L. (eds.), (2006), *Myos Hormos - Quseir al-Qadim: Roman and Islamic Ports of the Red Sea*. Oxford.
- Petit, P. (1967), *La paix romaine*. Paris.
- Phang, S. (2008), *Roman military Service. Ideologies of Discipline in the Late Republic and Early Principate*. Cambridge.
- Pina Polo, F. (2010). “El Periplo del Mar Eritreo y la presencia romana en el Índico”, in F. Marco Simón, F. Pina Polo e J. Remesal Rodríguez (eds.), *Viajeros, Peregrinos y Aventureros en el Mundo Antiguo*. Barcelona: 101-113.

- Reddé, M. (2015), "The Layout of a Military Shrine in Egypt's Eastern Desert", in A. Tanas (ed.), *Ad Fines Imperii Romani*. Varsóvia: 38-46.
- Roldán Hervás, J. M. (1971), *Hispania y el ejército romano. Contribución a la historia social de la España Antigua*. Salamanca.
- Roxan, M. (1997), "An Auxiliary Fleet Diploma of Moesia Inferior: 127 August 20", *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik* 118: 287-299.
- Schwartz, J. S. (1976), "Palmyre et l'opposition à Rome en Égypte", in E. Frézouls (ed.), *Palmyre. Bilan et perspectives*. Estrasburgo: 134-151.
- Santos Yanguas, N. (1979), "Las cohortes lusitanorum en el ejército romano", *Conimbriga* 18: 171-202.
- Seek, O. (1876), *Notitia Dignitatum: accedunt notitia urbis Constantinopolitanae et laterculi provinciarum*. Berlim.
- Seyrig, H. (1970), "Les dieux armés et les Arabes en Syrie", *Syria* 47 (1-2): 77-116.
- Sidebotham, S. (1986), *Roman Economics Policy in the Erythra Thalassa*. Leida.
- Sidebotham, S. (2012), *Berenike and the Ancient Maritime Spice Route*. Berkeley - Los Angeles.
- Stauner, K. (2004), *Das Offizielle Schriftwesen des römischen Heeres von Augustus bis Galienus*. Bona.
- Thomas, J. e Davies, R. (1977), "A new military strength report on papyrus", *Journal of Roman Studies* 67: 50-61.
- Tomber, R. (2012) "From the Roman Red Sea to beyond the Empire: Egyptian ports and their trading partners", *British Museum Studies in Ancient Egypt and Sudan* 18: 201-215.
- Van Der Vliet, J. (2015), "Snippets from the Past. Two Ancient Sites in the Asyut Region: Dayr al-Gabrawi and Dayr al-Izam", in G. Gabra e H. Takla (eds.), *Christianity and Monasticism in Middle Egypt*. Cairo: 161-168.
- Wheeler, E. (2007), "The Army and the Limes in the East", in P. Erdkamp (ed.), *A Companion to the Roman Army*. Malden: 235-266.

LEGENDAS DAS FIGURAS

Fig. 1 - Mapa do Egipto romano com localização dos principais testemunhos da *Cohors I Lusitanorum*.

Fig. 2 - Inscrição do porta-estandarte *Tongius*, provavelmente de Idanha-a-Velha (foto MNA).

Fig. 3 - Porta nas ruínas do pequeno fortim romano de El-Kanais.

Fig. 4 - Planta do forte de *Dios*, na estrada *Coptos-Berenice* (apud J.-P. Brun).

Fig. 5 - Inscrição do arquitecto *M. Antonius Celer*, achada no forte de *Dios* (apud H. Cuvigny).

Fig. 6 - Dromedários na Coluna de Arcádio, em Constantinopla (gravura de Melchior Lorck, 1559).

Fig. 7 - Paramilitares jordanos da *Desert Patrol* numa cerimónia em 1946.

Fig. 8 - Relevo de *Rhesaina* figurando uma divindade armada montada num dromedário (apud F. Cumont).

Página deixada propositadamente em branco

DIDÁTICA

Página deixada propositadamente em branco

ENSINAR E APRENDER LATIM NO SÉC. XXI

TEACHING AND LEARNING LATIN IN THE 21ST CENTURY

FÁTIMA FERREIRA

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

titamargarida@gmail.com

ORCID.ORG/0000-0002-2434-0988

ARTIGO RECEBIDO A 22-04-2017 E APROVADO A 05-07-2017

Resumo: A aposta crescente a que se tem vindo a assistir recentemente na área das Línguas Clássicas, no Ensino Básico e Secundário em Portugal, requer uma revisão dos conceitos da sua didática específica, que traduza uma síntese entre as práticas do passado e as novas tendências dos métodos pedagógicos. A escola do século XXI necessita de entender o Latim como uma disciplina dinâmica, cuja metodologia de ensino se aproxime da metodologia ativa das línguas modernas, valorizando a oralidade, a compreensão textual, a aquisição de vocabulário e, sobretudo, a consciencialização de que esta disciplina representa um pilar imprescindível para muitas áreas de estudo, contribuindo para a formação integral e integradora dos alunos. A importância que o Latim assume nas Humanidades requer que se atualizem os métodos, nomeadamente a abordagem da gramática e a integração da cultura. Desta forma, o presente artigo pretende constituir uma reflexão acerca das perspetivas atuais do ensino das Línguas Clássicas, analisando, em retrospectiva, algumas opiniões de especialistas e acrescentando algumas sugestões metodológicas.

Palavras-chave: Didática do Latim; Latim; Metodologias de ensino.

Abstract: The growing emphasis on classical languages requires a review of the concepts of their specific Didactics, which should consist of a synthesis of past practices and new trends in teaching methods. The 21st century school needs to perceive Latin as a living subject, whose teaching methodology approaches the active methodology of modern languages, valuing oral skills, textual comprehension, vocabulary acquisition and, above all, the awareness that this subject represents an essential pillar for many of the study areas, contributing to the integral and integrative education of students. The importance of Latin in the Humanities requires up-to-date methods, namely the approach to grammar and the integration of culture. In this mode, the present article intends to constitute a reflection on the current perspectives of the teaching of the Classical Languages, analyzing, in retrospect, some expert opinions and adding some methodological suggestions.

Keywords: Didactics; Latin; Teaching methodologies.

I - RETROSPETIVA HISTÓRICA

A visão utilitária do ensino que se foi construindo ao longo dos tempos, sobretudo a partir das últimas décadas do século XX, considera que o percurso escolar dos alunos, ao nível da formação específica, deve passar por disciplinas de carácter prático e, muitas vezes, experimental, que os prepare para o ingresso no mundo do trabalho, privilegiando as áreas das ciências exatas, das ciências da vida ou da economia. Esta visão condena para um plano secundário todas as áreas que se situem no domínio das humanidades ou das ciências sociais, como a Filosofia ou as Línguas Clássicas, entre outras.

Tal situação coloca o Latim no plano das disciplinas de elite, podendo e devendo ser estudado pelos alunos que, especificamente, pretendam prosseguir a sua formação relacionada com a área das Humanidades, mas afasta-o de todos aqueles que, independentemente do percurso que

escolheram, poderiam ter acesso a uma disciplina de carácter abrangente, que lhes permitiria o contacto direto com uma cultura ímpar, cujos ecos se continuam a fazer sentir no mundo de hoje.

Estas opções, essencialmente políticas e económicas, inscrevem o Latim no conjunto das disciplinas sem relevância necessária para serem incluídas nos *curricula* do Ensino Secundário, pelo menos de modo a que se constitua como opção visível.¹

No entanto, nem sempre o Latim esteve votado ao esquecimento e ao desinteresse. Se recuarmos, a título de exemplo, aos séculos XVI e XVII, constatamos a publicação, na Europa, de dois importantes textos, que constituem as primeiras manifestações estruturadas em relação ao conceito de Didática em geral: *Ratio Studiorum*, da Companhia de Jesus, e *Didactica Magna*, de Coménio, respetivamente. O legado que nos deixaram permanece, até hoje, com uma atualidade excepcional, tanto pelos conceitos transmitidos como pela forma visionária com que sintetizaram as questões inerentes à dinâmica do ensino e da aprendizagem. Mas a sua importância permanece, sobretudo, pelo relevo que atribuíam ao estudo do Latim. De acordo com estes dois testemunhos os jovens eram primeiramente instruídos através do estudo das línguas, das humanidades, da retórica e das artes, considerando-se que estes pilares constituíam pressupostos equitativos para a prossecução dos estudos seguintes. O Latim e toda a Antiguidade Clássica constituíam uma base imprescindível e transversal. “Estudar os clássicos era, pois, recuperar, acima das ruturas, uma unidade cultural e linguística fundamental para a formação da consciência histórica” (Miranda 2009: 21).

Estes dois importantes documentos mostram-nos, apesar da distância temporal face à realidade hodierna, uma visão muito objetiva

1 De salientar que, no ano letivo de 2015-2016, foi criada a disciplina de Introdução à Cultura e Línguas Clássicas, destinada essencialmente a alunos do Ensino Básico. Esta medida, que parece contrariar a tendência para a perda de expressão dos Estudos Clássicos em geral no sistema de ensino em Portugal, não tem repercussões diretas nas opções do Ensino Secundário.

acerca do ensino, com a consciência clara da necessidade de estabelecer uma série de procedimentos didáticos cujo objetivo máximo é a aprendizagem completa e abrangente dos alunos.

Conscientes de que na época em que estas duas obras foram redigidas a área das Humanidades era transversal a todo o ensino, uma vez que o aluno contactava obrigatoriamente com as línguas da Antiguidade, há que olhar para o seu legado como um ponto de partida, um ponto de convergência entre o passado e o futuro.

Ora, na atualidade, e como referimos anteriormente, a situação é distinta. Esta circunstância deve-se a múltiplos fatores: um deles é o entendimento generalizado de que o conhecimento considerado mais erudito e abstrato deve dar lugar ao conhecimento prático e funcional; outro fator é a crítica aos métodos tradicionais² que se associam ao ensino das Línguas Clássicas, métodos que se consideram austeros por solicitarem a cada passo a memorização de elementos dispersos e sem sentido na realidade vivencial dos alunos. Em suma, “os que se opõem ao ensino do Latim relatam o carácter ineficaz e estéril do seu ensino” (Delgado 1959:153).

Será importante, neste ponto, recuperarmos as palavras de dois professores metodólogos, proferidas no *Colóquio sobre o Ensino do Latim*, realizado em Coimbra, em 1973, quer pela atualidade que mantêm, quer pela visão lúcida que transmitem:

“Quer a cultura grega, quer a cultura romana evidenciam um propósito dominante, que é o de ultrapassar o circunstancial, o quotidiano, o subjectivo, o imediato, criando dos mesmos uma visão generalizada e libertadora [...] os programas liceais precisam de prestar maior atenção a estes e outros aspectos, para não se poder pensar que estudar Cícero ou Virgílio, Tito Lívio ou Séneca, seja apresentar das suas obras

² A este propósito, recomenda-se a leitura de alguns estudiosos, como Sandra Ramos Maldonado, Cristóbal Macías ou Gala López de Lerma, cujo trabalho se tem centrado em questões relacionadas com a metodologia de ensino do Latim, em Espanha.

extractos, para depois os dissecar em análises gramaticais de tipo classificativo. Não! O que é necessário é que os alunos, de alguma maneira, entendam o valor humano e estético destas obras, não por meio de um aleatório critério impressionista, sim, por se estar já relativamente de posse da situação histórica e dos valores culturais que as informaram. (...) ser-se levado a declinar nomes e a conjugar verbos, a decorar regras sintácticas que não se entendem, a admirar uma cultura que verdadeiramente se não conhece, mas que se convencionou sublimar, a traduzir extractos de obras cujos conteúdos básicos se ignoram ou a verter frases portuguesas para latinas com o objectivo primordial de salvaguardar regras gramaticais que não se chegam também a discernir.” (Gomes 1973:56-57)

“...o professor tem de franquear aos aprendizes do latim os acessos ao mundo em que viveram os homens que o falaram e escreveram. É preciso que os alunos se movimentem dentro desse mundo com relativo à-vontade, que ele se lhes vá tornando cada vez mais familiar, que lhes seja possível encontrar progressivamente os elos que ligam os nossos valores culturais aos da civilização greco-romana.” (Faria 1973:71)

129

Recordem-se, ainda, as palavras de Ernesto Faria, na sua obra *Introdução à Didática do Latim*, quando refere que “os estudos secundários não são um simples ponto de escala no caminho apressado para as escolas superiores, mas que encerram uma finalidade própria de cultura e formação, conclui-se que os ensinamentos ministrados nesse curso devem convergir inteiramente para essa formação e cultura, sem preocupações de ordem puramente utilitária ou de especialização” (Faria 1973:107).

II - PERSPETIVAS

Apesar das adversidades supramencionadas, a conjuntura atual permite-nos considerar que a situação das Humanidades em Portugal,

nomeadamente o ensino das Línguas Clássicas, terá condições para crescer. Para tal, é de realçar uma série de iniciativas que têm sido levadas a cabo nos últimos anos³. Além disso, o facto de o Ministério da Educação ter relembado as escolas acerca da permissão de abertura de turmas de Latim e Grego com um número de alunos inferior ao exigido por lei para a generalidade das opções curriculares, será, certamente, uma forma de alguns estabelecimentos de ensino conseguirem contornar as barreiras que nos últimos anos impediram que o Latim e o Grego se incluíssem no conjunto das opções.

A importância que o Latim assume nas Humanidades requer, por conseguinte, que se atualizem os métodos, nomeadamente os modos de abordagem da gramática e de integração da cultura, relacionando-a no contexto histórico e social em que vivemos, tendencialmente voltado para o pragmatismo e imediatismo, trabalhando a interação com outras áreas. Recordando as palavras de Garcia (2011:4), não podemos descuidar a conceção de que “a educação é o meio mais adequado para construir a personalidade, desenvolver ao máximo as capacidades, formar a identidade pessoal e configurar a sua compreensão da realidade. Neste sentido, Grécia e Roma concentram as bases linguísticas e culturais precisas para entender aspetos essenciais da civilização ocidental. Conhecer o passado ajudar-nos-á a conhecer e valorizar o

130

3 <http://xanaaareis.wix.com/projeto-pari-passu> [consultado a 20-03-2016]
<http://www.cambridgescp.com/Upage.php?p=clc%5eport%5eintro> [consultado a 15-04-2016]
<http://www.tmp.letras.ulisboa.pt/cec-recursos-e-instrumenta> [consultado a 14-04-2016]
<http://thiasoscech.blogspot.pt/> [consultado a 19-04-2016]
<https://itunes.apple.com/pt/itunes-u/teatro-classico-festea-e-thiasos/id413583271?mt=10> [consultado a 15-04-2016]
<http://www.dge.mec.pt/introducao-cultura-e-linguas-classicas> [consultado a 20-04-2016]
<http://www.ed.uc.pt/educ/curso?id=94> [consultado a 20-04-2016]

nosso presente”, não perdendo de vista a ideia de que “o estudo das humanidades eleva o espírito, a criatividade e a imaginação” (Lauriola 2012:6).

III - SUGESTÕES METODOLÓGICAS

A análise à bibliografia específica tem demonstrado que, apesar da distância temporal, as opiniões acerca da necessidade de revitalizar métodos não têm divergido de forma significativa no último século. A comprovar esta constatação, estão as opiniões que a seguir se transcrevem.

“Porque si el Humanismo consiste no tanto em conocer quanto en sentir la Antigüedad classica, que sentimiento puede brotar allí donde cada palabra es una barrera que cierra el paso a le comprensio del pensamiento?” (Delgado 1959:160).

131

“Considerando que o latim não é mais uma língua de falantes nativos e que seu uso é restrito a determinados contextos, o objeto de ensino língua latina é basicamente o que se registra nos textos que nos legou a tradição. Por outro lado, as atividades de uso oral da língua ou as de escrita de pequenas composições podem contribuir para o desenvolvimento de uma leitura mais fluente, razão pela qual muitos métodos apresentam esses tipos de atividades” (Amarante 2013:176).

A primeira ideia a combater junto de um grupo de alunos que inicia a sua aprendizagem de Latim, ou que está a ponderar a escolha da disciplina, é que se trata de uma língua morta e sem interesse, o que passa por uma motivação para o seu estudo assente, por exemplo, na percepção de que o Latim se usa de modo reiterado no quotidiano atual, em diversos domínios. É preciso causar simpatia e entusiasmo, explorar a etimologia das palavras, por exemplo, ou unir a gramática ao vocabulário, para que se possa traduzir, falar ou escrever, pois “o sucesso

está ligado à motivação” (Nogueira 1994:196). É preciso privilegiar o uso coloquial do Latim (ler textos, fazer perguntas em Latim e respostas também em Latim), para que os alunos não encontrem grande diferença entre estas aulas e as aulas de línguas modernas. É muito oportuno que o professor explore os “realia” (Delgado 1959:138), como mapas, livros, imagens, fotografias, pequenos diálogos, publicidade, entre outros). Uma abordagem a este nível contribuirá, de forma efetiva, para que o Latim recupere o seu lugar junto das línguas vivas.

Centramos, neste ponto, a nossa reflexão num dos elementos que constitui, incontestavelmente, a base da maior parte das aulas de Latim: o texto.

Na análise dos manuais escolares que estiveram em uso até há alguns anos no nosso país, constata-se que a maioria privilegiava, pelo menos numa primeira fase da aprendizagem, a utilização de frases soltas ou de textos adaptados, muitas vezes descontextualizados e cujo interesse residia, quase exclusivamente, em se focarem em determinado conteúdo gramatical, que eventualmente seria oportuno abordar naquele momento. Estas frases e textos, quase sempre criados pelos autores dos respetivos manuais, concorrem para a visão estereotipada de que o Latim é uma língua de gramática, desprestigiando o universo cultural e ideológico que se encontra nos autores consagrados e que são o exemplo marcante de uma língua que se quer viva⁴.

A abordagem aos autores clássicos e canónicos é fundamental, embora de forma progressiva, e com um universo de fontes tão vasto, como a literatura latina dos vários períodos contemplados nos programas do Ensino Secundário, não é difícil encontrar exemplos com níveis de dificuldade diferentes, que podem ser utilizados nas diversas fases do processo de ensino-aprendizagem, evitando o recurso a adaptações que, na maioria das vezes, se revelam estéreis e desajustadas.

4 Convém referir, neste ponto, o importante contributo de vários artigos constantes do Livro de Actas do Colóquio *As Línguas Clássicas: investigação e ensino*, realizado em Coimbra, no ano de 1993.

Contudo, há que ter em conta que o texto, apesar da sua inegável força, não pode ocupar um lugar de exclusividade. Como afirma Rodrigues (1992: 226), “tratamos demasiado o texto como pretexto para ensinar a gramática da língua. Esquecemo-nos de que, para além dum conhecimento explícito da gramática, existe um conhecimento implícito que permite, em muitos casos, e sem necessidade de se descer a minúcias analíticas, a apreensão do sentido da frase. Por outro lado, em textos de dificuldade moderada, sobretudo se narrativos, nem sempre é necessário recorrer à tradução para lhes acompanhar satisfatoriamente o sentido. Em tais casos, o professor pode controlar o nível de compreensão do texto através de exercícios alternativos, como um questionário (de preferência em latim), uma paráfrase, um reconto (ambos em português), ou uma súpula (em latim)”.

Ora, o texto, na sua plenitude, é um instrumento, de facto, privilegiado, sendo variados os percursos que se podem traçar numa aula de Latim cuja centralidade seja preenchida por um documento escrito. Atente-se, a título de exemplo, nos novos programas escolares franceses, datados de 2013, nos quais se defende que as línguas e culturas antigas permitem ao aluno descobrir a riqueza dos textos fundadores, conhecer em perspetiva as representações do mundo que todos os dias surgem na nossa sociedade de comunicação; construir um cidadão autónomo, crítico e consciente. Os mesmos documentos referem que o ponto central do trabalho em sala de aula deverá ser o texto, que desenvolve a competência de interpretar, transversal a todas as disciplinas.

Iniciando a abordagem textual a partir do contexto de produção, o professor poderá explorar, por exemplo, a época, as circunstâncias históricas ou a vida e a obra do autor, “apresentar ao aluno o autor latino que este vai ler, explicar-lhe, de forma que não esteja fora do alcance de sua inteligência, a obra deste autor, é despertar-lhe o interesse pelo objeto do seu estudo” (Faria 1959:258). As ilustrações, que muitas vezes complementam os manuais e os textos em português, “destinados à explicação ou explanação de assuntos referentes à vida

romana, às instituições públicas e particulares, à história antiga, à mitologia” (Faria 1959:173) tornam-se elementos facilitadores da ação do professor. Se, pelo contrário, essas informações não constarem do manual, o universo de materiais a que o docente poderá recorrer é infundável, quer em suporte de papel quer através de recursos digitais.

Ponderando um percurso completamente diferente, poder-se-á iniciar a abordagem com a leitura do próprio texto (realizada expressivamente pelo professor, mas, num segundo momento, pelos alunos, tendo em atenção as regras de acentuação latina, o ritmo e a expressividade, partindo-se depois para a compreensão dos aspetos essenciais do texto (tema, assunto, recursos estilísticos, eventualmente, personagens, espaços referidos, ...). Esta exploração pode pressupor questões em Latim (a partir de um guião de leitura ou de um questionário), que permitam respostas simples, levando o aluno a percorrer o interior do texto, indo ao encontro dos elementos que o compõem e que lhe conferem coesão e coerência.

134

Este último processo (em geral pouco aplicado nas atividades de sala de aula), devidamente automatizado, poderá contribuir para criar autonomia nos alunos e aproximar as atividades das aulas de Latim daquelas com que contactam há mais tempo em outras aulas de língua. Além do mais, a compreensão prévia do texto latino abre portas para a tradução, atividade muitas vezes central nestas aulas, como atesta o testemunho seguinte: “este tipo de leitura (funcional) é sempre a porta de entrada para qualquer texto que se queira explorar nos diversos planos de estudo das línguas clássicas (linguístico, literário, cultural, etc.), o que significa, simplesmente, como norma geral, que nenhum texto deve ser explorado sem primeiro ter sido lido e compreendido” (Sequeira 1992:197).

IV - EM CONCLUSÃO

A relevância que o Latim deverá ocupar no currículo do século XXI exige que se estabeleça, concretamente, um conjunto de procedimentos a ter em conta para a aprendizagem desta segunda língua, essencial não só para todos os que se interessam pelas Humanidades, mas ainda para aqueles que, em áreas diferentes, necessitam de adquirir um conhecimento abrangente acerca da língua portuguesa e da cultura ocidental, cuja herança não se pode dissociar do Latim.

A inexistência de uma comunidade de falantes implica que o Latim e o Grego sejam ensinados com base em textos escritos, privilegiando o método declarativo e explícito, no entanto o recurso às TIC é uma das possibilidades a ter em conta, não só pelas suas vantagens, mas também pelo facto de constituírem uma sedução para alunos do século XXI, cuja atração pelo mundo digital não pode nem deve ser descurada pela escola.

A relação direta que o Latim e o Grego estabelecem com o Português e com outras línguas modernas, a herança que a Cultura Ocidental recebeu da Antiguidade Greco-Latina e as repercussões que a Cultura e as Línguas Clássicas têm tido em vários domínios, como as artes plásticas, a literatura, o teatro, a filosofia ou a ciência, mostram a vitalidade daquelas línguas da Antiguidade e justificam, por si só, que se repense a noção da sua didática específica.

135

BIBLIOGRAFIA

- AAVV. (1993), *As Línguas Clássicas. Investigação e Ensino. Actas*. Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos.
- AAVV. (1996), *Historia y métodos en la enseñanza de las lenguas clásicas*, I Encuentro Científico y pedagógico. Actas, Vitoria Gazteiz.

- Adrados, F.R. (1989), *Didáctica de las Humanidades Clásicas*. Madrid, Ediciones Clásicas.
- Amarante, J. (2013), “O professor e o método: pepéis, diálogos e dilemas”, *Estudos Linguísticos e Literários* 48: 62-90.
- Baños-Baños, J.M. (2009), “Cómo analizar un texto en latín: consideraciones sobre la didáctica de la Gramática Latina”, *Class* 1.1. Madrid, 50-68.
- Código Pedagógico dos Jesuítas (2010), “Ratio Studiorum da Companhia de Jesus” (edição bilíngue latim/ português), tradução e organização de Maria Margarida Miranda. Lisboa, Editora Esfera do Caos.
- Damião, M. H., Festas, M.I. (2013), *Necessidade e responsabilidade de ensinar. Educação, perspetivas e desafios*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Delgado, J. (1959), “El Congreso de Latín vivo y su proyección pedagógica”, *Estudios clásicos*, Tomo 5, 28:153-171.
- Didactica Magna*, Coménio (2006), introdução, tradução e notas de José Gomes Ferreira. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Faria, E. (1959), *Introdução à Didáctica do Latim*. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica.
- Faria, M. C. N. (1973), “Metodologia do latim”, in *Colóquio sobre o Ensino do Latim*, Actas. Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos.
- Forrest, M. (1996), *Modernising the classics. A study of curriculum development*. Cambridge, University Press.
- Freire, M.T. (1992), “Leitura expressiva e compreensão do texto”. *Boletim de Estudos Clássicos* 17: 79-85.
- Freire, M.T. (1997), “Aprender Latim hoje: otium an negotium?”, in *Colóquio Clássico*, Actas. Aveiro, Universidade de Aveiro.
- García, M. L. (2011), “Herramientas para la enseñanza de la cultura clásica”. *Thamyris, Revista de Didáctica de Cultura Clásica* 2: 3-14. Málaga.
- Gomes, L. S. (1973), “Lugar e Necessidade do Latim no Currículo Liceal”, in *Colóquio sobre o Ensino do Latim*, Actas. Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos: 51-63.
- Lauriola, R. (2012), “The challenging of teaching the value of classics today: the «children at the university» project. Paths toward the future and

pedagogical matters” *Thamyris, Revista de Didáctica de Cultura Clásica* 3: 3-69. Málaga.

Lister, B. (2007), *Changing classics in schools*. Cambridge, Cambridge University Press.

Nogueira, A. (1994), “O Latim, o Programa, os Autores do Programa, o Latim dos Autores”, in *CLASSICA – Boletim de Pedagogia e Cultura* 20: 195-198.

Pighi, G.B. et alii (1955), *Didattica del Latino*. Roma, Angelo Signorelli Editore.

Rodrigues, M. (1992), “A Leitura no Processo de Ensino/Aprendizagem das Línguas Clássicas”, in *CLASSICA – Boletim de Pedagogia e Cultura*. Lisboa, Departamento de Estudos Clássicos.

Savater, F. (2006), *O valor de educar*. Lisboa, Dom Quixote.

Sequeira, S. (1992), “A Leitura Funcional na Didáctica das Línguas Clássicas”, in *CLASSICA – Boletim de Pedagogia e Cultura*. Lisboa, Departamento de Estudos Clássicos: 195-204.

Wülfing, P. (1986), *Temi e Problemi della Didattica delle Lingue Classiche*. Com pre-messa di carlo Santini. Roma.

Página deixada propositadamente em branco

NOTÍCIAS

Página deixada propositadamente em branco

PEDE PAPYRUS

ANA CATARINA BOTO

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

cfboto@hotmail.com

ORCID.ORG/0000-0002-8568-6368

Os objetivos didáticos específicos estavam bem definidos: aplicar uma atividade usada na aprendizagem das línguas estrangeiras à aprendizagem do Latim; motivar os alunos com uma atividade diferente e fora da sala de aula, estimulando o raciocínio na língua latina sem quaisquer auxiliares de memória; praticar o modo imperativo, a tradução de frases simples e o vocabulário conhecido; aprender novo vocabulário latino; estimular o envolvimento dos alunos de Latim A com a comunidade escolar, promovendo um espírito de competição saudável que estreitasse as ligações entre os alunos.

Enquanto atividade elaborada no seio do estágio de ensino do Latim, esta aventura provou que se pode aplicar ao ensino de uma língua antiga, de uma forma diferente e divertida, um jogo conhecido das línguas modernas.

No último dia de aulas do ano letivo de 2015/2016, os alunos de Latim A do 10.º ano e de Latim B do 12.º ano descobriram que não há línguas impossíveis de compreender nem línguas que não sirvam para comunicar. Conhecedores de *peddy papers*, experienciaram um *pede papyrus*.

Depois de entregues mapas com indicações escritas em latim (Fig.1) e formados dois grupos que incluíram os alunos dos dois anos de ensino, as primeiras instruções foram dadas junto ao *ostium* da escola. Neste primeiro ponto do percurso, cada equipa recebeu um cartão com uma instrução que a levou ao segundo espaço. Em cada ponto, as

equipas encontravam um objeto diferente e novas instruções. A partir do segundo ponto, as duas equipas seguiam caminhos diferentes e só se voltaram a encontrar no final da atividade, num *atrium* da escola.

Todas as instruções que os alunos seguiram estavam escritas em latim. Deste modo, não só colocaram em prática conhecimentos adquiridos, como puderam testar as suas capacidades de interpretação de novo vocabulário e ainda tiveram a oportunidade de consolidar conhecimentos sobre o modo imperativo. Importa referir igualmente que não houve um tempo definido para que cada ponto do percurso fosse atingido, ainda que os alunos soubessem que a atividade não excederia os noventa minutos da aula e que a primeira equipa a chegar ao último ponto, com todos os objetos recolhidos e uma folha de registo completa, seria a vencedora do *pede papyrus*.

Os percursos foram diferentes para cada equipa, mas as instruções repetiam-se (Fig.2). Todos passavam pelos mesmos sítios e recolhiam os mesmos objetos, tendo cada um deles uma marca distintiva que cada equipa tinha de descobrir. Por exemplo, num dos momentos mais curiosos, a equipa I tinha de se dirigir ao estacionamento da escola e encontrar uma “coisa verde” com as novas instruções; a equipa II tinha de encontrar a “coisa vermelha”. Na verdade, as “coisas” eram balões, mas, como se usou uma palavra que significa quase tudo em latim (*res*), os alunos daquela equipa, que não viram os balões logo à chegada, andaram à procura das novas instruções nos carros vermelhos do estacionamento!

Os alunos, a cada etapa, registavam não só a designação do local por onde passaram (o *locus*), como os objetos que encontravam (as *res*) e a passagem para um novo ponto do percurso (a *transitio*). Pelos corredores da escola, subindo e descendo as *scalae* de acesso às salas, junto aos pátios, à cantina e ao bar, havia uma correria atrás do latim à solta, das chaves de ferro, dos envelopes com números, das imagens de Roma antiga e dos balões.

No final do *pede papyrus*, a professora ofereceu dois troféus simbólicos às equipas: à vencedora, que chegara em primeiro lugar, que tinha a sua folha de registo completa e sem erros e que respondeu, em latim, à pergunta *Quod nomen tibi est?*, os chocolates *Mars*; aos que chegaram no segundo posto, as pequenas *umbrellae* de chocolate.

Aventureiros felizes pelas pequenas conquistas, em noventa minutos que passaram sem darmos por eles e com a leveza de uma aula lúdica de desafio, uma vez fomos diferentes, mas para sempre percebemos que só quem não tenta nunca poderá conseguir.

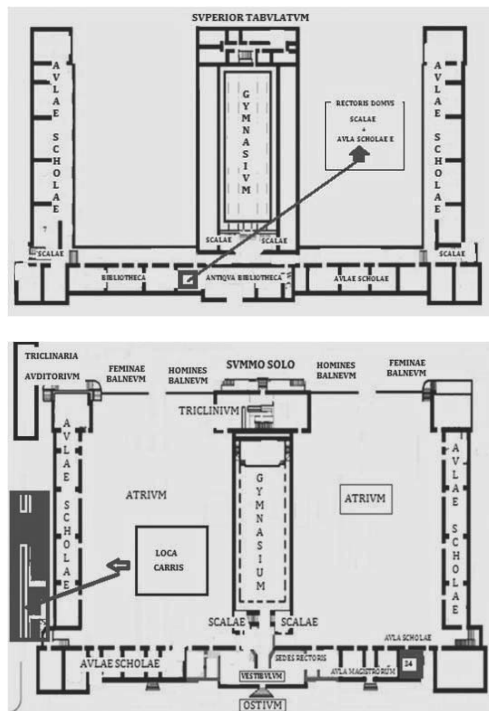


Fig. 1 - Os mapas tinham vocabulário em latim que os alunos tinham trabalhado numa atividade anterior sobre os nomes dos espaços da sua escola.

Equipa I	Equipa II
<p>1. CVM MAGISTRA IN OSTIO</p> <p><i>Ite circa matronam M.^a José, in uestibulo. Petite unam clauem cum noua mandata.</i></p>	<p>1. CVM MAGISTRA IN OSTIO</p> <p><i>Ite circa matronam M.^a José, in uestibulo. Petite unam clauem cum noua mandata.</i></p>
<p>2. CIRCA MATRONAM IN VESTIBVLO</p> <p><i>Ite ex aula scholae E et legite noua mandata in epistola I.</i></p>	<p>2. CIRCA MATRONAM IN VESTIBVLO</p> <p><i>Ite ad loca carris. Videte rem rubri coloris cum noua mandata et reseruate eam.</i></p>
<p>3. EX AVLA SCHOLAE E</p> <p><i>Ite ad loca carris et uidete rem uiridis coloris cum noua mandata et reseruate eam.</i></p>	<p>3. AD LOCA CARRIS</p> <p><i>Ite ex aula scholae XXXIV et legite noua mandata in Romae Antiquae pictura A.</i></p>
<p>4. AD LOCA CARRIS</p> <p><i>Ite ex aula scholae XXXIV et legite noua mandata in Romae Antiquae pictura B.</i></p>	<p>4. EX AVLA SCHOLAE XXXIV</p> <p><i>Ite ex aula scholae E et legite noua mandata in epistola II.</i></p>
<p>5. EX AVLA SCHOLAE XXXIV</p> <p><i>Ite ad magistram in atrium, apud aulam scholae XXXIV.</i></p> <p><i>Respondete interrogationi.</i></p>	<p>5. EX AVLA SCHOLAE E</p> <p><i>Ite ad magistram in atrium, apud aulam scholae XXXIV.</i></p> <p><i>Respondete interrogationi.</i></p>
<p>6. CVM MAGISTRA IN ATRIO</p> <p><i>Quod nomen tibi est?</i></p>	<p>6. CVM MAGISTRA IN ATRIO</p> <p><i>Quod nomen tibi est?</i></p>

Fig. 2 – Os percursos definidos para cada equipa e que se encontravam em cada uma das instruções dadas aos alunos.

***POSSE RENASCI - ACCADEMIA
VIVARIUM NOVUM. INAUGURAÇÃO
DA VILLA FALCONIERI, SEDE
DO CAMPUS MUNDIAL DO
HUMANISMO E ABERTURA DO
ANO ACADÉMICO 2016-2017, 24-
25 DE NOVEMBRO DE 2016, VILLA
FALCONIERI, VIA BORROMINI, 5,
FRASCATI (ROMA)***

145

MARGARIDA LOPES MIRANDA
CECH - UNIVERSIDADE DE COIMBRA
mmiranda@fl.uc.pt
ORCID.ORG/0000-0002-3129-6356

PAULA BARATA DIAS
CECH - UNIVERSIDADE DE COIMBRA
pabadias@hotmail.com
ORCID.ORG/0000-0002-4730-914X

A Secção de Estudos Clássicos do DLLC da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra foi convidada pelo coordenador da Accademia, Doutor Luigi Miraglia, a fazer-se representar na inauguração do

ano académico 2016/2017 da *Accademia Vivarium Novum* e do Campus Mundial do Humanismo, cuja renovada sede se instalou, a partir deste ano na Vila Falconieri, Frascati, Itália.

Este evento, com duração de dois dias, teve por objetivo reunir estudiosos e humanistas de todas as partes do mundo para se corroborarem os laços de amizade e para que se construa conjuntamente um projeto de acção que vise a restituição necessária do Humanismo. A inauguração do Campus Mundial do Humanismo na Villa Falconieri realizou-se entre os dias 24 e 26 de Novembro. A hospedagem e alimentação foram asseguradas pela organização, o que constituiu um valioso patrocínio para a presença das muitas delegações que se fizeram representar: da Universidad e Collegium Latinitatis de Valência, Maria Rosa Aguilar; da Andalusia, António Amador e Emilio Cañales Muñoz; Alexey Belousov, da Universidade de Moscovo; da Società d'insegnanti di lingue classiche, da República Checa, Jiri Cepelak; da Universidade Complutense de Madrid, Vicente Cristóbal; da Universidade de Sófia, Bulgária, Lídia Domaradzka; Nelson Ferreira, da Universidade do Rio Grande do Norte do Brasil; do Centre international d'études pour la conservation et la restauration des biens culturels (ICCROM), França, Gaël de Guchen; da Universidade de Paris X "Paris Ouest/Nanterre La Défense, Charles Guitard; Do Gimnasio Nazionale per le lingue e la cultura antica, da Bulgária, Helia Marinova; da Universidade de Oxford, Jenny Rallens; da Universidade de Cádiz, Sandra Ramos Maldonado; do Almere College, Kampen, Holanda, Françoise Tjerska; da Accademia de Ungheria in Roma, Hungria, Sebestyen Terdik; da Universidade de Heidelberg, Alemanha, Michael von Albrecht.

Margarida Lopes Miranda, docente de Latim do grupo de estudos clássicos especialista em Humanismo Renascentista, membro do CECH (Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos) e vice-coordenadora do 1º ciclo de Estudos Clássicos; Paula Barata Dias, docente do grupo de Estudos Clássicos, especialista em Literatura Latina Medieval, membro do CECH, coordenadora do 1º ciclo de Estudos Clássicos e presidente

da APEC (Associação Portuguesa de Estudos Clássicos), representaram, com o apoio do CECH, a secção de Estudos Clássicos.

Os dois dias de actividades decorreram com solenidade e grande elevação, conforto e troca salutar de ideias, no palácio restaurado da Villa Falconieri, inserido no espaço privilegiado de Frascati.

No primeiro dia, estiveram presentes as autoridades oficiais como o Ing. Roberto Reggi, Diretor Nacional da Agência da propriedade do Estado; a Doutora Daniela Porro, Diretora do Secretariado do Mibact do Lácio (Ministério dos Bens e da Actividade Cultural do Turismo); O Engenheiro Piergiorgio Allegroni, Diretor Geral da Agência dos Bens do Estado; o Doutor Bruno Strati, Comissário Extraordinário da Comuna de Frascati. Na tarde do dia 25, foi solenemente celebrado com a assistência das delegações internacionais, pelas autoridades públicas e institucionais presentes, o protocolo de intenções para a fruição pública da Villa Falconieri, a partir desta data a sede da *Accademia Vivarium Novum*, exímia escola internacional de Latinistas e de Helenistas para jovens estudantes de línguas clássicas, frequentada por estudantes de todo o mundo. Com sucesso e reforço para a sua formação e competências, estudantes portugueses de Estudos Clássicos, quer de licenciatura, quer de mestrado, aí têm consolidado a sua formação filológica e humanística.

O programa incluiu conferências de notáveis classicistas e humanistas. À apresentação das conferências em línguas modernas, seguia-se um momento em que um dos estudantes da *Accademia Vivarium Nouum* a resumia em língua latina. No dia 24 de novembro, Remo Bodei (UCLA, Los Angeles, EUA) *Alius et idem. Tradizione e attualità*. Edgar Morin (International ethical, scientific and political Collegium) *Un messaggio d'Augurio per l'umanesimo*. No dia 25 de novembro, Charles Guitard (Università di Parigi X Paris Ouest/ Nanterre La Défense) *Il futuro dell'umanesimo*. Sandra Ramos Maldonado (Università di Cadice, Spagna) '*Vide, iuuenis studiose, quomodo te grammaticam doceant: de rationibus grammaticae in Hispania tradentis inde a saec. XVI*'. Vicente Cristóbal (Università Complutense di Madrid: *L'attualità di Titiro e Melibeo*. Filippo Mignini (Università

de Macerata, Italia): *La radice umana fra Oriente e Occidente*. Fiorinda Li Vigni (Istituto Italiano per gli studi filosofici): *Il potere sovrano del Logos*. Sabah Abouessalam (Institut nacional d'aménagement et d'urbanisme, Rabat): *L'avvenire urbano dell'umanità*. Edgar Morin (International ethical, scientific and political Collegium): *l'umanesimo planetario*. Michael von Albrecht (Studiorum Universitatis Heildelbergensis) *Oratiuncula aditialis*. No dia 26 de novembro, as conferências foram proferidas em língua latina: Alexius Belousov (Studiorum universitatis Moscuensis a Lomonosov nuncupatae): *De defixionibus antiquis*. Carolus Guittard (Studiorum universitatis Parisinae X "Paris Ouest/Nanterre La Défense"): *De indulgentia erga aliter de rebus diuinis sentientes apud romanos*. Maria Aloisia Aguilar (Studiorum universitatis Valentinae et Collegii Latinitatis): *De Varronis titulis eorumque origine*. Vincentius Cristóbal (Studiorum universitatis Complutensis): *Vergilius hodiernus*.

148 Deve ainda salientar-se, na tarde de 24 de novembro, a presença e a alocação de Stefania Giannini, Ministra da Instrução Pública, da Universidade e da investigação científica, o que constitui um bom augúrio para o respaldo desta semente que brota já com raízes, troncos e frutos vigorosos. Na manhã do dia 25 de Novembro, a alocação solene de Claudio Tesauo, presidente d'*Invitalia* e de *Save the Children*; de Roberto Spataro, secretário del *Pontificium Institutum Altioris Latinitatis*. Por Luigi Miraglia, o verdadeiro mentor do projecto, decorreu a apresentação do *Campus Mundiale dell'umanesimo, dei progetti in corso e delle opportunità di svilupo nella nuova sede di Villa Falconieri*.

O programa de conferências beneficiou de interlúdios musicais, a cargo do coro *Tyrtarion*, compositor, instrumentistas e vozes dos membros da *Accademia Vivarium Novum* (as peças tocadas estão disponíveis no youtube, deixamos apenas, para ilustração uma composição, o *De Tempestate*, com textos de Anacreonte *De tempestate* (frag. 17) e de Horácio, *Ad commilitones* (epod. 13) <https://www.youtube.com/watch?v=mX18xHRE6dw>.

Foram três dias muito estimulantes e produtivos. Em jeito de conclusão, reparemos que os assuntos tratados não se esgotaram na promoção do ensino das línguas clássicas, ou dos estudos da antiguidade grega e romana. Muitos dos conferencistas integram instituições de filantropia, causas sociais, culturais e educativas, associadas à promoção dos valores humanistas no seu sentido lato: relevar, e revelar, o que o Homem tem de melhor, missão a que ninguém deve ser alheio, se nos for permitido elaborar um pouco sobre a máxima terenciana: *Homo sum: nihil alienum...*”

Página deixada propositadamente em branco

**OFERTA DE LIVROS PELA *ÉCOLE
FRANÇAISE DE ROME, HISTOIRE-
-ARCHEOLOGIE ET SCIENCES
SOCIALES* À BIBLIOTECA
DO INSTITUTO DE ESTUDOS
CLÁSSICOS, FACULDADE DE
LETRAS DA UNIVERSIDADE DE
COIMBRA: UMA CADEIA DE GRATAS
BOAS VONTADES**

151

PAULA BARATA DIAS
CECH - UNIVERSIDADE DE COIMBRA
pabadias@hotmail.com
ORCID.ORG/0000-0002-4730-914X

Em Março de 2016, a *École Française de Rome, Histoire- Archéologie et Sciences Sociales*, instituição de carácter científico, cultural e profissional sob a tutela do Ministère de l'Éducation Nationale, de l'Enseignement Supérieur et de la Recherche francês, localizada em Roma, na place Farnèse nº 67 (www.efrome.it) promoveu uma divulgação pelas academias de Estudos Clássicos conhecidas no sentido de, por estratégias de gestão de stocks em depósito, procederem a uma doação das suas publicações junto de quem as reclamasse.

A coordenação do 1º ciclo de Estudos Clássicos, Paula Barata Dias, solicitou o envio do catálogo das publicações disponíveis, tendo sido prontamente atendida por Ms. Richard Figuiet, encarregado das atividades editoriais e da difusão das publicações das Escolas francesas no estrangeiro.

No dia 15 de Março seguiu a lista de pedidos face a um catálogo de, aproximadamente 400 títulos. Foi operada uma seleção, que deu origem à lista que apresentamos para divulgação. Caixas de excelente bibliografia! Como fazer face ao transporte de tão pesada encomenda? Contactou-se o *Instituto Português de Santo António em Roma* (IPSAR) na pessoa do Monsenhor Agostinho Borges, seu reitor, instituição que se dispôs prontamente a ir buscar as cinco caixas de livros e a guardá-las consigo até ser encontrada uma forma de transporte que nos fosse o menos onerosa possível. O IPSAR situa-se, para quem não conhece, a oito min. de carro da EFR...

152

Tal aconteceu a meados de Abril. A feliz coincidência da inauguração do órgão sinfónico na Catedral de Vila Real, ocorrida entre o dia 20 e o dia 22 de Abril de 2016 proporcionou a vinda de uma embaixada do IPSAR, e, com ela, em carro próprio, a bibliografia doada e desejada. A diocese de Vila Real, e seu Bispo, D. Amândio José Tomás, acederam à tarefa de serem fiéis depositários das ditas caixas. E muito lhes agradecemos

Nesta cadeia de boas vontades, contámos ainda com a prestimosa e empenhada ajuda da Doutora Margarida Miranda e do Doutor Isaías Hipólito, em contactos com o IPSAR e com a diocese de Vila Real, e quem, por fim, em carro próprio, nos trouxeram os livros desejados, que neste momento integram a Biblioteca do Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras.

A todos somos devedores de uma imensa gratidão, pois tudo se proporcionou *gratiso modo*, numa cadeia de simpatias e de boas vontades, disponíveis para contornar formalidades e despesas onerosas, come seriam os custos de correio de tão pesada encomenda. Possam

ocorrer circunstâncias em que possamos retribuir, junto das instituições envolvidas, as graças recebidas!

Assim, sem custos acrescentados, enriqueceu-se a biblioteca da Faculdade de Letras com títulos académicos de relevo com a enorme vantagem de serem em Francês, língua que se vai tornado rara entre a bibliografia adquirida pelos canais formais, mas cujas Academias mantêm o prestígio e a qualidade que sempre tiveram, e de que não convém estar alheio.

LISTA DAS PUBLICAÇÕES OFERTADAS:

- 9/2. Varron. Satires Ménippées. Éd. et trad. J.-P. Cèbe. 2. ἌνQrwpopòλις - Bimarcus. 1974, xix-xxii, 143-294, p. A-K, 10 € [0416-5]
- 9/3. Varron. Satires Ménippées. Éd. et trad. J.-P. Cèbe. 3. Caprinum proelium - Endymiones. 1975, xix-xxviii, p. 295-478, A-O, 10 € [0417-3]
- 9/4. Varron. Satires Ménippées. Éd. et trad. J.-P. Cèbe. 4. Epitaphiones - Eumenides. 1977, xix-xxviii, p. 479-758, A-T, 10 € [0418-1]
- 9/6. Varron. Satires Ménippées. Éd. et trad. J.-P. Cèbe. 6. GνΦui seaúton - Kunorήtwr. 1983, p. xix-xxviii, 933-1084 L-M, 10 € [0057-7]
- 9/7. Varron. Satires Ménippées. Éd. et trad. J.-P. Cèbe. 7. Lex Maenia-Marcipor. 1985, p. xix-xxviii, 1085-1278 A-O, 10 € [0040-2]
- 9/8. Varron. Satires Ménippées. Éd. et trad. J.-P. Cèbe. 8. Marcopolis-Mysteria. 1987, p. xix-xxix., 1281-1428 A-M, 10 € [0140-9]
- 9/9. Varron. Satires Ménippées. Éd. et trad. J.-P. Cèbe. 9. Nescis quid vesper serus uehat-Papia papae. 1990, p. xix-xxix, 1429-1611, A-M, 10 € [0207-3]
- 9/10. Varron. Satires Ménippées. Éd. et trad. J.-P. Cèbe. 10. Pappus aut indigena - Pransus paratus. 1994, p. xix-xxx, 1613-1754, A-K, 10 € [0298-7]
- 9/11. Varron. Satires Ménippées. Éd. et trad. J.-P. Cèbe. 11. Prometheus liber - Sesqueulixes. 1996, p. xix-xxxi, 1757-1893, A-M, 210 29 € [0367-3]
- 9/12. Varron. Satires Ménippées. Édition, traduction et commentaire par J.-P. Cèbe. 12. Sexagessis-Testamentum. 1998, p. xix-xxxii, 1895-2032, A-M, 29 € [0541-2]

- 9/13. Varron. Satires Ménippées. Édition, traduction et commentaire par J.-P. Cèbe. 13. Tithonius-E saturis incertis. Tables et indices pour l'ensemble de l'édition. 1999, p. xix-xxxi, 2033-2228, 41 € [0590-0]
- 17/2. Baratte, F.; Bejaoui, F.; Ben Abdallah Z. (dir.) Recherches archéologiques à Haïdra. Miscellanea 2. 1999, x, 245 p. 50 € [0547-1]
- 18/1. Duval, N. Recherches archéologiques à Haïdra. I. Les inscriptions chrétiennes, avec la collaboration de Fr. Prévot. 1975, 597 p. 50 € [0428-9]
- 18/4. Baratte, F.; Bejaoui, F.; Duval, N.; Golvin, J.-C. (dir.) Recherches archéologiques à Haïdra. IV. La Basilique II dite de Candidus ou des martyres de la persécution de Dioclétien,
21. Bayet, J. Idéologie et plastique. 1974, 792 p. 30 € [0432-7]
22. Mélanges de philosophie, de littérature et d'histoire ancienne offerts à Pierre Boyancé. 1974, 794 p. 30 € [0433-5]
23. Monseigneur Duchesne et son temps. Actes du colloque de Rome (23-25 mai 1973). 1975, 500 p. 40 € [0434-3]
25. Ennabli, L. [Les inscriptions funéraires chrétiennes de Carthage. I.] Les inscriptions funéraires chrétiennes de la basilique dite de Sainte-Monique à Carthage. 1975, 413 p. 40 € [0436-X]
- 28/4. Hanoune, R. Recherches archéologiques à Bulla Regia. IV. Les mosaïques. 1. 1980, 116 p. 30 € [0005-4]
31. Informatique et histoire médiévale. Actes du colloque de Rome (20-22 mai 1975). 1977, 436 p., 2 dépl. 43 € [0443-2]
- 37/2. Les « dévaluations » à Rome. Époque républicaine et impériale. 2. [Actes du colloque de] Gdansk. (19-21 octobre 1978). 1980, vi, 294 p. 30 € [0450-5]
50. Fabre, G. Libertus. Recherches sur les rapports patron-affranchi à la fin de la République romaine. 1981, 427 p. 60 € [0016-X]
52. Les fondations nationales dans la Rome pontificale. [Actes du colloque de Rome (16-19 mai 1978).] 1981, 406 p. 60 € [0026-7]
- 54/2. Opinion publique et politique extérieure en Europe. II. 1915-1940. Actes du colloque de Rome (16-20 février 1981). 1984, 447 p. 40 € [0096-8]

- 54/3. Opinion publique et politique extérieure en Europe. III. 1940-1981. Actes du colloque de Rome (17-20 février 1982). 1985, 314 p. 40 € [0102-6]
55. L'art décoratif à Rome à la fin de la République et au début du principat. Actes de la table ronde (Rome, 10-11 mai 1979). 1981, 373 p. 40 € [0033-X]
62. Ennabli, L. Les inscriptions funéraires chrétiennes de Carthage. II. La basilique de Mcdifa. 1982, viii, 386 p. 40 € [0042-9]
- 75/3. Duval, N.; Popović V. (dir.) Caričin Grad. III, L'acropole et ses monuments (cathédrale, baptistère et bâtiments annexes). 646 p., ill. coul. et n/b, 6 dépl. 168 € [0736-4]
83. Hinard, F. Les proscriptions de la Rome républicaine. 1985, vi, 605 p. 50 € [0094-1]
86. Heuzé, P. L'image du corps dans l'œuvre de Virgile. 1985, viii, 675 p. 50 € [0097-6]
87. Virlouvet, C. Famines et émeutes à Rome des origines de la République à la mort de Néron. 1985, viii, 137 p. 18 € [0111-5]
90. Le modèle familial européen. Normes, déviations, contrôle du pouvoir. Actes des séminaires organisés par l'École française de Rome et l'Università di Roma (1984). 1986, vi, 334 p. 40 € [0123-9]
102. Chaisemartin, N. de. Les sculptures romaines de Sousse et des sites environnants. 1987, viii, 170 p. 50 € [0138-7]
- 105/4. Poisson, J.-M. (dir.) Castrum 4. Frontière et peuplement dans le monde méditerranéen au Moyen Âge. Acte du colloque d'Erice (18-25 septembre 1988). 1992, 435 p. 48 € [0256-1]
- 105/5. Bazzana, A. (dir.) Castrum 5. Archéologie des espaces agraires X105/7.
- 105/8 Cressier, P. (dir.) Castrum 8.. Le chateau et la ville. Espaces et réseaux (VI^e-XIII^es.). 2008, 343 p. ill. n/b 43 € [978-84-96820-23-4]
114. Amphores romaines et histoire économique : dix ans de recherche. Actes du colloque (Sienne. 22-24 mai 1986). 1989, vi, 668 p. 141 € [0180-8]
116. Duval, P.-M. Travaux sur la Gaule (1946-1986) [recueil d'articles]. 1989, 2 vol., xviii, 1272 p., dépl. 80 € [0167-0]

118. Dubourdieu, A. Les origines et le développement du culte des Pénates à Rome. 1989, xii, 566 p. 50 € [0162-X]
123. Actes du XI^e Congrès international d'archéologie chrétienne. Lyon, Vienne, Grenoble, Genève et Aoste (21-28 septembre 1986). 1989, cxxviii, 2918 p., 7 dépl. 100 € [0194-8]
134. L'Afrique dans l'Occident romain (I^{er} siècle av. J.-C.-IV^e siècle ap. J.-C.). Actes du colloque de Rome (3-5 décembre 1987). 1990, 605 p. 95 € [0183-2]
139. Briquel, D. L'origine lydienne des Étrusques. Histoire de la doctrine dans l'Antiquité. 1990, x, 577 p. 50 € [0211-1]
151. Ennabli, L. Les inscriptions funéraires chrétiennes de Carthage. III. Carthage intra et extra muros. 1991, viii, 399 p., dépl. 40 € [0202-2] 152. Taviani-Carozzi, H. La principauté lombarde de Salerne (IXe-XIe siècle). 1992, 2 vol., lxxviii, 1205 p., 6 pl. dépl. 80 € [0238-3]
157. Schmitt-Pantel, P. La cité au banquet. Histoire des repas publics des cités grecques. 1992, viii, 587 p. 50 € [0234-0]
159. Christol, M. ; Demougin, S. ; Duval, Y. ; Lepelley, C. ; Pietri, L. (dir.) Institutions, société et vie politique dans l'empire romain au IV^e siècle après J.-C. Actes de la table ronde autour de l'œuvre d'André Chastagnol (Paris, 20-21 janvier 1989). 1992, 518 p. 40 € [0253-7]
160. Gozlan, S. La maison du triomphe de Neptune à Acholla (Botria, Tunisie). I. Les mosaïques. 1992, 309 p. 100 € [0222-7]
161. La langue latine langue de la philosophie. Actes de la table ronde de Rome (17-19 mai 1990). 1992, 364 p. 40 € [0243-X]
172. Spectacles sportifs et scéniques dans le monde étrusco-italique. Actes de la table ronde de Rome (3-4 mai 1991). 1993, 478 p. 40 € [0273-1]
173. Moatti, Cl. Archives et partage de la terre dans le monde romain (IIe siècle av.-Ier s. J.-C.). 1993, 175 p. 20 € [0269-3]
175. Caillet, J.-P. L'évergétisme monumental chrétien en Italie et à ses marges d'après l'épigraphie des pavements de mosaïque (IVe-VIIe siècle). 1993, 819 p., 64 pl. 50 € [0286-3]
176. Boëls-Janssen, N. La vie religieuse des matrones dans la Rome archaïque. 1993, x, 514 p. 50 € [0282-0]

177. Delplace, C. La romanisation du Picenum : l'exemple d'Urbs Salvia. 1993, 414 p. 40 € [0279-0]
182. Deniaux, É. Clientèles et pouvoir à l'époque de Cicéron. 1993, 630 p. 50 € [0280-4]
185. Sotinel, C. Rhétorique de la faute et pastorale de la réconciliation dans la Lettre apologétique contre Jean de Ravenne. Un texte inédit de la fin du VI^e siècle. 1994, x, 155 p. 25 € [0301-0]
191. Gaggadis-Robin, V. Jason et Médée sur les sarcophages d'époque impériale. 1994, 220 p., 18 pl. 30 € [0303-7]
192. Le projet de Vitruve. Objet, destinataires et réception du *De architectura*. Actes du colloque de Rome (26-27 mars 1992). 1994, 251 p. 37 € [0305-3]
- 194/4 Gauthier, N. ; Marin, E.; Prévot, F. (éd.) Salona IV. Inscriptions de Salone chrétienne, IV^e-VII^e siècles. 2010, 2 vol. (1363 p.), ill. n/b 310 € [0847-7]
198. L'Italie d'Auguste à Dioclétien. Actes du colloque de Rome (25-28 mars 1992). 1994, 448 p. 40 € [0311-8]
208. Les Grecs et l'Occident. Actes du colloque de la villa « Kérylos » (24-25 octobre 1991). 1995, 159 p. 37 € [0340-1]
210. Zaccaria Ruggiu, A. Spazio privato e spazio pubblico nella città romana. 1995, 608 p. 70 € [0349-5]
211. Loreto, L. La grande insurrezione libica contro Cartagine del 242-237 a. C. Una storia politica e militare. 1995, 240 p. 46 € [0350-9]
213. Vauchez, A. (dir.) La religion civique à l'époque médiévale et moderne (chrétienté et islam). Actes du colloque de Nanterre (21-23 juin 1993). 1995, 573 p., 10 pl. 73 € [0339-8]
214. Ferrary, J.-L. Onofrio Panvinio et les antiquités romaines. 1996, xii, 252 p., 12 pl. 34 € [0352-5]
215. Les élites municipales de l'Italie péninsulaire des Gracques à Néron. Actes de la table ronde de Clermont-Ferrand (28-30 novembre 1991). 1996, 295 p., 2 dépl. 36 € [0355-X]
216. Martin, A. Athanase d'Alexandrie et l'Église d'Égypte au IV^e siècle (328-373). 1996, 928 p. 108 € [0353-3]

218. Vallet, G. Le monde grec colonial d'Italie du Sud et de Sicile [recueil d'articles]. 1996, xxviii, 554 p. 84 € [0356-8]
219. Delumeau, J. P. Arezzo et son Contado du VIIIe au début du XIIIe siècle. 1996, 2 vol., 1455 p., 11 pl., 7 dépl. 136 € [0342-8]
222. Guillou, A. Recueil des inscriptions grecques médiévales d'Italie. 1996, xii, 259 p., 108 pl. 99 € [0364-9]
226. Bourin, M. ; Martin, J.-M. ; Menant, F. (dir.) L'anthroponymie document de l'histoire sociale des mondes méditerranéens médiévaux. Actes du colloque de Rome (6-8 octobre 1994). 1996, 504 p. 67 € [0361-4]
227. Hurllet, F. Les collègues du prince sous Auguste et Tibère. De la légalité républicaine à la légitimité dynastique. 1997, 694 p. 85 € [0372-X]
228. Massa-Pairault, F.-H. (dir.) Marzabotto. Recherches sur l'insula V,3. 1997, x, 258 p., 4 dépl. 113 € [0373-8]
230. La Rome impériale. Démographie et logistique. Actes de la table ronde de Rome (25 mars 1994). 1997, 233 p. 37 € [0370-3]
- 158 232. « Rerum novarum ». Écriture, contenu et réception d'une encyclique. Actes du colloque de Rome (18-20 avril 1991). 1997, 713 p. 87 € [0378-9]
235. Bruhns, H. ; David, J.-M. ; Nippel, W. (dir.) Die späte römische Republik. La fin de la République romaine. Un débat franco-allemand d'histoire et d'historiographie. 1997, 282 p. 35 € [0389-4]
242. Picard, J.-C. Évêques, saints et cités en Italie et en Gaule. Études d'archéologie et d'histoire. 1998, xi, 493 p. 55 € [0537-4]
243. La mémoire perdue. Recherches sur l'administration romaine. 1998, 444 p. 59 € [0393-2]
244. L'Italie méridionale et les premières expériences de la peinture hellénistique. Actes de la table ronde de Rome (18 février 1994). 1998, 257 p. 52 € [0535-8]
245. L'État angevin. Pouvoir, culture et société entre XIII^e et XIV^e siècle. Actes du colloque international (Rome-Naples, 7-11 novembre 1995). 1998, 726 p. 80 € [0376-2]

251. La colonisation grecque en Méditerranée occidentale. Actes de la rencontre scientifique en hommage à Georges Vallet G. (Rome-Naples, 15-18 novembre 1995). 1999, 446 p. 69 € [0527-7]
253. Massa-Pairault, F.-H. (dir.) Le mythe grec dans l'Italie antique. Fonction et image. Actes du colloque de Rome (14-16 novembre 1996). 1999, 670 p. 91 € [0533-1]
256. Il capitolo delle entrate nelle finanze municipali in Occidente ed in Oriente. Actes de la X^e Rencontre franco-italienne sur l'épigraphie du monde romain (Rome, 27-29 mai 1996). 1999, 344 p. 72 € [0540-4]
257. Demougin, S. ; Devijver, H. ; Raepsaet-Charlier, M.-T. (dir.) L'ordre équestre. Histoire d'une aristocratie (I^{er} siècle av. J.-C. - III^e siècle ap. J.-C.). Actes du colloque de Bruxelles-Leuven (octobre 1995). 1999, 694 p. 88 € [0445-9]
260. Sciences et religions. De Copernic à Galilée (1540-1610). Actes du colloque de Rome (déc. 1996). 1999, 550 p. 75 € [0545-5]
261. Nicolet, C. ; Ilbert, R. ; Depaule, J.-C. (dir.) Mégapoles méditerranéennes. Géographie urbaine rétrospective. Actes du colloque de Rome (mai 1996). 1999, 1072 p., ill. 37 € [0617-6]
265. Le Blévec, D. La part du pauvre. L'assistance dans les pays du Bas-Rhône du XII^e siècle au milieu du XV^e siècle. 2000, 2 vol., 950 p., 4 pl. 72 € [0564-1]
269. Carcin, J.-C. (dir.) Grandes villes méditerranéennes du monde musulman médiéval. 2000, 326 p. 12 pl. 28 € [0571-1]
270. Elm, S. ; Rebillard, É. ; Romano, A. (dir.) Orthodoxie, christianisme, histoire. 2000, 404 p., 20 pl. 50 € [0591-9]
271. Cébeillac-Gervasoni, M. (dir.) Les élites municipales de l'Italie péninsulaire de la mort de César à la mort de Domitien. 2000, 530 p. 67 € [0573-0]
273. Vauchez, A. (dir.) Lieux sacrés, lieux de culte, sanctuaires. 2000, 473 p. 52 € [0602-8]
276. Verger, S. (dir.) Rites et espaces en pays celte et méditerranéen. Étude comparée à partir du village d'Acy-Romance (Ardennes, France). 2000, 361 p. 67 € [0601-X]

278. France, J. *Quadragesima Galliarum. L'organisation douanière des provinces alpestres, gauloises et germaniques de l'Empire romain (Ier siècle av. J.-C. - IIIe siècle ap. J.-C.)*. 2001, 501 p. 66 € [0605-2]
279. Jansen, P. *Démographie et société dans les Marches à la fin du Moyen Âge. Macerata aux XVIe et XVe siècles*. 2001, 758 p. 54 € [0560-9]
281. Pailler J.-M. (dir.) *Tolosa. Nouvelles recherches sur Toulouse et son territoire dans l'Antiquité*. 2002, 601 p., 2 pl. 59,45 € [0641-9]
283. Saxer, V. *Sainte-Marie-Majeure. Une basilique de Rome dans l'histoire de la ville et de son église*. 2001, 723 p. 81 € [0563-3]
286. Hermon, E. *Habiter et partager les terres avant les Gracques*. 2001, 357 p., ill. 45 € [1619-2]
289. Jolivet, J.-C. *Allusion et Fiction Epistolaire Dans Les Heroïdes. Recherches Sur L'intertextualite Ovidienne*. 2001, 358 P.
295. Bougard, F. ; Feller, L. ; Le Jan, R. (Dir.) *Dots et Douaires Dans Le Haut Moyen Âge*. 2002, 602 P. 59 € [0657-5]
- 160 296. Boisseuil, D. *Le Thermalisme en Toscane a la Fin Du Moyen Âge : Les Bains Siennois de la Fin du Xiiiie Siecle au Debut du Xvie Siecle*. 2002 534 P., ill. 59 € [0574-9]
297. Andreau, J. ; Virlouvét, C. (dir.), *L'information et la mer dans le monde antique*. 2002, 358 p. 39 € [0649-4]
298. Pittia S. (dir.) *Fragments d'historiens grecs : autour de Denys d'Halicarnasse*. 2002, 591 p. 98 € [0663-X]
299. Tarpin, M. *Vici et pagi dans l'Occident romain*. 2002, 487 p. 62 € [0582-X]
301. Flamarion, É. *Théâtre jésuite néo-latin et antiquité : sur le Brutus de Charles Porée (1708)*. 2002, 530 p. 53 € [0600-1]
302. Crouzet-Pavan, É. (dir.) *Pouvoir et édilité. Les grands chantiers dans l'Italie communale et seigneuriale*. 2003, 498 p. 53 € [0633-8]
303. Naas, V. *Le projet encyclopédique de Pline l'Ancien*. 2002, 508 p. 56 € [0616-8]
305. Rodríguez-Almeida, E. *Formae Urbis antiquae : le mappe marmoree di Roma tra la Repubblica e Settimio Severo*. 2002, 79 p., 9 pl., 3 dépl. 23 € [0557-9]

306. Brice, C. ; Miccoli, G. (dir.) Les racines chrétiennes de l'antisémitisme politique (fin XIXe-XXe siècle). 2003, 392 p. 39 € [0668-0]
- X307. Rizzo, G. Instrumenta Urbis I. Ceramiche fini da mensa, lucerne ed anfore a Roma nei primi due secoli dell'impero. 2003, 249 p., ill., 4 pl. 52 € [0658-3]
308. Wolff, C. Les brigands en Orient sous le Haut-Empire romain. 2003, 296 p. 32 € [0650-8]
310. Millet, H. (dir.) Suppliques et requêtes : le gouvernement par la grâce en Occident. (XIIe-XVe siècle). 2003, 435 p., 6 pl. 45 € [0635-4]
311. Pergola P. ; Santangeli Valenzani ; Volpe, R. (dir.) Suburbium. Il suburbio di Roma dalla crisi del sistema delle ville a Gregorio Magno. 2003, x + 761 p., 1 dépl., ill. n/b, 1 CD rom 93 € [0671-0]
313. Vauchez A. (dir.), Ermites de France et d'Italie (XIe-XVe siècle). 2003, 522 p., ill. 53 € [0659-1]
316. Bouet, P. ; Otranto, G. ; Vauchez, A. (dir.) Culte et pèlerinages à saint Michel en Occident : les trois monts dédiés à l'archange. 2003, 670 p. 64 € [0670-2]
317. Tosti, M. (dir.) Santuari cristiani d'Italia : committenze e fruizione tra Medioevo e età moderna. 2003, 398 p. 25 € [0705-9]
318. Poncet, O. Les entreprises éditoriales liées aux Archives du Saint-Siège : histoire et bibliographie (1880-2000). 2003, 433 p. 42 € [0667-2]
320. Bouet, A. Les thermes privés et publics en Gaule Narbonnaise. 2003, 2 vol., 416+381 p., ill. n/b, 18 pl. 161 € [0580-3]
325. Arnoux, M. ; Monnet, P. (dir.) Le technicien dans la cité en Europe occidentale, 1250-1650. 2004, 413 p. 16 pl. n/b 45 € [0669-9]
328. Agusta-Boularot, S. ; Lafon, X. (dir.) Des Ibères aux Vénètes. 2004, 478 p., ill. 80 € [0651-6]
329. Meiffret, L. Saint Antoine ermite en Italie (1340-1540). 2004, 360 p. 52 pl. n/b. et coul. 45 € [0631-1]
330. Gilli, P. (dir.) Humanisme et Église en Italie et en France méridionale (XVe siècle-milieu du XVIe siècle). 2004, 501 p. 47 € [0677-X]

335. Schneider, P. L'Éthiopie et l'Inde : interférences et confusions aux extrémités du monde antique (VIIIe siècle avant J.-C.-VIe siècle après J.-C.). 2004, 576 p., ill. 63 € [0337-1]
340. Klaniczay, G. (dir.) Procès de canonisation au Moyen Âge. Aspects juridiques et religieux = Medieval canonization processes. Legal and religious aspects. 2004, 392 p., 16 pl. n/b 48 € [0723-7]
341. Moatti, Cl. (dir.) La mobilité des personnes en Méditerranée de l'Antiquité à l'époque moderne. Procédures de contrôle et documents d'identifications. 2004, 745 p., 8 pl. n/b 86 € [0692-3].
344. Broise, H. ; Jolivet, V. Musarna 2. Les bains hellénistiques. 2004, viii, 374 p., ill. n/b et 6 pl. coul. 90 € [0672-9]
352. Morlier, H. (dir.) La mosaïque gréco-romaine IX. 2005, 2 vol., 1398 p., ill. n/b et coul. 190 € [0727-X]
353. Stefan, A. S. Les guerres daciques de Domitien et de Trajan : architecture militaire, topographie, images et histoire. 2005, 811 p., ill. n/b. 160 € [0638-9]
357. Barthélemy, D. ; Bougard, Fr. ; Le Jan, R. (dir.) La vengeance, 400-1200. 2006, 526 p., 61 € [0751-2]
359. Carocci, S. (dir.) La nobiltà romana nel medioevo. 2006, 295 p., ill., 8 pl. n/b € [0636-2]
360. Berlan-Bajard, A. Les spectacles aquatiques romains. 2006, 598 p., ill. n/b 82 € [0719-9]
361. Callu, J.-P. Culture profane et critique des sources de l'Antiquité tardive : trente et une études de 1974 à 2003. 2006, 768 p. 108 € [0738-5]
363. Jacob, A. ; Martin, J.-M. ; Noyé, G. (dir.) Histoire et culture dans l'Italie byzantine : acquis et nouvelles recherches. 2006, 684 p., ill., 46 pl. 99 € [0741-5]
366. Gros, P. Vitruve et la tradition des traités d'architecture : fabrica et ratiocinatio. Recueil d'études. 2006, 491 p., ill. n/b 93 € [0665-6]
367. Tran. N. Les membres des associations romaines : le rang social des collegiati en Italie et en Gaules, sous le Haut-Empire. 2006, 577 p. 60 € [0556-0]

369. Ghilardi, M. ; Goddard, J.-C. ; Porena, P. (dir.) Les cités de l'Italie tardo-antique (IVe-VIe siècle) : institutions, économie, société, culture et religion. 2006, 390 p., ill. n/b 73 € [0770-9]
371. Massa Pairault, F.-H. (dir.), L'image antique et son interprétation. 2006, 358 p., ill. n/b 85 € [0773-3]
373. Ditchfield, P. La culture matérielle médiévale : l'Italie méridionale byzantine et normande. 2007, 753 p., 36 pl. n/b, 92 € [0759-3]
374. Bocquet, D. ; Fettah, S. (dir.) Réseaux techniques et conflits de pouvoir : les dynamiques historiques des villes contemporaines. 2007, 328 p. 38 € [0776-0]
382. Galinier, M. La colonne Trajane et les forums impériaux. 2007. 303 p., ill. et 81 pl. n/b 77 € [0757-9]
383. Guérin-Beauvois, M. ; Martin, J.-M. Bains curatifs et bains hygiéniques en Italie de l'antiquité au Moyen Âge. 2007, 428 p., ill. et 71 n/b 65 € [0782-1]
387. Vauchez, A. (dir.), I santuari cristiani d'Italia : bilancio del censimento e proposte interpretative. 2007, 376 p. 45 € [0784-5]
392. Bastien, J.-L. Le triomphe romain et son utilisation politique à Rome aux trois derniers siècles de la République. 2007, 482 p., ill. n/b 62 € [0783-8]
405. Gioanni, S.; Grévin, B. (dir.) L'Antiquité tardive dans les collections médiévales : textes et représentations VIe-XIVe siècle. 2008, 374 p. 49 € [0822-4]
412. Crogiez, S. ; Huck, O. ; Jaillette, P. (dir.) Le code Théodosien : diversité des approches et nouvelles perspectives. 2009, 306 p., 2 pl. 40 € [0825-5]
414. Virlovet, C. La plèbe frumentaire dans les témoignages épigraphiques : essai d'histoire sociale et administrative du peuple de Rome antique. 2009, 300 p., ill. n/b 45 € [0841-5]
420. Peters-Custot, A. Les Grecs de l'Italie méridionale post-byzantine (IXe-XIVe siècle) : une acculturation en douceur. 2009, 739 p. 84 € [0854-5]
423. Trottman, C. (dir.) Vie active et vie contemplative au Moyen Âge et au seuil de la Renaissance. 2009, 597 p. 72 € [0857-6]
428. Rebillard, É.; Sotinel, Cl. (dir.) Les frontières du profane dans l'Antiquité tardive. 2010, 372 p. 50 € [0867-5]

429. Barral i Altet, X. Le décor du pavement au Moyen Âge : les mosaïques de France et d'Italie. 2010, 433 p., pl. n/b et coul. 162 € [0836-1]
430. Lacam, J.-Cl. Variations rituelles : les pratiques religieuses en Italie centrale et méridionale au temps de la deuxième Guerre Punique. 2010, 400 p., ill. n/b, 7 pl. coul. et n/b 63 € [0828-6]
432. Brodbeck, S. Les saints de la Cathédrale de Monreale en Sicile : iconographie, hagiographie et pouvoir royal à la fin du XIIe siècle. 2010, 772 p., ill. n/b et coul. 77 € [0864-4]
436. Carocci, S. (dir.) La mobilità sociale nel medioevo. 2010, 620 p. 70 € [0888-0]
442. Simon, M. Le rivage grec de l'Italie romaine : la Grande Grèce dans l'historiographie augustéenne. 2011, 527 p., 80 € [0855-2]
443. Benzina Ben Abdallah, Z.; Ladjimi Sebaï, L. Catalogue des inscriptions latines païennes inédites du Musée de Carthage. 2011, 400 p., ill. n/b, 98 € [0876-7]
453. Levillain, Ph. (dir.) Rome, l'unique objet de mon ressentiment : regards critiques sur la papauté. 2011, 394 p., pl. n/b et coul. 45 € [0917-7]
458. Rivière, Y. (dir.) Des réformes augustéennes. 2012, 298 p., ill., 40 € [0930-6]
460. Blaudeau, Ph. Le siège de Rome et l'Orient (448-536) : étude géo-ecclésiologique. 2012, 419 p. 60 € [0939-9]
461. Martin, J.-M.; Peters-Custot, A.; Prigent, V. (dir.) L'héritage byzantin en Italie (VIIIe-XIIe siècle). II, Les cadres juridiques et sociaux et les institutions publiques. 2012, 729 p., ill. n/b et pl. coul. 90 € [0941-2]
462. Rey, S. Écrire l'histoire ancienne à l'École française de Rome (1873-1940). 2012, 489 p. 60 € [0932-0]
465. Duthoy, F. Sculpteurs et commanditaires au IIe siècle après J.-C. : Rome et Tivoli. 2012, 198 p., 82 pl. n/b 68 € [0928-3]
468. Van Andringa, W. et al. Mourir à Pompéi : fouille d'un quartier funéraire de la nécropole romaine de Porta Nocera (2003-2007). 201, 2 vol. (1451 p.), ill., pl., dépl. n/b et coul. 540 € [0913-9]
479. Jacotot, M. Questions d'honneur: les notions d'honos, honestum et honestas dans la République romaine antique. 2013, 818 p. 45 € [0961-0].

X480. Napoli, P. (dir.) Aux origines des cultures juridiques européennes : Yan Thomas entre droit et sciences sociales. 2013, 276 p., € 25 [0992-4].

BIBLIOTHÈQUE DES ÉCOLES FRANÇAISES D'ATHÈNES ET DE ROME (BEFAR)

238. Combet-Farnoux, B. Mercure romain. Le culte public de Mercure et la fonction mercantile à Rome de la République archaïque à l'époque augustéenne. 1980, ix, 528 p. 52 € [0469-6]

251. Gourevitch, D. Le triangle hippocratique dans le monde gréco-romain : le malade, sa maladie et son médecin. 1984, 569 p. 77 € [0064-X]

252. Briquel, D. Les Pélasges en Italie. Recherches sur l'histoire de la légende. 1984, lii, 657 p. 86 € [0078-X]

255. Gascou, J. Suétone historien. 1984, xvi, 874 p. 89 € [0085-2]

256. Thuillier, J.-P. Les jeux athlétiques dans la civilisation étrusque. 1985, 755 p. 89 € [0086-0]

259/2. Delille, G. Le maire et le prieur. Pouvoir central et pouvoir local en Méditerranée occidentale (XVe-XVIIIe siècle). 2003, 423 p. 40 € [0685-0]

270. Pailler, J.-M. Bacchanalia. La répression de 186 av. J.-C. à Rome et en Italie : vestiges, images, tradition. 1988, vii, 865 p., 6 pl. 100 € [0161-1]

272. Lavagne, H. Operosa antra. Recherches sur la grotte à Rome de Sylla à Hadrien. 1988, x, 752 p., 8 pl. 100 € [0153-0]

277. David, J.-M. Le patronat judiciaire au dernier siècle de la République romaine. 1992, xxii, 953 p., 4 pl. 108 € [0237-5]

283. Rebillard, É. In hora mortis. Évolution de la pastorale de la mort aux IVe et Ve siècles dans l'Occident latin. 1994, xii, 271 p. 27 € [0316-9]

288. Capdeville, G. Vulcanus. Recherches comparatistes sur les origines du culte de Vulcain. 1995, x, 524 p., 8 pl. 72 € [0272-3]

291. Bougard, F. La justice dans le royaume d'Italie De la fin du VIIIe siècle au début du XIe siècle. 1995. 1995, vi, 506 p., 4 pl. 61 € [0325-8]

165

294. Coriat, J.-P. Le prince législateur. La technique législative des Sévères et les méthodes de création du droit impérial à la fin du Principat. 1997, xvi, 772 p. 127 € [0374-6]
299. Cébeillac-Gervasoni, M. Les magistrats des cités italiennes. De la seconde Guerre Punique à Auguste : le Latium et la Campanie. 1998, xi, 310 p. 53 € [0525-0]
301. Brice, C. Monumentalité publique et politique à Rome. Le Vittoriano. 1998, xii, 634 p., dépl. 76 € [0523-4]
303. Royo, M. Domus imperatoria. Topographie, formation et imaginaire des palais impériaux du Palatin. 1999, 436 p. 16 pl. 73 € [0543-9]
305. Caby, C. De l'érémitisme rural au monachisme urbain. Les Camaldules en Italie à la fin du Moyen Âge. 1999, 885 p. 8 pl. 91 € [0581-1]
306. Romano, A. La Contre-Réforme mathématique. Constitution et diffusion d'une culture mathématique jésuite. 1999, xii, 681 p. 81 € [0568-4]
307. Lafon, X. Villa maritima. Recherches sur les villas littorales de l'Italie romaine. 2001, 528 p., pl. 99 € [0618-4]
311. Rivière, Y., Les délateurs sous l'Empire romain, 2002, 578 p., 59 € [0559-5]
313. Cogitore, I. La légitimité dynastique d'Auguste à Néron à l'épreuve des conspirations, 2002, 298 p., 44 € [0652-4]
314. Modéran, Y. Les Maures et l'Afrique romaine (IVe-VIIe siècle). 2003, 900 p., 95 € [0640-0]
320. Lubtchansky, N. Le cavalier tyrrhénien : représentations équestres dans l'Italie archaïque. 2005, 345 p., ill. n/b et coul. 70 € [0720-2]
321. Mercuri, L. Eubéens en Calabre à l'époque archaïque : formes de contacts et d'implantation. 2004, 327 p., ill., 9 pl. coul. 90 € [0698-2]
322. Humm, M., Appius Claudius Caecus. La République accomplie. 2005, 779 p., 10 pl. n/b 112 € [0682-6]
324. Sotinel, Cl. Identité civique et Christianisme. Aquilée du IIIe au VIe siècle. 2005, 460 p., ill., 2 pl. n/b 48 € [0735-0]
327. Blaudeau, P. Alexandrie et Constantinople (451-491) : de l'histoire à la géo-ecclésiologie. 2006, 810 p. 88 € [0755-5]

333. Nicoud, M. Les régimes de santé au Moyen Âge : naissance et diffusion d'une écriture médicale en Italie et en France (XIIIe-XVe siècle). 2007, 2 vol., 1112 p., 4 pl. coul., [0801-9, € 129,00
336. Grandazzi, A. Alba Longa, histoire d'une légende : recherches sur l'archéologie, la religion, les traditions de l'ancien Latium. 2008, 2 vol., 988 p., 28 pl. n/b et coul. 124 € [0412-7]
337. Van Andringa, W. Quotidien des Dieux et des hommes : la vie religieuse dans les cités du Vésuve à l'époque romaine. 2009, 404 p., ill. n/b et coul. 87 € [0843-9]
339. Grévin, B. Rhétorique du pouvoir médiéval : les Lettres de Pierre de La Vigne et la formation du langage politique européen (XIIIe-XVe siècle). 2008, 1023 p. 123 € [0808-2]
340. De Franceschi, S. H. La crise théologico-politique du premier âge baroque : antiromanisme doctrinal, pouvoir pastoral et raison du prince : le Saint-Siège face au prisme français (1607-1627). 2009, 978 p. 64 € [0842-2]
342. Jolivet, V. Tristes portiques. Sur le plan canonique de la maison étrusque et romaine des origines au principat d'Auguste (VIe-Ier siècle av. J.-C.). 2011, 343 p., ill. n/b et coul. 100 € [0875-0]
343. Dubouloz, J. La propriété immobilière à Rome et en Italie (Ier-Ve siècle) : organisation et transmission des 'praedia urbana'. 2010, 735 p. 96 € [0877-4]
344. Monteix, N. Les lieux de métier : boutiques et ateliers d'Herculanum. 2010, 478 p., ill. n/b et coul., 9 dépl. 75 € [0891-0]
348. Vesperini, P. La philosophia et ses pratiques d'Ennius à Cicéron. 2013, 616 p. 50 € [0938-2] <http://www.publications.efrome.it/opencms/opencms/addCart.jsp?id=2243f4fc-5b01-11e2-8941-000c291eeace>
350. Bourdin, S. Les peuples de l'Italie préromaine : identités, territoires et relations inter-ethniques en Italie centrale et septentrionale (VIIIe-Ier s. av. J.-C.). 2012, 1201 p., 28 pl., 99 € [0907-8]
351. Dessales, H. Le partage de l'eau : fontaines et distribution hydraulique dans
352. Pouzadoux, Cl. Éloge d'un prince daunien : mythes et images en Italie.

CATALOGUES D'EXPOSITION

- Roma antiqua. «Envois» degli architetti francesi (1788-1924). L'area archeologica centrale. [Paris-Rome, 1985.] 1985, xxxvi, 371 p. 44 € [0100-X]
- Roma antiqua. Envois des architectes français (1788-1824). Forum, Colisée, Palatin. [Paris-Rome, 1985.] 1985, xxxvi, 371 p. 44 € [0101-8]
- Pompei e gli architetti francesi dell'Ottocento. [Paris-Naples, 1981]. 1981, xxviii, 375 p. 44 € [0518-8]
- Pompéi. Travaux et envois des architectes français du XIX^e siècle. [Paris-Naples, 1981]. 1981. [0517-X]

SOURCES ET DOCUMENTS D'HISTOIRE DU MOYEN ÂGE

2. Shatzmiller, J. Justice et injustice au début du XIV^e siècle. L'enquête sur l'archevêque d'Aix et sa renonciation en 1318. 1999, x, 302 p. 49 € [0569-2]
3. Bériou N. (éd.) et al., Les sermons et la visite pastorale de Federico Visconti archevêque de Pise (1253-1277). 2001, 1187 p. 180 € [0548-X]
5. Martin, J.-M., Cuozzo, E. et al. (éd.) Regesti dell'Italia meridionale 570-899. 2002. 849 p. 103 € [0660-5]
6. Boureau, A. Le pape et les sorciers. Une consultation de Jean XXII sur la magie en 1320 (Manuscrit B.A.V. Borghese 348). 2004, liii, 145 p. 24 € [0695-8]
7. Martin, J.-M. Guerre, accords et frontières en Italie méridionale pendant le haut Moyen Âge. Pacta de Liburia, Divisio principatus beneventani et autres actes. 2005, 257 p. 31 € [0674-5]
8. Jean de Roquetaillade, Liber ostensor quod adesse festinant tempora: édition critique sous la dir. d'A. Vauchez, par Cl. Thévenaz Modestin et Ch. Morerod-Fattebert. 2005, 1042 p., 112 € [0679-6]
9. Morelli, S. (éd.) Le carte di Léon Cadier alla Bibliothèque nationale de France: contributo alla ricostruzione della Cancelleria angioina. 2005, 283 p. 36 € [0702-4]

«AMADORES IN SITU – O MUNDO ANTIGO VISTO POR AQUELES QUE O AMAM», RUÍNAS ROMANAS DE MILREU, ESTOI – FARO, 7 DE ABRIL – 3 DE JUNHO DE 2016.

ADRIANA FREIRA NOGUEIRA
CENTRO DE ESTUDOS CLÁSSICOS E HUMANÍSTICOS
UNIVERSIDADE DO ALGARVE
anogueir@ualg.pt
ORCID.ORG/0000-0002-5709-6870

169

PAULA BARATA DIAS
CECH - UNIVERSIDADE DE COIMBRA
pabadias@hotmail.com
ORCID.ORG/0000-0002-4730-914X

«*Amatores in situ*. O mundo antigo visto por aqueles que o amam» é um ciclo de palestras promovido pelo Departamento de Artes e Humanidades (DAH) da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Universidade do Algarve, sob proposta e coordenação da Professora Doutora Adriana Nogueira, e que conta atualmente com o apoio da Direção Regional de Cultura do Algarve e da Associação Portuguesa de Estudos Clássicos (APEC). Adriana Freire Nogueira é membro do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra e associada da APEC.

As palestras concentram-se nos temas do Mundo Antigo através da Literatura, Arte, Filosofia e Antropologia e a sua ligação orgânica e contribuição para o mundo em que vivemos hoje, numa atividade académica de extensão à comunidade de divulgação científica e cultural.

Antes de passarmos ao programa de 2016, apresentamos aqui uma memória descritiva destes encontros que se realizam anualmente nas ruínas romanas de Milreu, em datas que, naturalmente, variam, mas sempre às 18h, pois cremos que muitos dos leitores do BEC não conhecem esta atividade.

Em 2013, foi feita uma primeira proposta deste ciclo de palestras, com o objetivo de divulgar os estudos clássicos na comunidade. Dada a proximidade da universidade com o Monumento de Milreu, pretendia-se que funcionasse naquele espaço (que fosse, portanto, *in situ*), com alguns propósitos específicos, entre os quais:

- dinamizar o conhecimento do mundo antigo no próprio espaço arqueológico, de maneira a haver uma aproximação do “dito/ouvido” ao “visto”;
- aproximar o sítio arqueológico de Milreu da população académica e de todos os que vivem e/ou visitam o Algarve, com o intuito de o tornar familiar e fazer dos participantes futuros visitantes, deste e de outros locais do género existentes na região, bem como dos cursos e saberes da Universidade do Algarve;
- incluir a participações de pessoas fora da academia, interessadas no mundo antigo, de modo a transmitir a ideia, explícita no título, de «amadores».

Nesse ano de 2013, houve seis palestras, uma por mês, ao longo de 6 meses, interrompidos pelo verão. Do programa constava os títulos e uma pequena biografia da responsabilidade dos participantes, mas não foram fornecidos resumos:

19 de abril – Adriana Freire Nogueira: «Amores, aventuras, crenças e quotidianos – o mundo grego na época dos romanos». Adriana Nogueira é professora na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve. Doutorou-se em Literatura e Cultura Clássicas e foi sempre, desde que se lembra, uma apaixonada pelo mundo antigo (especialmente o grego, confessa), gostando de encontrar pontos de contacto entre este e o mundo contemporâneo.

17 de maio – Gisela Neto: «Caio Júlio César: um homem extraordinário». Médica, especialista em Cirurgia Plástica, Gisela Neto trabalha no Hospital de Faro. Apaixonou-se pela personalidade de Júlio César quando, num curso de Verão em Inglaterra, assistiu a uma peça de teatro e, desde então, nunca mais perdeu o interesse, investigou, aprofundou, e alargou-o a toda uma época.

21 de junho – Lívia Borges: «Viagem no tempo: percorrendo as vias da memória romana». Licenciada em Marketing, Lívia Borges tem desenvolvido a sua atividade profissional na Universidade do Algarve, nas áreas financeira, de gestão e académica. A História, mais particularmente a Antiguidade Clássica, sempre a fascinou, pelo que se aventurou na ficção e publicou, em 2011, o seu romance de estreia *Julia Felix - Frescos de Pompeia* (Editorial Presença).

20 de setembro – João Pedro Bernardes: «Vinho e Ostras: comer à mesa de Milreu com Columela». João Bernardes é doutorado em Arqueologia pela Universidade de Coimbra. É professor associado com agregação da Universidade do Algarve onde leciona nos cursos de licenciatura de Património Cultural e Arqueologia e ainda em vários cursos de mestrado. Tem participado e liderado em vários projetos de investigação de âmbito nacional e internacional, versando sobretudo temas de Arqueologia romana. Foi responsável por algumas escavações arqueológicas nas ruínas de Milreu.

18 de outubro – Alexandra de Brito Mariano: «Mulheres e religiosidade na Hispânia do séc. IV». Alexandra Mariano é professora na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve.

Doutorou-se em Literatura e Cultura Clássicas com um trabalho sobre um texto latino sobre o ouro, paradoxalmente escrito por um padre jesuíta. Gosta da abertura e do desafio que a mentalidade objetiva e simultaneamente universal dos clássicos lhe trazem.

15 de novembro – Ana Cristina Oliveira: «Clássicos: ainda? E sempre! – Uma abordagem da dramaturgia clássica para o ensino secundário». Ana Oliveira licenciou-se em Filosofia pela Universidade Nova de Lisboa e concluiu o mestrado em Educação Artística pela Universidade do Algarve. Tem partilhado a sua paixão pela Grécia Antiga com os seus alunos de Teatro através da adaptação de textos clássicos e respetiva encenação, como a *Antígona*, *As Nuvens* ou *As Troianas*.

Este primeiro ciclo teve uma receção excelente, tendo a Direção Regional de Cultura do Algarve mostrado vontade na continuação da parceria. Contudo, por razões logísticas, houve um interregno de dois anos até à edição seguinte, a de 2016, em que o ciclo retomou, conservando a organização do DAH da FCHS da Universidade do Algarve, continuando a coordenação a ser de Adriana Freire Nogueira, mantendo o apoio da Direção Regional de Cultura do Algarve (entidade tutelar do monumento), que o integrou no programa DiVaM (Divulgação e Valorização dos Monumentos do Algarve) e, agora, contando já com a Associação Portuguesa de Estudos Clássicos.

As palestras foram concentradas na primavera (a localização rural das ruínas e a dificuldade de acesso foram decisivas para esta decisão de evitar o outono e inverno) e os *amatores* foram apenas classicistas, incluindo docentes de outras universidades que, graciosamente, se deslocaram ao Algarve para participar, resultando no seguinte programa:

7 de abril – «A identidade feminina na Antiguidade sob o olhar de Medeia», por Ana Alexandra Alves de Sousa, professora da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, uma estreia nos *Amatores in situ*. Resumo: o mito de Medeia é o relato da feiticeira, filha do rei Aetes da

Cólquida e suas relações amorosas atribuladas, que constituem ponto de reflexão sobre a identidade feminina.

20 de abril – «Fábulas de Fedro e contos de animais da tradição oral portuguesa», por Alexandra de Brito Mariano, que regressou, este ano, com um novo tema. Resumo: o tema dos contos de animais na tradição oral portuguesa enquadra-se num estilo literário que foi introduzido por Fedro no séc. I d.C., em que o ser humano se revê no seu mundo complexo de relações sociais e com a vida através da voz dos animais. Esta herança chegou até aos nossos dias através dos contos tradicionais portugueses.

28 de abril – «A arte figurativa no Algarve romano», por João Pedro Bernardes, apoiante da iniciativa desde o primeiro momento. Resumo: irão ser analisadas as relações e as influências artísticas do Mediterrâneo Central e do Norte de África no Algarve romano, particularmente a da escola de mosaístas da Tunísia, centrado no tratamento dado às figuras humanas e de animais representadas em mosaicos e na pintura mural entre os sécs. III e V.0

5 de maio – «Mulheres em casa, mulheres fora de casa. Novas formas de protagonismo feminino no fim do mundo antigo», por Paula Barata Dias, professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e presidente da APEC, que também participou nos *Amatores in situ* pela primeira vez, e que falou sobre a época que correspondeu ao aparecimento e desenvolvimento da *villa* de Milreu. Resumo: nesta conferência serão abordadas as novas formas de ação e de protagonismo feminino proporcionadas pela cristianização da sociedade romana desde o séc. I até ao séc. IV d.C.

A sessão de 25 de maio, que seria da responsabilidade de alunos de Literatura Latina, não se realizou.

3 de junho – «Figuras femininas da Antiguidade na Literatura Portuguesa», por Adriana Freire Nogueira. Resumo: Penélope, Cassandra,

Medeia... apenas uma exploração de estereótipos ou uma forma de reconhecimento de identidade? A questão irá ser analisada atendendo à projeção da imagem feminina nos dias de hoje.

Neste dia do encerramento, a Direção Regional de Cultura do Algarve ofereceu um concerto para finalizar o ciclo, com o Quarteto de Guitarras *Concordis* (constituído por Eudoro Grade, João Venda, Rui Martins e Rui Mourinho) e um programa intitulado *Iberis*, de raiz musical ibérica, onde se combinaram diferentes linguagens artísticas e arranjos originais de músicas e compositores tão variadas como José Afonso, Carlos Paredes ou Georges Bizet.

O programa cumpriu-se sempre com grande adesão de um público de amadores dos espaços monumentais e da cultura antiga e de hoje. Torna-se também clara alguma unidade entre as conferências apresentadas no sentido do questionamento das problemáticas do feminino. O sucesso da iniciativa de 2016 augura que a mesma se repita, reforçada, em 2017.

OPERA IN FIERI 2017

ELISABETE CAÇÃO

BOLSEIRA DA FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA

CECH - UNIVERSIDADE DE COIMBRA

elisabetecacao@gmail.com

ORCID.ORG/0000-0002-5922-3765

Decorreu nos passados dias 28, 29 e 30 de Junho, a edição dos *Opera in Fieri* do ano de 2017, uma co-organização e apoio da *Origem da Comédia*, *Associação Portuguesa de Estudos Clássicos* e do *Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos*, na sala TP1 na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. O objectivo principal da iniciativa é criar um espaço de debate académico dedicado a jovens investigadores, de forma a que possam apresentar à comunidade científica as suas pesquisas em curso, na área dos Estudos Clássicos *lato sensu*.

A estrutura dos *Opera in Fieri* obedece aos padrões de rigor da comunidade científica, nomeadamente ao processo de avaliação por pares de uma Comissão Científica definida pela organização, e privilegia a discussão e o debate científicos, incluindo no seu programa espaço para um comentador específico ao trabalho apresentado e lugar para debate do público, como promotores de novas linhas de investigação. Nesta edição, a par da do ano passado, contámos não só com investigadores nacionais, mas também com um grande número de investigadores internacionais, para cuja adesão muito serviu a divulgação internacional: tradução do site *Opera in Fieri 2017* para inglês, divulgação através da *mailing list* 'Classicists' e página de Facebook 'Classics International'.

As sessões contaram com a participação dos seguintes autores: Sofia Mancini (Universidade de Gales Trinity Saint David), Rute Jesus (Universidade de Évora), Laura Bottenberg (Universidade de Heidelberg),

Marco Alampi (Universidade de Lisboa), Vasileios Balaskas (Universidade de Málaga), Samuel Agbamu (King's College), Agustín Artigas (Universidade de Munique), Eva Falaschi (Scuola Normale Superiore di Pisa), Joana Junqueira Borges (Universidade de Lisboa e Universidade Estadual Paulista), Carlos Alberto Liz (Universidade de Lisboa), Marina Mortoza (Universidade Federal de Minas Gerais), Carlos Jesus (Universidade de Coimbra e Universidade Complutense de Madrid), Athina Sarantidi (Universidade de Atenas e Universidade Paris Sourbonne), Ana Isabel Sol (Universidade de Coimbra) e Claudio Castro Filho (Universidade de Coimbra e Universidade de Granada) Os seus comentadores foram, respectivamente: Ana Lúcia Curado (Universidade do Minho), Ana Dias (Universidade Nova de Lisboa), Eva Falaschi, Diogo Ferrer (Universidade de Coimbra), Claudio Castro Filho, Catarina Martins (Universidade de Coimbra), Giuseppe Feola (Universidade de Lisboa), Carlos Jesus, Giovanna Longo (Universidade Estadual Paulista), Félix Jácome Neto (Universidade de Coimbra), Maria de Fátima Silva (Universidade de Coimbra), Frederico Lourenço (Universidade de Coimbra), José Maria Pedrosa Cardoso (Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, *in absentia*), Rodolfo Lopes (Universidade de Brasília, via Skype) e Carlos Miguel Mora (Universidade de Aveiro). Os *Opera in Fieri* são uma actividade em funcionamento desde 2010, e a sua validade científica impõe a continuação dos trabalhos, esperando por isso continuação em 2018.

ASSOCIAÇÃO CLENARDVS: PROMOÇÃO E ENSINO DA CULTURA E LÍNGUAS CLÁSSICAS

SUSANA MARTA PEREIRA

smbcpereira@hotmail.com

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO CLENARDVS

A 24 de Agosto de dois 2016, nasce a associação *CLENARDVS: Promoção e Ensino da Cultura e Línguas Clássicas*. Fundada por um grupo de professores dos vários graus de ensino, não é, contudo, uma associação só de professores, acolhendo todos aqueles que pretendam empenhar-se na revitalização da herança greco-latina na cultura e no ensino.

177

Surgindo da preocupação de contribuir para a recuperação, no nosso país, particularmente no sistema de ensino, da importância do estudo da cultura greco-latina e das línguas que a suportam, o latim e o grego, a CLENARDVS propõe-se fundamentalmente os seguintes objectivos:

- Divulgar a importância e necessidade dos Estudos Clássicos no plano da educação nacional;
- Dinamizar e aperfeiçoar o ensino da Cultura e das Línguas Clássicas;
- Desenvolver formas de apoio científico-pedagógico;
- Promover e participar em acções de formação;
- Promover e participar em encontros, seminários, conferências ou outras iniciativas culturais;
- Promover o estudo da permanência da herança greco-latina na cultura portuguesa, principalmente ao nível das influências na literatura e na arte;

- Sensibilizar o Estado e os cidadãos em geral para a necessidade de preservar na ortografia do Português as raízes etimológicas e as relações lexicais que permitem a compreensão aprofundada da língua, não só como instrumento de comunicação, mas também como meio de cultura.

Com vista à concretização de tais objectivos, a Associação está organizada em equipas de trabalho, que são a força motora da sua acção e das suas áreas de intervenção. São elas, presentemente, as seguintes:

- Implementação de Metodologias de Ensino das Línguas Clássicas
- Latim (1.º Ciclo)
- Apolo – Mitologia & Literatura Infanto-Juvenil
- Latim Comunicacional
- História e Cultura Clássicas
- Didáctica das Línguas Clássicas
- Grego (Básico e Secundário)
- Recepção dos Clássicos
- Latim (Básico e Secundário)

178

Estas equipas têm vindo a desenvolver uma intensa actividade, intervindo na sociedade e na comunidade educativa com diversas iniciativas e participando em eventos ligados à área dos Estudos Clássicos, a nível nacional e internacional.

Em Março deste ano, a CLENARDVS esteve presente no I Congresso GrecoLatino Vivo, em Florença, tendo sido a única entidade portuguesa convidada a participar.

A 29 de Abril, realizou, no Museu Nacional de Arqueologia, a «I Jornada Ulissiponense de Latim», que contou com a participação da sua congénere italiana «Europa Latina». Pela primeira vez, em Portugal, realiza-se uma jornada maioritariamente proferida em língua latina. Ainda no MNA, durante algumas semanas, membros da CLENARDVS

leccionaram um curso denominado «Aprender Latim no Museu», no qual os alunos aprenderam a língua latina, enquadrada por temas de cultura desenvolvidos a partir de diversas peças do acervo museológico. Uma actividade desenvolvida por professores de Latim e outros membros da *CLENARDVS* ligados à arqueologia e à história.

No âmbito das festividades bracarenses «Braga Romana», a *CLENARDVS*, em parceria com a Câmara Municipal de Braga, o Museu D. Diogo de Sousa e a Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, organizou um evento intitulado «*Bracara Augusta et Lingua Latina*: colóquio em torno da pedagogia da língua latina», no qual, durante dois dias, professores e académicos apresentaram as suas comunicações ligadas às metodologias de ensino e às suas experiências didácticas. Este evento contou com a presença da congénere espanhola «Cultura Clásica» e de um professor da Universidade Pontifícia e Salesiana de Roma, instituição em que o Latim é língua obrigatória para entrega de teses de mestrado e doutoramento. Houve, também, durante a «Braga Romana», numa tenda pedagógica criada para o efeito, elementos da *CLENARDVS* que deram aulas de Latim à população, tentando sensibilizar a comunidade para o ensino desta língua.

«Aprender Mitologia no Jardim» foi outra actividade realizada, desta feita no Museu Municipal de Loures, na quinta do Conventinho, onde, partindo da iconografia representada nos painéis de azulejo e das plantas do jardim circundante, se deu a conhecer alguns dos mitos mais significativos da mitologia greco-romana.

No «Festival Romano de Alter de Chão», foram também dadas aulas a adultos e crianças, proporcionando à comunidade a aprendizagem da língua latina e sensibilizando a sociedade para a sua aprendizagem e relevância.

No Dia Mundial da Poesia, a equipa «Recepção dos Clássicos», em colaboração com o Museu Nacional de Arqueologia, organizou uma actividade denominada “Poesia e Transcendente”, na qual foram dadas a conhecer algumas linhas estruturantes da poesia greco-latina e seus

reflexos na literatura portuguesa, com a leitura de poemas por alunos da Escola Secundária Leal da Câmara e por elementos do público, altamente motivados.

Durante o mês de Julho, foi organizado o «I Curso de Latim Vivo», de nível inicial e avançado, sendo aberta ao público a possibilidade de aprender Latim pelo método vivo, no qual a oralidade constitui o principal instrumento de aprendizagem da língua. Neste curso, os alunos aprendem Latim com o método de Orberg, mais conhecido por «Lingua Latina per se Illustrata».

Na sequência do trabalho realizado junto das escolas, a CLENARDVS foi convidada a organizar, em conjunto com o Colégio Minerva, o «Concurso Minerva». Este concurso começou como projecto-piloto nesta escola, mas pretende ser alargado a todo o território nacional. Consiste na utilização das novas tecnologias para a recriação de histórias mitológicas ou temas da história e cultura clássica. Desta forma, os alunos aprendem mitologia greco-romana, ou outros temas de cultura, e produzem, com recurso às novas tecnologias, materiais didácticos, que são disponibilizados num canal do *youtube*.

Ao longo de todo o ano lectivo, foram organizadas pequenas acções de formação e sensibilização junto dos professores e das escolas, de forma a implementar o ensino do Latim. De norte a sul do país, no continente e nos Açores, diversos membros da CLENARDVS reuniram com directores de agrupamentos, coordenadores de departamentos, professores de Latim, Grego e Português. Uma extensa lista de recursos didácticos foi fornecida gratuitamente aos docentes, permitindo a partilha de materiais e criando um espaço de reflexão, de forma a mudar as metodologias de ensino e as práticas em contexto.

Presentemente, a CLENARDVS actua em várias escolas, públicas e privadas, trabalhando directamente com mais de duas dezenas de professores, ao nível didáctico e motivacional. A equipa «Implementação de Metodologia de Ensino das Línguas Clássicas» trabalha com cerca de dois mil alunos e ajuda os professores na aplicação de novas

metodologias, na criação e supervisão de materiais, na elaboração de planificações e na avaliação das aprendizagens.

Todavia, apesar de combater já em diversas frentes, a Associação está a preparar dois novos grupos, que irão dar origem a duas equipas de trabalho e investigação ligadas ao ensino da cultura e das línguas clássicas a alunos do pré-escolar e a alunos com necessidades educativas especiais.

A publicação de trabalhos científicos, ou de obras de ficção relacionadas com temas da cultura greco-latina, constitui outro dos objectivos da CLENARDVS e já este ano foi publicado, em parceria com diversas instituições, um livro de mitologia para jovens e crianças, *Mitos gregos – O triunfo dos deuses e outras histórias*.

No sentido de estabelecer pontes entre o ensino secundário e o ensino superior, a CLENARDVS estabeleceu protocolos com o Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com o Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com a Associação Portuguesa de Estudos Clássicos e com a Associação Cultural Thíasos. Estas parcerias têm como objectivo maior a criação de um espaço de entendimento e de reflexão sobre os Estudos Clássicos em Portugal. Neste momento, a CLENARDVS e as universidades envolvidas unem forças para combater o abandono das línguas clássicas no ensino básico e secundário, bem como dotar os professores de ferramentas capazes, tendo em vista a melhoria do ensino e aprendizagem destas línguas.

A nível internacional, foram estabelecidos protocolos de colaboração com associações congéneres em Itália, Espanha e Inglaterra. Diversos encontros formais e informais têm ocorrido entre estas associações com o objectivo de trocar ideias, desenvolver projectos conjuntos e trabalhar no desenvolvimento e implementação de novas metodologias de ensino.

No que diz respeito aos alunos do Latim curricular, infelizmente os números são desastrosos, não se prevendo que, a curto ou médio prazo,

a situação melhore. Todavia, baixar os braços, desistir e não tentar reverter o deplorável estado das coisas, não é a solução. Nesta perspectiva, há que trabalhar arduamente e sensibilizar toda a comunidade para a importância da aprendizagem destas línguas, que foram o veículo de comunicação de uma cultura milenar e que influenciaram a história da humanidade até aos nossos dias. Assim sendo, criar, trabalhar, agir e colaborar são as palavras de ordem da Associação CLENARDVS, que se assume como uma instituição aberta ao diálogo com outras instituições congéneres, nacionais ou internacionais, não numa atitude de concorrência mas de cooperação, com vista à divulgação, dinamização e defesa da herança clássica e dos valores do humanismo greco-latino. Este é o caminho que a rege.

DISSERTAÇÕES DE MESTRADO E DE DOUTORAMENTO RELEVANTES PARA A ÁREA DOS ESTUDOS CLÁSSICOS NAS UNIVERSIDADES PORTUGUESAS DURANTE OS ANOS DE 2016 E 2017¹

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Catarina Santos, *O ideal de beleza. Experiências de compreensão do texto escrito nas disciplinas de Português e de Latim*, sob orientação por Susana Marques e Cristina Mello, arguição de Professor José Luís Brandão, da Universidade de Coimbra, Mestrado em Ensino de Português no 3º Ciclo no Ensino Básico e no Ensino Secundário e de Latim no Ensino Secundário. Data de conclusão e defesa 9 de fevereiro de 2017.

183

Daniela Filipa dos Santos Pereira, *O Mito de Atalanta - das fontes clássicas à receção na arte ocidental*, sob orientação de Doutora Luísa de Nazaré da Silva Ferreira, Professora da Universidade de Coimbra, arguição de Doutor Nuno Simões Rodrigues, Professor da Universidade de Lisboa do Mestrado em Estudos Clássicos Mundo Antigo, especialidade Literatura Grega. Data de Conclusão e defesa 27 de Janeiro de 2017.

1 Recolha conduzida por Paula Barata Dias, com a colaboração dos coordenadores de secções e departamentos de Línguas, Literaturas, história, arqueologia, e 2º ciclo de Ensino do Português para o 3º ciclo e Ensino Secundário e de Latim para o Ensino Secundário.

Inês Miranda, *Os heróis de ontem e de hoje. Experiências de compreensão do texto escrito nas disciplinas de Português e de Latim*, sob orientação de Susana Marques e Cristina Mello, arguição de Marta Isabel de Oliveira Várzeas, Professora da Universidade do Porto, Mestrado em Ensino de Português no 3º Ciclo no Ensino Básico e no Ensino Secundário e de Latim no Ensino Secundário. Data de conclusão e defesa 27 de outubro de 2016.

José Luís Pimentel Lavrador, *A Mesa entre os Homens. Comensalidade e Gastronomia na Bíblia: um discurso para os nossos tempos*, sob orientação de Professoras Maria Helena Cruz Coelho e Paula Barata Dias, da Universidade de Coimbra, arguição de Professores Nuno Simões Rodrigues, da Universidade de Lisboa, e Professora Josefina Salgado, da Universidade de Aveiro, Doutoramento em Património, Lazer e Turismo, área de especialização Patrimónios culturais. Data de conclusão e defesa 13 de março de 2017.

184

Marina Hélène Gelin Fernandes, *As Efésíacas na disciplina de Introdução à Cultura e Línguas Clássicas: a novela grega antiga como ponto de materiais didáticos*, sob orientação de Doutora Maria do Céu Zambujo Fialho e Doutora Susana Marques Pereira, da Universidade de Coimbra, arguição de Cláudia Raquel Cravo da Silva, Mestrado em Estudos Clássicos, Línguas, Culturas Literaturas, especialidade Literatura Grega. Data de conclusão e defesa 24 de Julho de 2017.

Natália Fidalgo Quitério, *Territórios, recursos naturais e salinas. As técnicas tradicionais da produção do sal e a sua valorização patrimonial e turística - O caso da salina Municipal do Corredor da Cobra (Núcleo Museológico do Sal), Figueira da Foz*, Mestrado em Arqueologia e Território - Arqueologia Medieval e Moderna, sob orientação de Doutora Helena Maria Gomes Catarino, Professora de Arqueologia da Universidade de Coimbra, arguição de Doutora Raquel Maria da Rosa Vilaça, professora de Arqueologia da Universidade de Coimbra. Data de conclusão e defesa 26 de Janeiro de 2017.

Nísia Pudwell Chaves Travassos Vidigal, *Casos Marítimos em Demóstenes*, sob orientação de Professor Delfim Leão, da Universidade de

Coimbra, arguição de Professor Nuno Manuel Simões Rodrigues, Mestrado em Estudos Clássicos-Mundo Antigo, área de especialização Literatura Grega. Data de conclusão e defesa 21 de Outubro de 2016.

Paulo da Nazaré Marques dos Santos, *Cipião-o-Africano e a reinvenção do exército romano*, orientação do Doutor João Gouveia Monteiro, arguição do Professor José Varandas, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Mestrado em História, especialidade História Militar. Data de conclusão e defesa 22 de Julho de 2015.

Pedro Ricardo da Silva Santos, *Sobre o Direito de Guerra: estudo introdutório e tradução comentada da Relectio de iure belli de Francisco de Vitória*, sob orientação de Professora Maria Margarida Lopes de Miranda, arguição de Professora Cláudia do Amparo Afonso Teixeira, da Universidade de Évora, Mestrado em Estudos Clássicos, Mundo Antigo, área de especialização Latim Renascentista. Data de conclusão e defesa 4 de Novembro de 2016.

Raphaella Belmont de Siqueira Alves, *O perfil do anti-herói: um estudo comparativo entre Jasão em Apolônio de Rodes e Enéias na epopeia virgiliana*, sob orientação de Doutora Maria do Céu Grácio Zambujo Fialho, Professora da Universidade de Coimbra, arguição de Professor Nuno Simões Rodrigues, Mestrado em Estudos Clássicos-Mundo Antigo, área de especialização Literatura Grega/ Literatura Latina. Data de conclusão e defesa dia 21 de Outubro de 2016.

Ricardo Luís Fernandes Acácio, *A biblioteca de Apolodoro. Tradução e comentário ao livro I*, sob orientação de Professor Francisco e São José de Oliveira, da Universidade de Coimbra, arguição de Marília Pulquério Futre Pinheiro, da Universidade de Lisboa, Mestrado em Estudos Clássicos- Mundo Antigo, área de especialização em Literatura Grega. Data de conclusão e defesa 12 de Outubro de 2016. Nta final 18 valores.

Soraia Sousa, *Representações do conceito de Humanitas. Experiências de compreensão do texto escrito nas disciplinas de Português e de Latim*, sob orientação de Professoras Susana Marques e Cristina Mello, arguição

de Professora Maria João Simões da Universidade de Coimbra, Mestrado em Ensino de Português no 3º Ciclo no Ensino Básico e no Ensino Secundário e de Latim no Ensino Secundário. Data de conclusão e defesa 28 de outubro de 2016.

Zhujun Zhang, *Diálogo Ocidente-Oriente nos séculos XVI – XVII: a expressão dos valores universais na Literatura Dramática Chinesa e similitude luso-chinesa na literatura política*, sob orientação de Professora Carlota Maria Lopes de Miranda Urbano, arguição de Professora Nair de Nazaré Castro Soares, Professora da Universidade de Coimbra, Mestrado em Estudos Clássicos-Mundo Antigo, área de especialização Latim Renascentista. Data de Conclusão e defesa 4 de Novembro de 2016.

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

186

Eva Margarida Feiteira Basílio, *Poço dos Lobos da Gama (Évora): contributo do conjunto cerâmico de época romana para a compreensão da sua funcionalidade na urbs*. Tese de Mestrado em Arqueologia e Ambiente, sob orientação de Professor André Carneiro, da Universidade de Évora, arguição de Professora Maria da Conceição Lopes, da Universidade de Coimbra. Data de conclusão e defesa em 31 de Abril de 2017, na Universidade de Évora.

Frederico Afonso da Hortinha Vieira, *O mundo rural e o território de Évora durante a Antiguidade Tardia*, Tese de Mestrado em Arqueologia e Ambiente, sob orientação de André Carneiro, Professor da universidade de Évora, arguição de João Pedro Pereira da Costa Bernardes. Data de conclusão e defesa em 18 de Novembro de 2016 na Universidade de Évora.

Ruben Miguel Correia Barbosa, *Rede de povoamento romano a Oeste da Serra d'Ossa*. Tese de Mestrado em Arqueologia e Ambiente, sob orientação de Doutor André Carneiro, Universidade de Évora, arguição de João Pedro Pereira da Costa Bernardes, Professor da Universidade

do Algarve. Data de conclusão e defesa 18 de Novembro de 2016 na Universidade de Évora

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Ana Beatriz Pereira Amaral dos Santos, *A Terra Sigillata e a Cerâmica de Cozinha Africana do Edifício Sede do Banco de Portugal (Lisboa)*, sob orientação de Professora Catarina Ferrer Dias Viegas Taveira, da Universidade de Lisboa, Mestrado em História e Arqueologia, especialidade Arqueologia. Data de Conclusão e defesa 1 de Fevereiro de 2016.

Ana Filipa Isidoro da Silva, *Impetus animi: a linguagem dos affectus nas tragédias de Séneca*, sob orientação de Professora Maria Cristina de Castro Maia de Sousa Pimentel, Doutoramento em Estudos Clássicos, área de especialização em Literatura Latina. Data de conclusão e defesa 30 de maio de 2016.

187

Bruno Manuel Martins Gama, *Alarico, chefe dos Visigodos. Rebelião e poderes Finais do Império Romano*, sob orientação de Professores Amílcar Guerra e José Varandas, da Universidade de Lisboa, arguição de Professora Paula Barata Dias, da Universidade de Coimbra, Mestrado em História, especialidade História Antiga. Data de conclusão e defesa 6 de Fevereiro de 2017.

Ana Sofia Silva Barata Marques, *Ovídio: spuria breuiora et fragmentaria. Introdução, tradução e notas*, orientação de Professora Ana Maria dos Santos Lóio, da Universidade de Lisboa, Mestrado em Estudos Clássicos, área de especialização em Edição e Tradução de Textos Clássicos. Data de conclusão e defesa, 16 dezembro de 2016, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Carlos Alberto Fernandes Liz, *O conceito de ἀνάγκη nas peças sofoclianas*, sob orientação da Professora Ana Alexandra Alves de Sousa, da Universidade de Lisboa, Mestrado em Estudos Clássicos, área de

especialização em Literatura Grega. Data de conclusão e defesa 21 dezembro de 2016.

Giuseppe Ciafardone, *A adivinhação no pensamento ciceroniano - Estudos a partir do De Divinatione*, sob orientação de Professora Maria Cristina de Castro Maia de Sousa Pimentel, Doutoramento em Estudos Clássicos, área de especialização em Literatura Latina. Data de conclusão e defesa 6 de janeiro de 2017.

Joana de Jesus Mira Pinto Salvador da Costa, *“Crime!” Disseram Eles. Representações de Actos Criminosos nos Oradores Áticos*, sob orientação de Professor Nuno Simões Rodrigues, da Universidade de Lisboa, Mestrado em História, especialidade em História Antiga. Data de Conclusão e defesa 13 de Janeiro de 2017.

Maria José Mendes e Sousa, *O conceito de ΚΡΙΣΙΣ no Corpus Hippocraticum*, sob orientação de Professora Cristina Maria Negrão Abrantes Guerreiro, da Universidade de Lisboa, Doutoramento em Estudos Clássicos, Especialidade Cultura Clássica. Data de Conclusão e defesa 16 de maio de 2016.

188

Mariana Marques da Silva Azevedo, *Aulo Gabínio e Ptolomeu XII Auleta - um capítulo na História das Relações entre Roma e Egipto*, sob orientação de Professor Amílcar Guerra, da Universidade de Lisboa, Mestrado em História, especialidade História Antiga. Data de conclusão e defesa 1 de março de 2017.

Maria Thereza de Carvalho Maximiniano Roberto, *O Coro de Gota D'Água: A Revolução de Eurípidés e a inovação de Chico Buarte e de Paulo Pontes*, sob orientação de Professora Sofia Isabel Pereira Ullan Frade, da Universidade de Lisboa, Mestrado em Estudos Clássicos, área de especialização em Literatura Grega. Data de conclusão e defesa 25 janeiro de 2017.

Martim Nunes França Aires Horta, *Os cultos das Meras na Grécia Antiga: Grécia continental, insular e costa ocidental da Ásia Menor*, sob orientação de Professor Nuno Simões Rodrigues, da Universidade de

Lisboa, Mestrado em História, especialidade em História Antiga.
Data de conclusão e defesa 21 de Julho de 2016.

Patrícia Bargão Teixeira dos Santos, *O Castro de Segóvia. Estudo monográfico de um sítio arqueológico no Alto Alentejo*, sob orientação de Professora Ana Margarida Arruda, da Universidade de Lisboa, Doutoramento em História e Arqueologia, especialidade Arqueologia e Pré-História. Data de conclusão e defesa 21 de abril de 2017.

Pedro Miguel Boto Ferreira Pinto, *A Guerra Sertoriana (80-72 a. C.)*, sob orientação de Professor Amílcar Guerra, da Universidade de Lisboa, Doutoramento em História, especialidade História Antiga. Data de conclusão e defesa 29 de Março de 2016.

Pedro Miguel Correia Marques, *A Epigrafia da Hispania na Correspondência Epistolar entre Emílio Hübner e José Leite de Vasconcelos*, sob orientação de Professor Amílcar Manuel Ribeiro Guerra, da Universidade de Lisboa, Doutoramento em História e Arqueologia, especialidade Arqueologia e Epigrafia. Data de conclusão e defesa 18 de Julho de 2016.

189

Sara Cristina Rodrigues dos Santos, *Os artefactos de toilette nas colecções egípcias em Portugal*, sob orientação de Professor Luís Manuel de Araújo, da Universidade de Lisboa, Mestrado em História, especialidade História Antiga. Data de conclusão e defesa 18 de Julho de 2016

Sofia de Paula Poejo Vasconcelos Nunes, *Da Catábase à Anábase : Itinerários entre mundos da Suméria a Roma*, sob orientação de Professor Nuno Simões Rodrigues, da Universidade de Lisboa, arguição de Professora Paula Barata Dias, da Universidade de Coimbra, Tese de doutoramento em História, especialidade História e Cultura das Religiões. Data de arguição e defesa 20 de Janeiro de 2016.

Bruno Manuel Martins Gama, *Alarico, chefe dos Visigodos. Rebelião e poder nos Finais do Império Romano*, sob orientação de Professores Amílcar Guerra e José Varandas, da Universidade de Lisboa, arguição de Professora Paula Barata Dias, da Universidade de

Coimbra, Mestrado em História, especialidade História Antiga.
Data de conclusão e defesa 6 de Fevereiro de 2017.

UNIVERSIDADE DO MINHO

Patrícia Gomes Leal, *A arqueologia do espaço urbano na construção ficcional de Um deus passeando pela brisa da tarde* de Mário de Carvalho do Mestrado em Teoria da Literatura e Literaturas Lusófonas, orientação de Ana Lúcia Curado, Professora da Universidade do Minho, arguição da Professora Maria de Fátima Silva, Professora da Universidade de Coimbra. Data de conclusão e defesa 30 de Março de 2016, Universidade do Minho.

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

190 Ana Catarina Fernandes Boto, *Gramática e gramáticas: transpondo fronteiras no ensino do latim e do português* sob orientação de Professoras M^a. Teresa Leitão Brocardo e M^a. Leonor Santa Bárbara de Carvalho da Universidade Nova de Lisboa, arguição de Professores Manuel Luís Costa e Adriana Freire Nogueira, Mestrado em Ensino de Português no 3º Ciclo no Ensino Básico e no Ensino Secundário e de Latim no Ensino Secundário. Data de conclusão e defesa 13 de dezembro de 2016.

Diana Sofia Guerra de Frias, *Os mitos como recurso didático nas aulas de português e de latim* sob orientação de Professoras M^a. Antónia Diniz Caetano Coutinho e M^a. do Rosário Calisto Laureano Santos, da Universidade Nova de Lisboa, arguição de Professores Noémia Jorge e Mário P. C. Martins, Mestrado em Ensino de Português no 3º Ciclo no Ensino Básico e no Ensino Secundário e de Latim no Ensino Secundário. Data de conclusão e defesa 19 de Dezembro de 2016.

Joana Isabel Rodrigues Marto, *Ler fora do papel. Integração de audiolivros no Ensino do Português e do Latim*, sob orientação de orientação

Professores Rui Zink e M^a. do Rosário Calisto Laureano Santos, da Universidade Nova de Lisboa, arguição de Professores Conceição Domingos e Margarida Espiguinha, Mestrado em Ensino de Português no 3º Ciclo no Ensino Básico e no Ensino Secundário e de Latim no Ensino Secundário. Data de conclusão e de defesa, 22 de dezembro de 2016.

UNIVERSIDADE DO PORTO

Joana Catarina Lopes Bastos, *A música como recurso didático em aulas de Português e de Latim*, sob orientação de Marta Isabel de Oliveira Várzeas, Professora da Universidade do Porto, Mestrado em Ensino de Português e Latim para o 3º ciclo e Ensino Secundário. Data de conclusão e defesa 7 de dezembro de 2016.

José Alberto Carvalho da Costa, *Orações subordinadas adverbiais causais e temporais - O seu ensino em Português e Latim*, sob orientação de Marta Isabel de Oliveira Várzeas, Professora da Universidade do Porto, arguição de ? Mestrado em Ensino de Português e Latim para o 3º ciclo e Ensino Secundário. Data de conclusão e defesa 7 de dezembro de 2016.

191

Manuel Luís Pereira Feliciano, *A relação entre as imagens e a produção escrita*, sob orientação José Domingues de Almeida e de Belmiro Fernandes Pereira Professores da Universidade do Porto, Mestrado em Ensino de Português e Latim para o 3º ciclo e Ensino Secundário. Data de conclusão e defesa 27 de Julho de 2016.

Maria Helena Ferreira Martins, *O ensino da gramática nas aulas de Português e de Latim: o caso dos complementos circunstanciais de lugar*, sob orientação de Marta Isabel de Oliveira Várzeas, Professora da Universidade do Porto, arguição de ?, Mestrado em Ensino de Português e Latim para o 3º ciclo e Ensino Secundário. Data de conclusão e defesa 4 de novembro de 2016

Porfírio Barreto Gomes da Costa, *Oratio ad adolescentes de S. Basílio*, sob orientação de Professor Belmiro Fernandes Pereira e Marta Isabel de Oliveira Várzeas, Professores da Universidade do Porto, arguição de Professor António Manuel Ribeiro Rebelo, da Universidade de Coimbra, Mestrado em Estudos Literários, Culturais e Interartes, área de especialização Literaturas Clássicas. Data de Conclusão e defesa 6 de dezembro de 2016.

Sara Morais Martins da Fonseca, *Os mapas concetuais nas disciplinas de Português e de Latim: contributo para uma reflexão pedagógico-didática*, sob orientação de Professora Sónia Maria Cordeiro Rodrigues e Jorge Pereira Nunes Deserto, Professores da Universidade do Porto, Mestrado em Ensino de Português e Latim para o 3º ciclo e Ensino Secundário. Data de conclusão e defesa 16 de dezembro de 2016.

RECEÇÃO DE PROPOSTAS DE PUBLICAÇÃO PARA O *BOLETIM DE ESTUDOS CLÁSSICOS*

ORIENTAÇÕES GERAIS PARA OS COLABORADORES

- 1- os artigos devem ser originais.
- 2- não devem exceder as 15 páginas.

3- **Estatuto Editorial:** O Boletim de Estudos Clássicos é uma Publicação anual promovida pela Associação Portuguesa de Estudos Clássicos em colaboração com o Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e com o Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, com sede na Universidade de Coimbra. Com publicação iniciada no ano de 1984, o BEC assume como principal missão a investigação e a divulgação em Estudos Clássicos numa perspectiva de ensino e de aprendizagem dos mesmos em contexto pedagógico, para o ensino superior e não superior. O BEC procura servir o diálogo entre investigadores, especialistas, docentes, estudantes e amadores dos Estudos Clássicos, com especial foco no que se investiga em Estudos Clássicos (língua, cultura, literatura, pedagogia e didática, recepção), mas também no que se faz e acontece no mundo contemporâneo que reflita a relevância dos Estudos Clássicos para a compreensão da atualidade.

193

LINHAS TEMÁTICAS DE ORIENTAÇÃO

O *Boletim de Estudos Clássicos* apresenta um perfil abrangente, privilegiando uma tonalidade pragmática e de contacto com a comunidade alargada, mas também, em particular, com a comunidade docente e

discente dos Estudos Clássicos: o perfil pedagógico e didáctico das línguas e literaturas clássicas, a pervivência e o contacto da matriz clássica com as literaturas contemporâneas, a presença do clássico nas mais diversas manifestações artísticas, questões de história da cultura; debate e análise de aspectos dos programas com tópicos sobre a Antiguidade (Latim, Grego, História, Filosofia, Literatura Portuguesa, História das Artes) para o ensino secundário e superior; relatório ou apresentação de experiências didácticas em curso.

Apresentam-se as seguintes linhas temáticas em que se tem apoiado a publicação e que podem constituir orientação para os participantes:

- Grego
- Latim
- Latim Medieval
- Latim Renascentista
- Teatro
- Perenidade da cultura clássica/estudos de recepção
- Notícias

194

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Os artigos devem conter os seguintes elementos, exceptuando-se os textos de cariz literário ou artístico:

No início:

Título do artigo em Português e em Inglês

Afiliação/Identificação profissional/Académica

Resumo (máximo 10 linhas) em Português e em Inglês

Palavras-Chave (máximo 5) em Português e em Inglês

1. FORMATAÇÃO DO TEXTO:

- a) enviar original por e-mail, em formato .doc, .docx;
- b) dimensões e formatação: corpo do texto = máximo de 15 pág. A4; corpo 12; Times New Roman; notas de rodapé = corpo 10; Times New Roman; espaço simples.
- c) só usar *caracteres gregos para citações longas*; a introdução do grego a usar é em teclado Unicode;
- d) *palavras isoladas ou pequenas expressões gregas virão em alfabeto latin* (ex. *adynaton, arete, doxa, kouros*);

2. CITAÇÕES:

2. 1. Normas de carácter geral

- a) uso do *itálico*:
 - nas citações latinas e respectivas traduções incluídas no corpo do texto (*em caixa ficará em redondo*);
 - nos títulos de obras antigas, de monografias modernas, de revistas e de recolhas temáticas;
- b) usar aspas (“ ”) nas citações de textos modernos;
- c) *não usar itálico* nas abreviaturas latinas (op. cit., loc. cit., cf., ibid., in...).

2. 2. Citações de livros

- Bell, A. (2004), *Spectacular Power in the Greek and Roman City*. Oxford.
 - Em nota de rodapé deve preferir-se a forma abreviada: Bell 2004: 123-125.

– as edições posteriores à primeira serão anunciadas da seguinte forma: (2005, 2ª ed.);

– à qualidade de editor(es) corresponderá (ed.) ou (eds.); de coordenador(es), (coord.) ou (coords.).

2. 3. Citações de artigos

– Murray, O. (1994), “Symptotic History”, in O. Murray (ed.), *Sympotika. A Symposium on the Symposion*. Oxford, 3-13.

• Em nota de rodapé deve preferir-se a forma abreviada: Murray 1994: 10.

– Toher, M. (2003), “Nicolaus and Herod”, *HSPH*101: 427-447.

• Em nota de rodapé deve preferir-se a forma abreviada: Toher 2003: 431.

196

2. 4. Abreviaturas usadas

– revistas: *L'Année Philologique*;

– autores gregos: *A Greek-English Lexicon*;

– autores latinos: *Oxford Latin Dictionary*;

• NÃO USAR NUMERAÇÃO ROMANA: Hom. *Od.* 1. 1 (não α. 1); Cic. *Phil.*2. 20 (não 2. 8. 20); Plin. *Nat.* 9. 176 (não 9. 83. 176); S. *OC.* 225.

• colocar ESPAÇOS ENTRE OS NÚMEROS: Hom. *Od.* 1. 1 (não Hom. *Od.* 1. 1)

3. NOTAS

Devem ser breves e limitar-se a abonar o texto, introduzir esclarecimento, ponto crítico ou breve estado da questão; o que é essencial deve vir no corpo do texto. A mera indicação do passo ganhará em vir também no texto.

4. BIBLIOGRAFIA FINAL

De uso obrigatório e limitada ao essencial ou aos títulos citados.

Os originais (em word e pdf) devem ser enviados para o seguinte mail:

apeclassicos@gmail.com

197

Prazo de recepção de originais: Aberto em Permanência.

Os originais são sujeitos à arbitragem por pares, sendo a mesma comunicada aos autores dos originais no limite de 60 dias a contar da sua recepção.

PUBLICADA
COM A COORDENAÇÃO
CIENTÍFICA



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ESTUDOS CLÁSSICOS
(APEC)

APOIO



 Santander Totta

